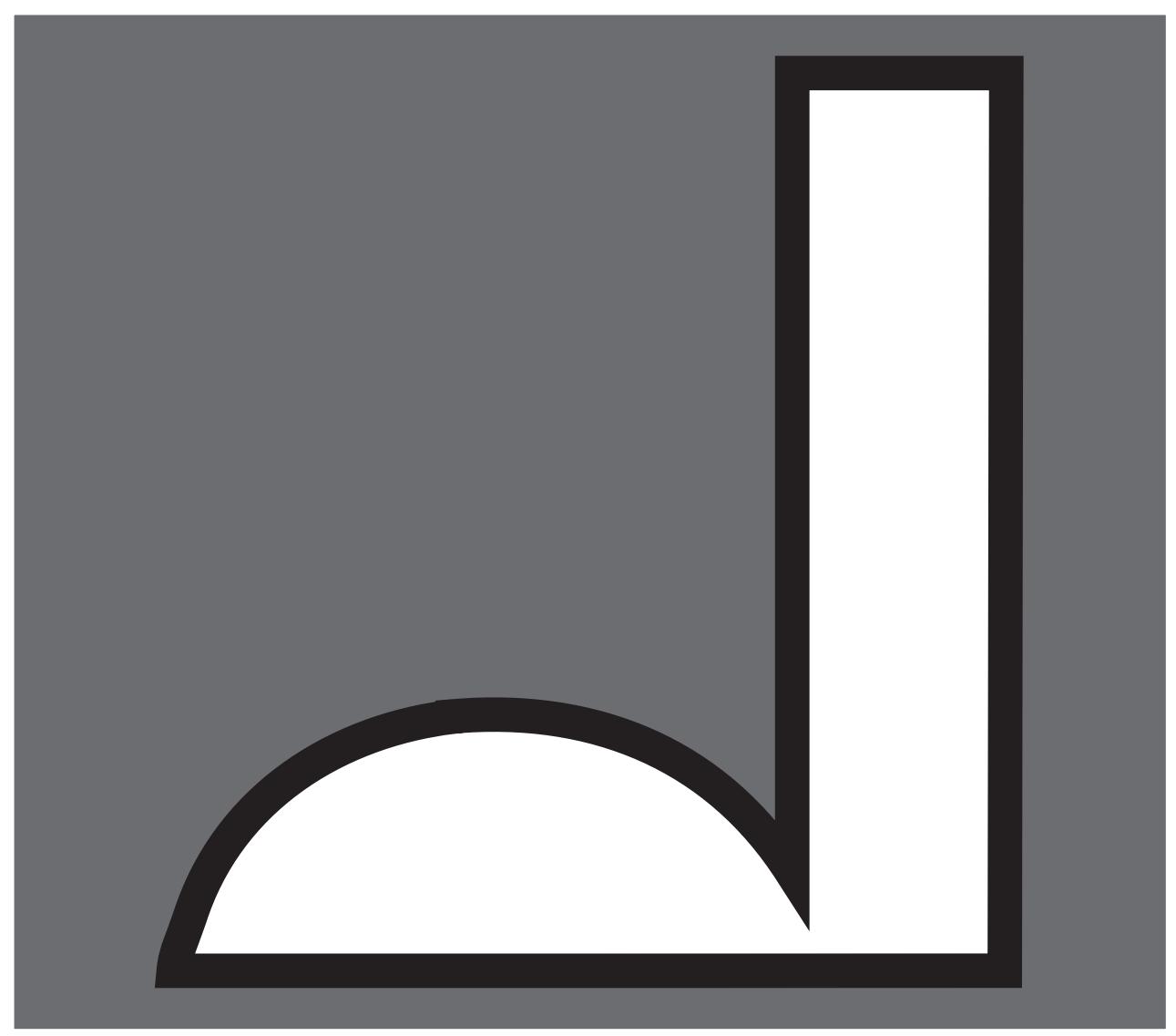




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 065 - SÁBADO, 21 DE MAIO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota	LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	Líder Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 65^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Anúncio da apresentação de projeto de lei que propõe uma nova política habitacional e elogios ao Dr. Márcio Antônio Rocha, estudioso do assunto.

15901

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Indicação dos membros do PSDB para compor as comissões parlamentares de inquérito que estão para ser instaladas no âmbito do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

15903

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Recurso nº 2, de 2005, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros senadores, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa.

15904

1.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005 (nº 4.904/2001, na Casa de origem), que cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA....

15904

1.2.4 – Parecer

Nº 672, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

15906

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o novo Programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

15907

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 547, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, em Belém, da Sra Luna de Souza Flexa Ribeiro.

15913

Nº 548, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona.

15913

1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Preocupação com o desmatamento da Amazônia, principalmente o ocorrido em Mato Grosso. Possibilidade de instalação, em Mato Grosso, da fábrica de uréia e amônia da Petrobras.

15913

SENADOR ALVARO DIAS – Fundamentação de questão de ordem, também formulada na sessão de ontem pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de declarar nula de pleno direito a votação que impôs rejeição ao nome do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça.

15919

SENADORA HELOISA HELENA – Importância da criação e instalação de CPI destinadas a apurar denúncias de corrupção no atual Governo. Considerações sobre a reforma política.

15920

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Expectativa de que todas as investigações propostas no âmbito do Parlamento tenham curso, a exemplo do início do funcionamento da CPI do Setor Elétrico na Câmara dos Deputados.

15922

SENADOR PEDRO SIMON – Críticas ao rito da constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito pelo Senado Federal.

15925

SENADOR MÃO SANTA – Relações do Governo Federal com o Congresso Nacional.

15929

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa da recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República.

15932

SENADOR ALVARO DIAS – Solicitação de apoio logístico da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal à realização, em Curitiba/PR, de duas conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança.

15934

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – A recente majoração da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.....	15934	à míngua”, de autoria da jornalista Cláudia Safatle, publicado no jornal Valor Econômico , edição de 13 do corrente.....	15951
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a condução da atual política econômica.....	15935	SENADOR PAULO PAIM – Comemoração do Dia da Etnia Italiana e registro dos 130 anos da chegada dos “homens do vinho” ao Rio Grande do Sul.....	15952
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Referências ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque.....	15936	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Crescimento do desmatamento na Amazônia.....	15953
SENADORA HELOISA HELENA, como Líder – Aspectos da política econômica do Governo Lula que comprometem o desenvolvimento do País.....	15938	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Equívocos do Governo Lula que impedem a promoção do crescimento econômico.....	15939	2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSAO ANTERIOR	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Necessidade de mudança na política social do Governo.	15941	Do Senador Teotônio Vilela Filho, proferido na sessão de 18 de maio de 2005. (Republicação) ...	15959
SENADORA HELOISA HELENA – Responsabilidade do Congresso Nacional na definição de prioridades sociais no Orçamento e na fiscalização do Poder Executivo.....	15942	3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
SENADOR ALVARO DIAS – Descrédito do Governo Lula.....	15943	Nº 9, de 2005.....	15960
1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação		4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Transcrição de matéria intitulada “Fundo do Poço”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 8 do corrente.....	15943	Nºs 2.236 a 2.246, de 2005.....	15967
SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro de editorial intitulado “Cargos e MP”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 10 do corrente.....	15944	SENADO FEDERAL	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários a respeito de editorial intitulado “Sem Emprego”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 7 do corrente.....	15946	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcrição das matérias “Lula fabrica nova crise” e “Em busca de juros baixos”, publicadas no jornal Correio Braziliense , edições de 27 e 28 de abril último, respectivamente.....	15947	– 52ª LEGISLATURA	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre o artigo intitulado “Estradas continuam		6 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
		7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 65ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores inscritos, concedemos a palavra ao Senador do Estado do Paraná, do PSDB, Dr. Alvaro Dias.

Havendo **quorum**, está iniciada a sessão, com a presença dos Senadores Reginaldo Duarte e do Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno, poderá fazer uso da palavra por dez minutos, com prorrogação de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia

o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu levantaria uma questão de ordem para apresentar explicações. No entanto, como V. Ex^a, generosamente, concede-me a palavra, ofereço explicações desta tribuna.

Meu gabinete tem recebido telefonemas, desde cedo, relativamente a uma notícia que dá conta que um Parlamentar de nome de Álvaro Dias retirara a assinatura do requerimento que propõe a CPI dos Correios. Evidentemente não sou eu esse Parlamentar. É um homônimo, Deputado Federal do Rio Grande do Norte, aliás o mais votado naquele Estado – não pelo nome, Senador Mão Santa, mas foi o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Norte, pelo PDT. E a imprensa divulga hoje que ele retirou sua assinatura desse requerimento.

Senador Arthur Virgílio, que aqui está, Líder do meu Partido sabe que é mais fácil o Sargento Garcia prender o Zorro do que eu retirar uma assinatura de qualquer documento, sobretudo de uma CPI que pretende investigar corrupção no Governo Lula. Aliás, a nossa postura de contemporização com o Presidente em relação à corrupção ou à sua omissão, à sua convivência, à sua complacência e à sua cumplicidade tem sido motivo de discurso que faço aqui quase que semanalmente.

Portanto, faço esse esclarecimento, em respeito àqueles que leram, no dia de hoje, essa notícia nos jornais do País. Não há, repito, hipótese de, em tem-

po algum, retirar a assinatura de qualquer documento que apresente, sobretudo quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, que considero um instrumento precioso do Parlamento no cumprimento do dever de fiscalizar. A investigação política através da Comissão Parlamentar de Inquérito é fundamental no combate à corrupção no País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero mudar de assunto, porque nem só desse tema devemos viver nestes dias. Trago um tema da maior relevância para o Brasil. A política habitacional tem sido, no Governo Lula, outro desastre.

Segundo relatório da ONU, faltam integração e abrangência à política habitacional do Brasil. O diagnóstico foi feito pelo Relator especial da ONU para Moradia Adequada, Miloon Kothari, quando de sua visita ao Brasil, em 2004, e apresentado à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em fevereiro último, em Genebra, na Suíça.

O diagnóstico não foi nada alentador: o déficit habitacional do Brasil é estimado em 7 milhões de unidades habitacionais, das quais 80% estão em áreas urbanas.

O Relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU destaca que os financiamentos habitacionais no Brasil devem se concentrar nos segmentos pobres e vulneráveis da população.

O alto déficit habitacional também é um reflexo do alto número de famílias de baixa renda que vive em assentamentos informais e coabitacões familiares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de moradia, o déficit habitacional e a improriedade das habitações – um conjunto de problemas que afeta, sobretudo, o contingente dos brasileiros menos favorecidos – levaram-me a apresentar um projeto de lei em favor da população de baixa renda, instituindo um novo programa social da habitação.

E presto da tribuna uma homenagem ao inspirador desse projeto, o Dr. Márcio Antônio Rocha, Juiz Federal de Curitiba, Capital do Paraná, estudioso do assunto e que está prestes a lançar um livro a respeito da questão habitacional.

Antes de dissertar sobre o projeto, faço um primeiro apelo aos Senadores, não em homenagem a

este Senador, que é o porta-voz desta aspiração neste momento, como tantos outros Parlamentares têm sido na defesa de uma política habitacional compatível com a realidade social brasileira, mas ao inspirador da idéia, o Dr. Márcio Antônio Rocha, pela sua dedicação aos estudos deste tema, pelo fato de investigar constantemente, de buscar alternativas, tentando contribuir, com sugestões preciosas, para que o povo brasileiro possa ter acesso à moradia digna.

As minhas homenagens ao Dr. Márcio Antônio Rocha. Sei que seu livro, assim que concluído, será uma peça da maior importância para os estudos desta Casa do Congresso Nacional.

Desde já, recomendamos aos colegas Parlamentares a obra do Dr. Márcio, a fim de que subsídios importantes sejam recolhidos no debate deste assunto no Congresso Nacional.

Ressalto, Sr. Presidente, que no novo programa que estamos propondo por meio desse projeto, os contratos de financiamentos a mutuários e a empreendimentos imobiliários que atendam aos limites operacionais do programa terão taxa máxima de juros de 10% ao ano, sendo livre a adoção de taxas inferiores.

Destaco ainda, que o mutuário de baixa renda que contrair um financiamento habitacional junto ao programa social da habitação, instituído pelo projeto de lei que tenho a satisfação de apresentar, gozará de isenção de juros pelo período de 3 a 5 anos.

A despeito de o Congresso Nacional ter sido sensível aprovando leis com foco no financiamento habitacional da moradia da população de baixa renda, a dificuldade do mutuário diz respeito à renda e ao custo dos financiamentos.

Eu próprio, Sr. Presidente, em outras oportunidades, apresentei tentativas não bem-sucedidas nesta área e creio que agora, pela competência do estudo realizado pelo Dr. Márcio, seja possível...

O Dr. Carreiro aqui me informa que o Deputado Álvaro Dias*, na Câmara dos Deputados, não retirou a sua assinatura. S. Ex^a assinou, acrescentou a sua assinatura. Então, a imprensa se equivocou ao divulgar que o Deputado retirou a sua assinatura. Evidentemente, preocupado com a repercussão do fato, procurei desta tribuna esclarecer.

Portanto, os aplausos ao Deputado Álvaro Dias, o mais votado do Rio Grande do Norte, pelo PDT, que mais uma vez corresponde às expectativas do seu eleitorado, assinando a CPI dos Correios e não retirando esta assinatura.

Portanto, Senador Mão Santa, o nome continua preservado.

Obrigado, Dr. Carreiro.

Continuo, Sr. Presidente, depois dessa interrupção, para dizer que, em outras oportunidades, apresentei propostas tentando minimizar os efeitos das taxas de juros cobradas pelo Sistema Financeiro Habitacional. Esta, no entanto, é uma tentativa mais competente porque fruto de um estudo de profundidade, realizado por um especialista.

Tramitam em ambas as Casas do Congresso Nacional projetos que buscam resolver o problema, mas todos dependem de novas fontes de recursos e, inclusive, de recursos orçamentários, ficando à mercê do crescimento do País.

Sr. Presidente, neste momento, surge esta oportunidade para a mudança definitiva dos rumos da política habitacional brasileira.

Pela primeira vez, em décadas de Sistema Financeiro da Habitação, existem mais recursos do que obras e contratos disponíveis para serem financiados.

Não há, portanto, como não destacar a ineficácia do Governo, que não consegue sequer aplicar os recursos disponíveis existentes, nem mesmo numa área fundamental como a habitação.

Como há recursos, mais recursos do que obras, os recursos estão disponíveis para ser utilizados. Onde existe sobra de recurso é mais do que salutar sua destinação ética – utilizar tais recursos em um programa que favoreça a população em vez de recolhê-los ao Banco Central ou redirecioná-los às instituições financeiras para um mero superávit contábil.

Ao apresentar o projeto, buscamos o seguinte: que o Congresso Nacional, aproveitando-se dos mesmos mecanismos utilizados pela Resolução do Banco Central nº 3.295/2005, venha a parametrizar o destino das sobras de recursos de 2005, e dos anos seguintes, dando sentido social à liberação para disponibilidade desses mesmos recursos pelos bancos.

O cálculo concernente à sobra de recursos, segundo dados da Cebic/Abecip, para os anos de 2006 e 2007, são respectivamente R\$15.612.572,00 e R\$15.881.774,00. Tais recursos não incluem, ainda, os disponíveis na Caixa Econômica Federal.

Portanto, estamos apontando a fonte e revelando que os recursos existem. São recursos substanciais, significativos, que podem alavancar um grande programa habitacional no País para atender sobretudo à população mais empobrecida.

Extraindo-se o que se pretende aplicar neste ano (e provavelmente em 2006 e 2007), algo próximo a R\$5 bilhões, todo o restante já estará aplicado em Selic e, portanto, com um custo governamental já existente e sem nenhum benefício do povo. Se não estão aplicados em Selic ou títulos públicos,

tais recursos estão aplicados no mercado de faixas livres com riscos aos recursos dos poupadouros.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir o tema, faço mais uma vez um apelo a esta Casa: desejamos a aprovação desta proposta. Certamente, os legalistas discutirão a constitucionalidade e a juridicidade da matéria. Que discutam realmente e aprofundem o debate sobre essas questões, porque devemos preservar a Constituição. Os Senadores devem ser guardiões da Carta Magna. Não têm sido não; esta não tem sido a lição. A lição tem sido deplorável – de afronta à Constituição a cada medida provisória desnecessária encaminhada pelo Presidente da República.

Não estamos pedindo que afrontem a Constituição em nome da aprovação de um projeto de interesse social como este. Pedimos respeito a esta proposta, que não é pessoal, mas proveniente de estudos que exigiram dedicação e tempo do Dr. Márcio Antonio Rocha, que ouviu outros especialistas para concluir com a apresentação desta sugestão.

Então, o apelo que faço, num primeiro momento, é de que os Srs. Parlamentares se dediquem ao estudo desta proposição, para que, ao final, se ela for rejeitada, que o seja com argumentos de bom senso e juridicamente perfeitos. Creio, Sr. Presidente, que uma proposta como esta não pode ser rejeitada. Que ela seja aprovada, em nome do interesse social, para atender à demanda de moradias no País. Ao lado do emprego, o direito à moradia, infelizmente, tem sido negado a milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Liderança do PSDB encaminha os seguintes nomes para comporem as comissões parlamentares de inquérito que estão para ser instaladas no âmbito do Senado ou do Congresso Nacional.

Vamos lá, Sr. Presidente. Comecemos pelas mais inócuas para as mais acaloradas. Inócuas não, pois todas são relevantes, mas as que não envolvem corrupção são as primeiras; depois, aquelas que envolvem diretamente essa figura da corrupção.

Primeiro, Comissão Especial Mista destinada a, no prazo de 90 dias, analisar e consolidar as propostas legislativas de Redivisão Territorial. Então, os membros titulares indicados pelo PSDB são os Senadores Flexa Ribeiro e Almeida Lima; os suplentes, Senadores Eduardo Azeredo e Leonel Pavan;

Para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, o PSDB indica como membros titulares a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Leonel Pavan; e suplentes, os Senadores Eduardo Azeredo e Reginaldo Duarte;

Essas são no âmbito do Congresso Nacional.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no âmbito do Senado Federal, investigar o envolvimento em propina e corrupção do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Sr. Waldomiro Diniz da Silva, indicamos como membros titulares os Senadores Alvaro Dias e Almeida Lima; e suplentes, os Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra;

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, também no âmbito do Senado, as privatizações realizadas no Brasil, indicamos, como titulares, os Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati e, como suplentes, os Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan.

Sr. Presidente, hoje li uma notícia, estarrecedora para mim, de que o Presidente Severino Cavalcanti estaria agora fazendo funcionar na Câmara a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a privatização do setor elétrico. Aqui propus – a iniciativa foi do PSDB – a investigação sobre todas as privatizações ocorridas no Governo Fernando Henrique Cardoso; porém, fiquei preocupado porque vi ali uma certa ilação do tipo: insistam na CPI dos Correios que vocês vão ver instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito das Privatizações.

Então, é bom que façam lá na Câmara quaisquer que queiram, porque aqui no Senado faremos quaisquer que queiramos. O PSDB quer a investigação dos seus oito anos e das suas privatizações e o PSDB não abre mão de investigar Waldomiro Diniz e suas ligações para dentro e para fora do Palácio do Planalto e de investigar essa podridão dos Correios e Telégrafos. Ou seja, não vamos passar para os nossos filhos e netos a idéia de um Parlamento afeito a chantagens e a troca de favores espúrios. Queremos que a verdade apareça, sob pena de fazermos a mais medíocre das passagens históricas que possa registrar a civilização brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aguardamos por escrito a indicação dos nomes que serão encaminhados à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 2, de 2005**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, que *dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 2, DE 2005

Nos termos do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o PLS nº 226, de 2004, que “dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”, seja submetido à apreciação pelo Plenário dessa Casa.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. –

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI A CÂMARA Nº 36, DE 2005

(Nº 4.904/2001, na Casa de origem)

Cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Distribuição de Sinais de TV liberta – DTVA, destinado a distribuir, via cabo, sem exclusividade, os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Art. 3º Da entidade prestadora do DTVA não poderão participar como sócios, acionistas ou cotistas as prestadoras de serviço de telecomunicações, de radiodifusão, de qualquer serviço de televisão por assinatura, nem seus respectivos sócios, acionistas ou cotistas, bem como suas controladoras, controladas ou coligadas.

Art. 4º Para receber a autorização para o DTVA, que será gratuita, os interessados deverão apresentar a documentação relativa a habilitação jurídica, qua-

lificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme definido em regulamento.

Art. 5º As entidades que estejam prestando o serviço ou que o tiverem prestado em algum momento, a partir de 1º de janeiro de 1994, e atendam aos dispositivos desta Lei, terão direito à autorização, que deverá ser expedida pelo Poder Executivo 90 (noventa) dias após a apresentação dos documentos previstos no art. 4º desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.904, DE 2001

Cria o serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA, destinado e distribuir, via cabo, sem exclusividade os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Art. 3º Da entidade prestadora do DTVA não poderão participar como sócios acionistas ou cotistas as prestadoras de serviços de telecomunicações, de radiodifusão, de qualquer serviço de televisão por assinatura, nem seus respectivas sócios acionistas ou cotistas, bem como suas controladoras, controladas ou coligadas.

Art. 4º Para receber a autorização para DTVA, que será gratuita, os interessados deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal conforme definido em regulamento.

Art. 5º As entidades que estejam prestando o serviço ou que o tiverem prestado em algum momento, a partir de 1º de janeiro de 1994, e atendam os dispositivos desta lei, terão direito à autorização, que deverá ser expedida pelo Poder Executivo noventa dias após a apresentação dos documentos previstos no artigo 3º desta lei.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua regulamentação.

Justificação

Com a edição da Lei da TV Cabo (Lei nº 8.977, de 6 de de 1995) quase todos os prestadores do Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Fiscais – DISTV, regulado pela Portaria nº 250, do 13 de dezembro de 1989, do Ministério das Comunicações, foram postos à margem da lei. Isto porque a maioria

deles não teve condições para enquadrar-se nas disposições do artigo 42 da nova lei e, assim, ter sua autorização de DISTV transformada em concessão do Serviço de TV a Cabo.

É muito fácil entender por que isto ocorreu. A maioria dos prestadores de DISTV era constituída por pequenas empresas que fazia a distribuição via cabo dos sinais da TV aberta em áreas de sombra, onde aqueles sinais não chegam. Seu equipamento era constituído, basicamente, pela antena parabólica que captava o sinal das televisões abertas e o distribuía, via cabo, aos assinantes, cobrando por isto mensalidades entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00. São conhecidos no mercado como “antenistas”.

Com o advento da Lei de TV a Cabo, os que não puderam enquadrar-se como exploradores do Serviço de TV a Cabo passaram à ilegalidade, estão tendo seus equipamentos lacrados e são processados por crime de exercício ilegal de serviços de telecomunicações.

É absolutamente injusta a situação criada. Os “antenistas” prestam um inestimável serviço à população, especialmente a da baixa renda, sua principal clientela. São cidadãos que não podem pagar um serviço de televisão por assinatura e que, sem os “antenistas” não têm acesso à televisão, por estarem localizados em áreas de sombra dos sinais da TV aberta nas grandes cidades (atrás de morros) ou em pequenas comunidades do interior.

É este mercado, desprezado pelas redes de televisão aberta e por assinatura, que os “antenistas” querem atender, assumindo até mesmo o risco de ver sua clientela desaparecer no momento em que as televisões abertas cobrirem com bom sinal a respectiva área.

Para muitos pode parecer que se trata de algo absurdamente insignificante para merecer a edição de uma lei. Cálculos da ABETELMIM – Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicação, Melhoramentos de Imagens e Atividades Afins, a entidade que congrega as empresas do setor, indicam para o serviço um faturamento anual de 1,3 bilhão de reais e o emprego de 120 mil pessoas, algo bastante significativo, portanto.

Por estes motivos entendemos ser necessário regular o serviço por lei e denominamos “Serviço de Distribuição de Sinais de TV ABERTA – DTVA”, destinado a distribuir, via cabo, os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Para preservar a sua característica de serviço a ser prestado por pequenos operadores, vedamos seu acesso às prestadoras de serviços de telecomunicação, de radiodifusão, ou de televisão por assinatura.

Também previmos que os antigos prestadores do serviço terão direito à autorização mediante a apresentação da documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

Por estes motivos, esperamos contar com o apoio de todos os ilustres Parlamentares para a aprovação do nosso projeto.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001, – Deputado Salvador Zimbaldi.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 672, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, 7 de fevereiro de 2003.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O diploma legal em tela foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 3 de março de 2005, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Viação e de Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação.

Segundo a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a presente mensagem, a celebração do Acordo em apreço inscreve-se no objetivo de fortalecimento da integração do continente sul-americano. Nesse sentido, adota mecanismos regulatórios de serviços de transporte que completem a interconexão física e contribuam para a ampliação dos laços econômicos e comerciais com os países vizinhos. Informa ainda, o documento, que o Brasil já assinou instrumento análogo com a Venezuela.

O diploma internacional em apreço contém 23 artigos e quatro anexos. Seus termos aplicam-se ao transporte rodoviário internacional de passageiros e carga entre os Estados Partes, tanto em transporte direto como em trânsito a terceiros países.

O art. 3º autoriza a entrada e saída de veículos dos Estados Partes que transportem passageiros ou carga através dos pontos habilitados na fronteira, com base na reciprocidade, de conformidade com as leis e regulamentos existentes em cada país e nas condições estabelecidas no presente Acordo.

O art. 4º veda a realização de transporte doméstico, por transportadores autorizados de uma Parte Contratante, em território da outra, sob pena de cassação da autorização para o transporte internacional.

Estabelece o art. 8º que cada Parte aplicará em seu território aos transportadores, veículos e tripulações da outra Parte, as mesmas disposições legais que aplicam aos do seu próprio país. Assim, cada Parte deverá manter a outra Parte informada sobre as dimensões, pesos máximos e demais normas técnicas exigidas em seu território para a circulação interna de veículos. Entretanto, os veículos deverão efetuar a passagem de fronteira unicamente nos pontos habilitados pelas Partes, que deverão ser aqueles que ofereçam melhores condições de operação e os menores custos de transporte (arts. 9º e 10).

O art. 15 dispõe que os transportadores estarão obrigados a segurar os riscos de transporte, em relação a terceiros e à tripulação, comprometendo-se cada parte a adotar medidas legislativas internas que permitam a emissão de certificados de apólices de seguro com validade internacional.

Foram designados como Organismos Nacionais Competentes responsáveis pelo cumprimento do Acordo em tela a Agência Nacional de Transportes, no Brasil, e o "Ministry of Home Affairs", na Guiana. Ademais, as Partes constituirão uma Comissão, que deverá reunir-se anualmente, para avaliar periodicamente a execução do Acordo (art. 19).

Quanto aos anexos já mencionados acima, o Anexo 1 regula questões referentes à emissão de per-

missões, a dispensa do pagamento de direitos e taxas relativas à circulação e licenciamento de veículos, e o reconhecimento à outra Parte do direito de exercer inspeção mecânica dos veículos habilitados.

O Anexo II trata de aspectos de seguros, enquanto que o Anexo III disciplina as questões migratórias das empresas transportadoras e da tripulação.

O Anexo IV, sobre Assuntos Aduaneiros, define a terminologia empregada e os procedimentos para suspensão de gravames à importação ou à exportação, bem como as formalidades a serem observadas nas fronteiras. Cabe observar que o Anexo IV contém um apêndice que especifica as condições mínimas a serem atendidas pelos dispositivos de segurança aduaneira, como lacres e cintas.

II – Análise

O presente Acordo reflete o desejo do Brasil e da Guiana de fortalecer as suas relações de amizade e de estreitamento de seus vínculos, e tem por objetivo facilitar o intercâmbio entre os dois países, estabelecendo regras para o transporte rodoviário e eliminando barreiras ao fluxo de mercadorias.

Corrobora, ademais, a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas conducentes ao estreitamento dos laços econômicos e culturais entre o Brasil e os países fronteiriços.

No contexto da integração sul-americana, o Acordo ora em apreciação reveste-se também de grande importância, porquanto o Brasil tem procurado expandir e aprimorar os laços de cooperação com os países amazônicos, entre eles a Guiana. Particular atenção têm recebido as iniciativas de integração viária e energética, que se afiguram essenciais para dinamizar as respectivas economias e favorecer a aproximação entre suas sociedades. A adoção de instrumentos internacionais que facilitem o ingresso e o trânsito rodoviário entre os dois países, de veículos e mercadorias, contribui sobremaneira para que se aprofunde o intercâmbio bilateral e a cooperação entre eles.

Do Acordo em pauta resultarão, sem qualquer dúvida, iniciativas conducentes ao almejado fortalecimento e dinamização das relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiana, beneficiando também a nossa aproximação com outros países da região amazônica.

III – Voto

Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil

e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2005. –

Assinaram o Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 131, de 2005 os Seguintes Senadores:

Cristovam Buarque, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator – **Jefferson Péres** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **João Batista Motta** – **Heráclito Fortes** – **Pedro Simon** – **Marcelo Crivella** – **José Agripino** – **Ana Júlia Carepa** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2005

Institui o novo Programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído em favor da população de baixa renda o novo Programa Social da Habitação (PSH).

Art. 2º No PSH os contratos de financiamento a mutuários e a empreendimentos imobiliários que atendam aos limites operacionais do programa terão taxa máxima de juros de 10% a.a., sendo livre a adoção de taxas inferiores.

Art. 3º Os mutuários de baixa renda que contraírem financiamentos habitacionais junto ao PSH gozarão de isenção de juros pelo período de 3 a 5 anos.

§ 1º Entende-se por mutuário de baixa renda aquele que sozinho, ou com seu cônjuge, apresente renda, isolada ou comum, equivalente a no máximo dez salários mínimos.

§ 2º Caberá ao Ministério das Cidades estabelecer os critérios para definição, por região, das faixas de renda que gozarão de maior ou menor prazo de isenção de juros, bem como do valor máximo do imóvel sujeito a financiamento pelo PSH.

Art 4º Durante o período de isenção o valor das prestações pagas pelos mutuários serão contabilizadas como amortização do saldo devedor.

§ 1º O valor da prestação contratual será equivalente a 30% da renda líquida dos mutuários e o valor apurado permanecerá sem diminuições até a solução integral do saldo devedor.

Parágrafo único. Sendo os recursos oriundos do FGTS, a totalidade dos recursos a que se refere este artigo será aplicada em títulos públicos.

Art. 10. O Conselho Monetário poderá substituir total ou parcialmente o fator de multiplicação pelo asseguramento às instituições da disponibilidade, total ou parcial, dos valores provenientes dos pagamentos de prestações feitos pelos mutuários, enquanto perdurar o período de isenção.

Art. 11. As instituições financeiras não serão obrigadas a operarem financiamentos com base nesta lei, bem como poderão operar apenas parte dos recursos de que detenham as disponibilidades em cada ano.

Art. 12. Nas hipóteses do artigo 11 deverão as instituições financeiras, na primeira quinzena do ano civil, comunicar ao Banco Central se aplicarão a totalidade das disponibilidades de poupança de que forem depositárias e, não sendo a totalidade, indicarão a quantia a ser aplicada.

Parágrafo único. A quantia que não for aplicada em financiamentos habitacionais em desatenção ao informado, conforme parte final do **caput** deste artigo, será obrigatoriamente no exercício seguinte objeto do repasse interfinanceiro previsto.

Art. 13. A parcela de recursos não aplicada pela instituição financeira será objeto de encaixe obrigatório junto ao Banco Central, que os repassará via depósito interfinanceiro a qualquer outra instituição financeira interessada em aplicar recursos nos moldes desta lei.

§ 1º O encaixe perdurará até que se vença o período de isenção, referentemente aos recursos recebidos dos mutuários nessa fase, ou, quanto ao restante, até o momento em que forem, nos termos da Lei nº 9.514/97, securitizados pela instituição financeira receptora do repasse.

§ 2º Com relação aos recursos recebidos dos mutuários após o período de isenção, não securitizados, o encaixe será diminuído na proporção dos pagamentos mensais feitos pelos mutuários, devendo ser direcionados para financiamentos habitacionais nos termos desta lei.

Art. 14. Os recursos serão transferidos para a instituição financeira que aceite operar com os mesmos parâmetros fixados de acordo com o termos do artigo 9º, e em existindo mais de uma instituição pretendente, mediante leilão eletrônico, sendo deferidos àquela que aceite operar com o menor multiplicador.

Parágrafo único – Será de responsabilidade da instituição financeira receptora dos recursos os ônus financeiros quanto à remuneração e correção monetária dos recursos advindos da poupança.

Art. 15. Assim que especificados os parâmetros do artigo 9º, o Banco Central encaminhará, em 15 dias, relatório público aos Presidentes da Câmara e do Senado que permita o acompanhamento das razões da fixação de determinado fator de multiplicação

e qual a rentabilidade da carteira que o multiplicador pretende estabelecer.

§ 1º O Presidente da República de ofício, ou por provocação do Presidente de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional proceda de acordo com o artigo 13, estabelecendo leilão eletrônico para a totalidade dos recursos disponíveis à habitação, junto às instituições financeiras, caso considere elevados os fatores de multiplicação.

§ 2º A rentabilidade indicada no relatório do Banco Central é enunciativa, não vincula a administração, nem enseja responsabilidade patrimonial de qualquer ordem por parte da União quanto a sua ocorrência no curso contratual.

Art. 16. Os recursos a que se referem esta lei, advindos da poupança, dizem respeito à totalidade dos recursos que atualmente estão direcionados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

§ 1º Esta lei aplica-se também aos recursos que atualmente não se enquadram nos recursos destinados ao SFH, e que forem liberados por força de eventual diminuição dos atuais percentuais de encaixe obrigatório no Banco Central e para disponibilidades das instituições financeiras, conforme atualmente estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 17. Todo o recurso aplicado nos termos desta lei, que for objeto de securitização prevista na Lei nº 9.514/97, deverá a partir da emissão dos títulos ser contabilizada como recurso disponível, e portanto, submetido a novas operações de financiamento habitacional.

Art. 18. Os recursos destinados à habitação, oriundos do orçamento público, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que ainda não estejam contratados ou vinculados a obras específicas serão aplicados nos termos desta lei.

Art. 19. As empresas que assinarem termo de asseguramento do emprego do mutuário pelo período de isenção, poderão destinar, via depósito direto, em conta indicada pela instituição financeira, os valores do FGTS recolhidos pelo Empregador e Empregado, os quais serão contabilizados como amortização do saldo devedor do mutuário.

§ 1º Em caso, de desligamento sem justa causa no período de isenção, incorrerá o Empregador com multa contratual equivalente a soma dos valores referidos no **caput** multiplicada pelo número de meses faltantes para o fim da isenção.

§ 2º Havendo dispensa sem justa causa após o período de isenção, os valores pagos nesse período

não contarão para efeito de multa devida pela dispensa injustificada.

Art. 20. Os Ministérios das Cidades e do Planejamento procederão a estudos conjuntos visando o aproveitamento, preferencialmente em parcerias público privadas a que se refere a Lei nº 1.079/04, dos recursos arrecadados com a oferta de títulos públicos destinados a compor a rentabilidade das carteiras dos Bancos, nos termos desta lei.

Art. 21. As instituições financeiras somente terão acesso a recursos proveniente do fator de multiplicação a partir da data de assinatura do contrato com o mutuário, e na sua proporção.

Art. 22. Somente poderão utilizar os benefícios do PSH as pessoas que não sejam proprietárias de outro imóvel residencial, ou que não tenham sido proprietárias, compromissárias compradoras ou adquirentes de outro imóvel, isolada ou conjuntamente com outrem, nos últimos cinco anos, verificados mediante declaração do mutuário,

§ 1º A declaração falsa a respeito das circunstâncias referidas no **caput** configura crime de falsidade ideológica, punida nos termos do Código Penal.

Art. 23. Cada mutuário, isolada ou conjuntamente com o cônjuge, somente poderá adquirir ou compromissar-se na aquisição de um único imóvel com recursos do PSH, devendo nele residir pelo período de isenção, salvo transferência do emprego para outro município.

Art. 24. Sem prejuízo do processo penal respectivo, a verificação da existência das condições vedadas nos arts. 22 e 23, enseja multa legal de 10% sobre os valores financiados com recursos do PSH, e a imediata execução judicial da multa e do valor do saldo devedor existente.

§ 1º A garantia contratual se estende de pleno direito para o valor da multa.

§ 2º Quando a execução versar sobre a multa legal e o saldo devedor, terão prioridade de atendimento os valores relativos ao saldo devedor e após a multa até o limite do valor apurado no leilão.

§ 3º o valor da multa legal será doado pela instituição financeira, após homologação da destinação pelo juízo da execução e ouvido representante do Ministério Público, a instituições de cuidado a idosos, crianças ou qualquer outra instituição de caráter social sem fins lucrativos.

§ 4º Atendidos os §§ 2º e 3º consideram-se quitados todos os valores contratuais entre credor e mutuário.

Art. 25. Terão prioridade nas contratações de financiamentos desta lei os mutuários que convivam

com filhos menores, deficientes ou idosos que residam com os adquirentes.

Art. 26. Observada a Lei nº 10.931/2004, poderão ser contratados financiamentos habitacionais junto ao PSH para imóveis ainda em construção.

Art. 27. Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É do conhecimento público, e de constante preocupação de todos os senadores e deputados federais, a situação do financiamento habitacional brasileiro, notadamente em relação à moradia para a população de baixa renda.

O Congresso Nacional, sensível ao problema, aprovou a Lei nº 9.514/97, criando o SFI, a Lei nº 10.188/2001, instituindo o Programa de Arrendamento Residencial e a Lei nº 10.931/04, dispondo sobre o Patrimônio de Afetação. Essa legislação representa inegável avanço no regramento do setor, buscando, a primeira, a criação do mercado secundário, via securitização de recebíveis, diminuindo com isso o custo das instituições financeiras manterem os créditos imobiliários engessados durante o longo período do financiamento imobiliário. Por sua vez a Lei nº 10.931/2001, buscou mais transparência e segurança para os financiamentos à produção, criando através do patrimônio de afetação, uma segregação na contabilidade das empresas construtoras. Com isso, isola-se cada empreendimento imobiliário na contabilidade da empresa, impondo o direcionamento dos valores de financiamento ao exclusivo término das obras, evitando-se a contaminação da saúde dos empreendimentos por eventuais insucessos empresariais diversos. Já a lei de criação do Programa de Arrendamento Residencial também teve o cuidado de não induzir os déficits de tal programa para o patrimônio da Caixa Econômica Federal. Ainda, direcionou recursos de fundos públicos e orçamentários a esse que tem sido a única ferramenta a enfrentar o déficit de moradias para baixa renda, ferramenta essa limitada por sua própria natureza e fonte dos recursos.

Embora o mutuário participe indiretamente dos ganhos de segurança no sistema, tal legislação, pode-se afirmar, atende prioritariamente aos aspectos contábeis/financeiros existentes na relação construtoras e agentes financeiros, e agentes financeiros e mercado financeiro.

Do lado exclusivo do mutuário, é de se ressaltar que mencionada legislação impôs as figuras da “alienação fiduciária” e do “arrendamento residencial” que ensejam ao mutuário com dificuldades de pagamento,

a incômoda qualidade de “posseiro” ou “esbulhador possessório”, sujeito à retirada liminar, a ser determinada por um juiz (art. 30, da Lei nº 9.514/97 e art. 9º da Lei nº 10.188/2001).

Está portanto carente a população de uma medida legislativa que venha ao encontro dos interesses dos mutuários, para que o benefício lhes concedido também reflita na segurança das relações contratuais inerentes à aquisição da moradia, eleita direito social nos termos do art. 6º, da Constituição Federal.

Atualmente, a dificuldade do mutuário diz respeito à renda e ao custo dos financiamentos, aspectos que não são os objetivos principais referidos. O conforto que pode o Congresso Nacional trazer aos mutuários, portanto, deve estar correlacionado a essa dificuldade, que afeta mais de 6 milhões de famílias necessitadas de moradias.

Existem, em ambas as casas do Congresso Nacional, diversos projetos procurando atender a essa dificuldade, porém todos dependem de novas fontes de recursos, e inclusive de recursos orçamentários, o que os torna dependentes do lento crescimento econômico brasileiro.

Ocorre que surge neste momento oportunidade única para a mudança definitiva dos rumos da política habitacional, pois pela primeira vez em décadas de SFH, existem mais recursos que obras e contratos disponíveis para serem financiados.

Esse dado, impondo movimento de afogadilho no Banco Central, está claramente anunciado na Nota Técnica daquela autarquia à Res. nº 3.259/2005, **verbis** “Ocorre que, para atender a exigibilidade de aplicação mínima dos depósitos de poupança, conforme descrito no irem anterior, estimava-se para 2005 a necessidade de contratação de novos financiamento entre R\$8 bilhões e R\$12 bilhões. Mesmo considerando a projeção mais baixa, de R\$8 bilhões, a necessidade de concessão de novos financiamentos para o ano de 2005 representaria aumento de 166% em relação à demanda de novos financiamentos para o ano de 2005 representaria aumento de 166% em relação à demanda de novos financiamentos registrada para o ano de 2004. Apesar de significativa recuperação de economia em 2004 (...) dificilmente o crescimento da demanda por crédito imobiliário em 2005 se daria no ritmo necessário para absorver oferta tão elevada de recursos. (...) O excesso de oferta de crédito imobiliário poderia levar as instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ao simples recolhimento de valores ao Banco Central do Brasil por absoluta incapacidade de concessão de financiamentos”. (Fonte site www.bancocentral.gov.br)

Portanto, é fato: existe sobra de recursos. Temos três alternativas de uso dessa enorme quantia: utilizá-la de um programa que aproveite esse quadro único em favor da população, recolher as sobras ao Banco Central ou entregá-la às instituições financeiras para o simples aumento de seus já elevados lucros (via aplicação de tais recursos em faixa livre ou títulos públicos). Conforme anuncia a Nota Técnica a opção do Banco Central, em debates que incluiu a participação dos Bancos e excluiu a participação do Congresso Nacional, foi de privilegiar os lucros do setor financeiro. Anote-se que enquanto o Congresso Nacional curava pessoalmente de impor os percentuais de aplicação e encaixe da poupança (art. 28, da Lei nº 10.150/2000), e ainda não o havia delegado ao Conselho Monetário, o excesso de recursos jamais teve esse divórcio com as carências sociais do povo e portanto nunca fora direcionada a sua maior parte à rentabilidade de Bancos.

Ocorre que estão envolvidas cifras apenas da poupança de mais de R\$12 bilhões em 2005, outros tantos bilhões em 2006 e 2007, a sobra de recursos deve ser reordenada em formato de um novo programa de financiamento habitacional ao Brasil. E é justamente a este Congresso Nacional único excluído do debate conforme referida nota técnica, que cabe debater medidas cujo ano no tempo supere os mandatos do Poder Executivo, estabelecendo assim, nos exatos termos do art 48, inciso IV da Constituição Federal a decisão da Nação sobre os – “planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento” – notadamente quando envolvidos recursos angariados na poupança popular.

Assim, aproveitando-se dos mesmos mecanismos utilizados pela Resolução nº 3.259/2005, portanto já autenticados pelo Banco Central e Associações de Bancos como legítimas ferramentas do sistema financeiro, por meio do projeto de lei que ora se apresenta busca-se que o Congresso Nacional venha a parametrizar o destino de sobras de recursos de 2005, e dos anos seguintes, dando sentido social à liberação para disponibilidade desses mesmos recursos pelos Bancos.

Pelo projeto de lei, ao momento em que aplicam as sobras de recursos (que sempre foram recolhidas ao Banco Central), – instituições financeiras deixam que os mutuários ao efetuarem o pagamento de suas prestações, pelo prazo de 3 a 5 anos, revertam tais valores exclusivamente à amortização do seus financiamentos. Com isso, enquanto os Bancos compensam-se por meio de aplicação de valores que deveriam ser recolhidos ao Banco Central, os mutuários conseguem quitar perto de 50% de seus financiamentos durante o período de isenção de juros. E, portanto, quando forem

exigidos juros contratuais do mutuário, esses incidirão sobre uma base de cálculo reduzida próxima à metade. Medida simples, sem novos custos orçamentários e que dará à população o conforto necessário à aquisição de sua moradia.

Conforme estudos elaborados na Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal, demonstra-se que não é apenas ao mutuário que o período de isenção é benéfico. Aos Bancos lhes interessa a isenção, pois no período a rentabilidade contratual se estabelece sem riscos, dependendo única e exclusivamente das próprias decisões sobre a espécie de aplicação financeira que elegerem. Por outro lado, a garantia hipotecária levanta-se com força integral, dado que perto de 15% do financiamento quita-se a cada 12 meses de isenção de juros.

Para o País a isenção também é importante. Por meio dela os recursos hoje disponíveis não ficarão retidos em contratos de 15, 18 ou 20 anos, e com possíveis saldos devedores vultosos, e com tentativas no futuro de serem lançados à conta de recursos públicos. Ensejando a quitação de perto de 50% dos saldos devedores no prazo de isenção, a cada 3 ou 5 anos metade de tudo que se empresta hoje voltará a financiar novos mutuários, novas obras, gerando implemento na arrecadação de tributos e geração constante de empregos dos quais depende o sucesso econômico deste Brasil. Penso que é mais que oportuna a intervenção deste Senado, por meio do projeto que ora apresento, em atendimento aos interesses da Nação Brasileira e de seus inúmeros cidadãos que vivem sem condições de moradia digna.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Do Sistema de Financiamento Imobiliário

SEÇÃO I Da finalidade

Art. 1º O Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI tem por finalidade promover o financiamento

imobiliário em geral, segundo condições compatíveis com as da formação dos fundos respectivos.

.....

Art. 30. E assegurada ao fiduciário, seu cessionário ou sucessores, inclusive o adquirente do imóvel por força do público leilão de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 27, a reintegração na posse do imóvel, que será concedida liminarmente, para desocupação em sessenta dias, desde que comprovada, na forma do disposto no art. 26, a consolidação da propriedade em seu nome.

.....

LEI N° 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Mensagem de voto

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

.....

LEI N° 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de

Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Do Regime Especial Tributário
do Patrimônio de Afetação**

Art. 1º Fica instituído o regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias, em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação.

Art. 2º A opção pelo regime especial de tributação de que trata o art. 1º será efetivada quando atendidos os seguintes requisitos:

I – entrega do termo de opção ao regime especial de tributação na unidade competente da Secretaria da Receita Federal, conforme regulamentação a ser estabelecida; e

II – afetação do terreno e das acessões objeto da incorporação imobiliária, conforme disposto nos arts. 31-A a 31-E da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 3º O terreno e as acessões objeto da incorporação imobiliária sujeitas ao

.....
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.

Vide texto compilado

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.135-24, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento exclusivo da necessidade de moradia da população de baixa renda,

sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal será agente gestor do Programa.

§ 1º A gestão do Programa cabe ao Ministério das Cidades e sua operacionalização à Caixa Econômica Federal – CEF. (Redação dada pela Lei nº 10.859, de 2004)

§ 2º Os Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda fixarão, em ato conjunto, a remuneração da CEF pelas atividades exercidas no âmbito do Programa. (Incluído pela Lei nº 10.859, de 2004)

.....
Art. 9º Na hipótese de inadimplemento no arrendamento, findo o prazo da notificação ou interpelação, sem pagamento dos encargos em atraso, fica configurado o esbulho possessório que autoriza o arrendador a propor a competente ação de reintegração de posse.

.....
LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

Mensagem de Veto nº 2.007

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, junto às instituições financeiras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, poderão ser objeto de novação, a ser celebrada entre cada credor e a União, nos termos desta lei.

§ 1º Para os eleitos desta lei consideram-se:

.....
Art. 28. Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o **caput**.

(Ás Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Belém, da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 18 de maio de 2005, em Belém – PA, da Exma. Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro mais que este voto seja Levado ao conhecimento do Senador Flexa Ribeiro e de seus familiares.

Justificação

O Voto de Pesar proposto justifica-se. O falecimento da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro a todos nos sensibiliza, mormente pelo apreço que temos ao nosso ilustre colega, Senador Flexa Ribeiro.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – **Arthur Virgílio** – Álvaro Dias – Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2005

Requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca dos dados sobre a devastação da Amazônia, com crescimento de 6,23% em 2004.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, a excelentíssima senhora Ministra do Meio Ambiente, informações acerca das notícias, com dados oficiais dos níveis de devastação da floresta Amazônica, com aumento de 6,23% no ano de 2004.

Indago especialmente:

1 – O Ministério do Meio Ambiente tem projetos para evitar a devastação?

2 – Em caso positivo, em que estágio se encontram esses projetos? foram aprovados pelo Governo?

3 – Há datas previstas para implantação de projetos, casos existam?

Justificação

Os jornais de 19 de maio de 2005 divulgam dados alarmantes, mostrando que a devastação da Floresta Amazônica prossegue em ritmo crescente, registrando percentual de 6,23% em 2004. Daí a necessidade de o Senado ser devidamente informado acerca da eventual existência de projetos para conter a destruição daquela área estratégica para o País.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

A Senadora Serys Slhessarenko é Senadora do PT pelo Estado de Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, hoje é manchete de vários jornais escritos, televisivos e de rádios o escândalo do desmatamento em Mato Grosso.

Embora eu vá apresentar alguns dados cuja fonte principal é o jornal **O Globo**, lembro que os mesmos se encontram também em outros jornais.

Nós, em Mato Grosso, ao mesmo tempo em que comemoramos a ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras, pela qual brigamos, para o nosso Estado, não podemos deixar de nos assustar, de nos espantar e de nos horrorizar verdadeiramente com a apuração da taxa de desmatamento na Amazônia, divulgada ontem, e anunciada hoje por toda a imprensa brasileira, pela Ministra Marina Silva, pelo Ministro Ciro Gomes e pelo Ministro Eduardo Campos.

É um verdadeiro horror o que o Governador Blairo Maggi está fazendo com as florestas de Mato Grosso. Os números mostram que está se desenvolvendo no Estado uma política de terra arrasada.

No período de agosto de 2003 a agosto de 2004 – atentem, V. Ex^{as}, um ano –, a estimativa é de que foram desmatados, nesses 12 meses, 26.140km², o

que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003.

O Governo tinha a expectativa de que houvesse um aumento de apenas 2% da taxa de desmatamento no período, de acordo com previsões do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Mas se cinco dos sete Estados da Amazônia reduziram a taxa do desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia registraram-se alta de 20% e 23% respectivamente.

Isso não acontece à toa. Sr^{as}s e Srs. Senadores. Seríamos muito ingênuos para acreditar que tudo não seja criteriosamente planejado pelos inimigos da floresta. E os inimigos da floresta, em Mato Grosso, têm nome, sobrenome, CPF e endereço conhecido.

Vejam que houve queda na taxa de desmatamento nos Estados do Pará (2%), do Amazonas (39%), do Acre (18%), do Maranhão (26%) e de Tocantins (44%). Em Mato Grosso e Rondônia, todavia, há esse retrocesso, esse escândalo ambiental apontado pelos números.

O desmatamento de 26.140 km² na Amazônia brasileira, em um ano, é o segundo maior da história, perdendo apenas para 1995, quando foi registrado o recorde de 29.050 km².

Ao invés de melhorarmos em nossas estatísticas, ao invés de nos credencermos aos olhos do mundo, estamos sendo expostos de maneira vil por aqueles que só pensam na floresta como fonte de riqueza fácil, de faturamento a qualquer preço.

Segundo avaliação feita pelo Greenpeace, o desmatamento praticado na Amazônia nesse período é equivalente a mais de 8,6 mil campos de futebol em um único dia e é um duro golpe no programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Greenpeace diz, ainda, que quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu em Mato Grosso, governado pelo maior exportador individual de soja do mundo, o Sr. Blairo Maggi.

Sim; enquanto as árvores caiam na floresta, o grupo Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$532 milhões, em 2003, contra US\$415 milhões, em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares, em 2003, contra 140 mil, em 2002).

Por isso, afirmo que esses índices tão escandalosos não acontecem à toa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Ontem, estivemos no seu Estado – inclusive, justificamos a sua ausência por motivo de compromissos inadiáveis – e pudemos recolher subsídios importantes para um

diagnóstico que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra terá que apresentar ao final dos seus trabalhos. Estivemos na região do Alto Araguaia, entre o Xingu e o Araguaia, no Município de Confresa, ouvindo depoimentos importantes tratando da questão a que faz referência V. Ex^a, essa depredação do meio ambiente, essa devastação irresponsável que se faz em determinadas áreas neste País e também dando conta do abuso que se pratica contra pessoas humildes que desejam trabalhar. Conhecemos de perto a realidade do seu Estado, as nuances de cada região, em função das suas peculiaridades, e os contrastes gritantes entre uma região e outra. Estamos conseguindo uma fotografia da realidade agrária do País. No seu Estado, por exemplo, o Poder Público arrecadou 6 milhões de hectares, mais de 3 milhões de hectares não foram aproveitados para assentamentos. E, daí que se aproveitou – de acordo com a denúncia do Superintendente do Incra de Mato Grosso –, o Governo estadual, com a aprovação da Assembléia, estaria vendendo como áreas devolutas, como áreas públicas, pertencentes ao Estado, por um valor inferior àquele que o Governo Federal, por meio do Incra, paga para assentamentos. Dessa forma, não se faz reforma agrária no País.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Fica difícil.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Faço esse aparte a V. Ex^a pelo tema que está abordando: essa preocupação do mundo com o que ocorre nos campos do Brasil, uma preocupação que se justifica sim.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, é muito importante o depoimento de V. Ex^a. Acredito que a estada da CPMI da Terra no Estado do Mato Grosso foi da maior relevância. A realização dessa audiência na Confresa foi muito importante porque lá os problemas com a terra são gravíssimos. Como dissemos, nós de lá os conhecemos de cor e salteado, mas é da maior relevância que pessoas como V. Ex^a tenham ido até lá e dêem depoimentos, como fez V. Ex^a agora. Isso, com certeza, nos fortalece na luta pela terra.

São aproximadamente 6,4 milhões de hectares de terras públicas, dos quais 3,2 milhões – ou 3,4 milhões, não sei – foram regularizados da forma como V. Ex^a citou: vendidos a preço muito mais baixo. Quanto aos 3 milhões de hectares que ainda restam, o Incra está tentando resgatar as terras públicas que estão nas mãos de grandes proprietários, de forma absolutamente irregular. Essa questão tem que ser realmente vista com a seriedade merecida e devida para que se possa fazer a reforma agrária, sem ter que pagar preços

elevados pela desapropriação. V. Ex^a tem toda razão e apresenta dados absolutamente corretos.

Eu gostaria de parar de falar da questão das florestas porque preciso comentar outro assunto extremamente importante. Anunciei, no início do meu discurso, que, em Mato Grosso, estamos comemorando a possível ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras para o nosso Estado, mas não poderíamos deixar de falar sobre como está sendo feita a destruição das florestas no Mato Grosso no apogeu da notícia sobre o desmatamento. E o depoimento do Senador Alvaro Dias torna desnecessária a finalização do nosso discurso, uma vez que S. Ex^a dá um depoimento, de viva voz, de que esteve ontem no meu Estado e testemunhou, por meio dos depoimentos mais variados – tenho certeza disso –, a gravidade do problema do desmatamento em Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como anunciei no início da minha fala, estamos aqui para comemorar a notícia de que a Petrobras está finalizando estudos para implantação de mais um grande projeto industrial na Região Centro-Oeste, que pode vir a carrear, ao longo de cinco anos, investimentos de até US\$1 bilhão, gerando mais de 70 mil empregos e contribuindo para um grande impulso econômico em toda essa Região tão produtiva e tão estratégica para o desenvolvimento do nosso País, que é o Centro-Oeste.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ainda tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente.

Quando alguns vivem o dia-a-dia da política apenas interessados em chafurdar na politicagem, em criar ambientes de crise, em arrastar o nosso Parlamento e o nosso Governo para um pretenso impasse, como se não existisse, acima de nós, um País, uma Nação que se movimenta e busca caminhos inovadores, é bom saber que a Petrobras abre esse tipo de perspectiva para nossa querida Região Centro-Oeste.

Sim, neste momento em que muitos falam em crise e se angustiam com as perspectivas do futuro, devo dizer que as perspectivas que a Petrobras abre para o Centro-Oeste e, muito particularmente, para o Mato Grosso são altamente alvissareiras.

As informações que tenho são as de que esse grande projeto, que está tendo seu estudo de implementação finalizado pela Petrobras, será o que podemos chamar de uma separadora de gás, um grande e arrojado pólo-gás químico que aproveitará o gás natural importado da Bolívia para a produção de uréia e amônia, que são componentes empregados com

grande destaque na moderna indústria de fertilizantes e são componentes que nosso País ainda estaria tendo que importar, trazer de outros países, em expressiva escala.

Essa é, portanto, uma notícia que muito me entusiasma, que entusiasma a todos nós, que vivemos, trabalhamos e lutamos pelo progresso de Mato Grosso. Estamos vendo agora, neste período ímpar da administração de nosso companheiro Lula, nosso Governo, por meio da Petrobras, essa empresa altamente comprometida com os interesses nacionais, despontar com um investimento que tem todas as possibilidades de se estabelecer no território de Mato Grosso.

Vejam só que bela notícia para todos aqueles e todas aquelas que lutam, que penam, que se movimentam diariamente com o objetivo de fazer de Mato Grosso um Estado modelo para este Brasil. Fico muito satisfeita em poder falar aqui dessa boa nova.

Digo aqui, Senador Mão Santa, a V. Ex^a, que vive citando seguidamente passagens bíblicas, que, quando o anjo Gabriel apareceu para anunciar o nascimento de Jesus Cristo, disse que estava ali para anunciar boas novas para todo o povo. E essa notícia sobre a possibilidade de instalação dessa grande fábrica da Petrobras em Mato Grosso é uma boa nova para o meu Estado e para toda a Região Centro-Oeste.

Fiquei muito contente, quando soube, pelo Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia de Mato Grosso, Dr. Alexandre Furlan, e do Subsecretário Epaminondas Mattos Conceição, do trabalho persistente que aquela Secretaria vem desenvolvendo para que esses investimentos da Petrobras sejam agilizados e para que possamos, no mais curto prazo, dizer que o que é ainda hoje projeto, o que é ainda hoje intenção da Petrobras e do Governo Federal haverá de se transformar em realidade palpável, para não só demonstrar o compromisso do Governo Lula com o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado, da nossa Região Centro-Oeste, mas principalmente para ofertar ao nosso povo uma nova realidade de vida, uma nova perspectiva de sobrevivência.

Se Mato Grosso é responsável hoje pela maior produção agrícola do País, e nossa lavoura assombra o mundo com a escala extraordinária de nossa produção, nada mais justo do que contar com a perspectiva de que esses investimentos da Petrobras serão feitos em Cuiabá, em Santo Antônio do Leverger ou em Cáceres, cidades que estão sendo estudadas pela Petrobras, mas certamente esse investimento será feito no território de Mato Grosso.

Se lá em Mato Grosso temos ainda uma grande riqueza de água; se lá em Mato Grosso estamos lutando pela implantação de uma ferrovia que facilitará que se

transporte para outras Regiões do País, e principalmente para o Triângulo Mineiro, essa formidável produção de matéria-prima para fertilizantes que a Petrobras pretende desenvolver; se lá em Mato Grosso está o maior rebanho bovino do País; se lá em Mato Grosso temos um povo corajoso, capaz, sempre disposto a conquistar, pelo trabalho, melhores condições de vida para si e para suas famílias, nada mais justo do que a instalação dessa fábrica em nosso Estado.

O que sabemos é que a Petrobras vinha desenvolvendo seus estudos já há algum tempo. Pelo que conta o Subsecretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso, Dr. Epaminondas Conceição, já faz mais de um ano que técnicos da empresa têm percorrido as terras de Mato Grosso para identificar as melhores opções para a implementação desse seu megaprojeto. Agora esses estudos estão chegando ao final, e a empresa terá que definir em que cidade investirá, mas precisamos, queremos e acreditamos que será em Mato Grosso.

Temos lá ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas dificuldades a superar, mesmo com a chegada da fábrica da Petrobras. Mas essa obra, no entanto, surge como um grande impulso para o nosso Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço apenas mais uns minutinhos.

Nos próximos dias, temos certeza de que as Bancadas Federal e Estadual de Mato Grosso, bem como representantes do empresariado, de entidades sindicais e de organizações do Estado de um modo geral, com a presença do Sr. Governador, estaremos na sede da Petrobras, com o nosso companheiro, Senador José Eduardo Dutra, para dizer que Mato Grosso está preparado para um novo ciclo de sua vida econômica, que começará certamente a partir da implantação dessa importante planta industrial que será a nova fábrica de fertilizantes da Petrobras.

É esse também um projeto muito importante porque vem igualmente consolidar nossa parceria com a Bolívia, contribuindo para a consolidação do Mercosul.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Por meio dessa parceria, investiremos cada vez mais na utilização da nossa matriz energética.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais aqui no Congresso, devo lembrar que o

gás natural é um combustível limpo, cuja utilização contribui para a preservação do nosso meio ambiente.

Não vou poder ler todo o meu discurso, mas anunciaríamos que a amônia sintética industrializada poderá, em larga escala, ser usada no processamento de muitos produtos, em torno de duas dezenas. Não vou lê-los.

Eu gostaria de finalizar dizendo que a Bancada Federal de Mato Grosso, composta de Senadoras e Senadores e Deputadas e Deputados Federais – aliás, Mato Grosso, Sr. Presidente, tem a maior Bancada feminina do País no Congresso Nacional –, que é bastante dinâmica, está mobilizada e esteve há poucos dias no Ministério dos Transportes. O Governador do Estado e todas as forças vivas da sociedade mato-grossense estarão, junto ao Presidente da Petrobras, envidando todos os esforços para que essa grande fábrica de fertilizantes que será construída pela Petrobras seja edificada em Mato Grosso. Temos tudo para que isso ocorra em Cuiabá, em Santo Antônio do Leverger ou em Cáceres.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que comemoramos e brigamos pela ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras para Mato Grosso, não podemos deixar de assustar-nos, de espantar-nos, de horrorizar-nos, verdadeiramente, com a apuração da taxa de desmatamento na Amazônia, divulgada no dia de ontem pela Ministra Marina, pelo Ministro Ciro Gomes e pelo Ministro Eduardo Campos.

É um verdadeiro horror o que o Governador Blairo Maggi está fazendo com as florestas de Mato Grosso: os números mostram que está se desenvolvendo lá em Mato Grosso uma política de terra arrasada.

Os dados que vou aqui divulgar estão publicados na edição de hoje do jornal **O Globo**, mas aparecem em diversas reportagens, em toda a mídia nacional e internacional. São dados realmente assustadores.

O levantamento feito pelo Governo Federal nos mostra que, no período de agosto de 2003 a agosto de 2004, a estimativa é a de que foram desmatados nesses 12 meses, 26.140 quilômetros quadrados, o que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003.

O Governo tinha a expectativa de que houvesse um aumento de apenas 2% da taxa de desmatamento no período, de acordo com previsões do Instituto Na-

cional de Pesquisas Espaciais (INPE), mas se cinco dos sete Estados da Amazônia reduziram a taxa de desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia se registraram altas de 20% e 23% respectivamente. Um verdadeiro horror!

Isso não acontece à toa. Seríamos muito ingênuos em acreditar que tudo não seja criteriosamente planejado pelos inimigos da floresta. E os inimigos da floresta, em Mato Grosso, têm nome, sobrenome, CPF e endereço conhecido. Recentemente, a articulista Tezza Cruvinal, nas páginas de **O Globo**, dizia que lá em Mato Grosso atuava um verdadeiro belzebu do desmatamento. E todos nós sabemos de quem ela falava. É o mesmo personagem que, na mídia internacional, já despontou como o inimigo das florestas, o destruidor supremo da Natureza em nosso País.

Vejam que houve queda na taxa de desmatamento nos Estados do Pará (2%), do Amazonas (39%), do Acre (18%), do Maranhão (26%) e de Tocantins (44%).

Em Mato Grosso e Rondônia, todavia, há esse retrocesso, esse escândalo ambiental que os números estão mostrando.

O desmatamento de 26.140 quilômetros quadrados na Amazônia brasileira em um ano é o segundo maior da História, perdendo apenas para 1995, quando foi registrado o recorde de 29.050 quilômetros quadrados.

Ao invés de melhorarmos em nossas estatísticas, ao invés de nos credencermos aos olhos do mundo, estamos sendo expostos de maneira vil por aqueles que só pensam na floresta como fonte de riqueza fácil, de faturamento a qualquer preço.

Segundo avaliação feita pelo Greenpeace, e divulgada pelo **O Globo**, o desmatamento praticado na Amazônia neste período é equivalente a mais de 8,6 mil campos de futebol desmatados em um único dia e é um duro golpe no programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Greenpeace diz ainda que quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu no Mato Grosso, governado pelo maior produtor individual de soja do mundo, Blairo Maggi.

Sim, enquanto as árvores caíam na floresta, o grupo do agronegócio de Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$532 milhões em 2003, contra US\$415 milhões em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares em 2003 contra 140 mil em 2002).

É por isso que afirmo que esses índices tão escandalosos não acontecem à toa. Tudo isso é resultado da ação do inimigo da floresta, do belzebu do desmatamento.

Segundo a ONG WWF-Brasil, a área desmatada é pouco menor que à do Estado de Alagoas. Com isso, 17,3% da cobertura florestal da Amazônia brasileira já foi destruída. Parte do potencial florestal brasileiro corre, portanto, o risco de desaparecer antes mesmo de se tornar conhecido.

A destruição de florestas também tem impacto direto sobre a emissão de gás carbônico e as mudanças climáticas. O Brasil é responsável por 2,51% das emissões de gás carbônico, sem incluir o percentual de queimadas. Quando incluído, o número sobe para 5,38% (segundo dados de 2000 do World Resources Institute), o que eleva a posição do Brasil de oitavo para quinto país emissor. Só as queimadas geram 370 milhões de toneladas de carbono a cada ano.

O outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é a notícia, a ser comemorada, de que a Petrobras está finalizando estudos para a implantação de mais um grande projeto industrial na região Centro-Oeste.

É um projeto que pode vir a carrear, ao longo de cinco anos, investimentos de até US\$1 bilhão, gerando mais de 70 mil empregos e contribuindo para um grande impulso econômico em toda essa Região tão produtiva, tão estratégica para o desenvolvimento do nosso País, que é a Região Centro-Oeste.

Quando alguns vivem o dia-a-dia da política apenas interessados em chafurdar na politicagem, em criar ambientes de crise, em arrastar o nosso Parlamento e o nosso Governo para um pretenso impasse, como se não existisse acima de nós um País, uma Nação que se movimenta e busca caminhos inovadores, é bom saber que a Petrobras abre esse tipo de perspectiva para a nossa querida Região Centro Oeste.

Sim, neste momento em que muitos falam em crise, neste momento em que muitos se angustiam com as perspectivas do futuro, devo dizer que as perspectivas que a Petrobras abre para o Centro Oeste e, muito particularmente, para Mato Grosso são perspectivas altamente alvissareiras.

As informações que tenho é de que esse grande projeto, que está tendo o seu estudo de implementação finalizado pela Petrobras, será o que podemos chamar de uma separadora de gás – um grande e arrojado pólo-gás químico que vai aproveitar o gás natural importado da Bolívia para a produção de uréia e amônia, componentes empregados com grande destaque na moderna indústria de fertilizantes que o nosso País ainda estaria tendo que importar, trazer de outros países, em expressiva escala.

Essa é, portanto, uma notícia que muito me entusiasma, que entusiasma todos nós que vivemos, trabalhamos e lutamos pelo progresso de Mato Grosso

– e que estamos vendo agora, neste período ímpar da administração do nosso companheiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso Governo, através da Petrobras, essa empresa altamente comprometida com os interesses nacionais, despontar com um investimento que tem todas as possibilidades de se estabelecer no território de Mato Grosso.

Vejam só que bela notícia para todos aqueles e todas aquelas que lutam, que penam, que se movimentam diariamente, com o objetivo de fazer de Mato Grosso um Estado modelo para este Brasil. Fico muito satisfeita em poder falar aqui desta boa nova. Quando o anjo Gabriel apareceu para anunciar o nascimento de Jesus Cristo, ele disse alguma coisa assim, que estava ali para anunciar boas novas para todo o povo. E essa notícia da nova fábrica da Petrobras é, sem dúvida nenhuma, uma boa nova para quem vive na região Centro-Oeste, porque onde quer que venha a se instalar, ela surgirá para dotar de um novo impulso o nosso ciclo de desenvolvimento, beneficiando a nossa pecuária, a nossa produção agrícola, e garantindo, certamente, uma melhoria das condições de vida de toda a nossa população.

Fiquei muito contente quando soube, através do Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Mato Grosso, Alexandre Furlan, e do Subsecretário, Epaminondas Mattos Conceição, do trabalho persistente que aquela secretaria vem desenvolvendo para que esses investimentos da Petrobras sejam agilizados e possamos, no mais curto prazo de tempo, dizer que o que é ainda hoje projeto, o que é ainda hoje é intenção da Petrobras e do Governo Federal, haverá de se transformar em realidade palpável para não só demonstrar o compromisso do Governo Lula com o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado, mas principalmente para ofertar ao nosso povo uma nova realidade de vida, uma nova perspectiva de sobrevivência.

Se Mato Grosso é responsável hoje pela maior produção agrícola do País, e nossa lavoura assombra o mundo com a escala extraordinária de nossa produção, nada mais justo do que contar com a perspectiva de que esses investimentos da Petrobras serão feitos lá em Cuiabá, ou lá em Santo Antônio do Leverger, ou lá em Cáceres, cidades que estão sendo estudadas pela Petrobras. Mas certamente esse investimento será feito no território de Mato Grosso, contribuindo para um desempenho cada vez mais notável da Petrobras e também para que novos horizontes de vida se abram para os trabalhadores e as trabalhadoras de nosso Estado.

Se lá em Mato Grosso temos também uma grande riqueza de água, se lá em Mato Grosso estamos lutando pela implantação de uma ferrovia que facilitará o

transporte, para outras regiões do País e principalmente para o Triângulo Mineiro, dessa formidável produção de matéria-prima para fertilizantes que a Petrobras pretende desenvolver, se lá em Mato Grosso está o maior rebanho bovino do País, se lá em Mato Grosso temos um povo corajoso, capaz, sempre disposto a conquistar, pelo trabalho, melhores condições de vida para si e para suas famílias, nada mais justo do que essa fábrica venha a se instalar em Mato Grosso.

O que sabemos é que a Petrobras vinha desenvolvendo os seus estudos na surdina. Pelo que conta o Subsecretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso, Epaminondas Conceição, já faz mais de um ano que técnicos da empresa têm percorrido as terras de Mato Grosso para identificar as melhores opções para a implementação desse seu megaprojeto. Mas agora que esses estudos vão chegando ao seu final, e agora que a empresa terá que definir se investe em Campo Grande ou numa das três cidades que citei aqui – Cuiabá, Santo Antônio ou Cáceres –, nada mais justo do que ocuparmos esta tribuna para dizer que a melhor opção é o Mato Grosso, esse Estado-pólo que se transformou na grande locomotiva do desenvolvimento nacional, à custa da pesquisa, do investimento produtivo, da parceria entre os mato-grossenses e os sulistas que para lá se transferiram, visando à construção de um ambiente de convivência que tem tudo para se firmar como um modelo exemplar para o Brasil e para o mundo.

Temos lá ainda muitas dificuldades a superar, mas, com a chegada da fábrica da Petrobras, as coisas haverão de ficar mais fáceis. Uma obra como essa surge como um grande impulso, como o reconhecimento de todo esse dedicado trabalho que vem sendo feito em Mato Grosso.

Nós próximos dias, em companhia do Governador Blairo Maggi, de nossa Bancada federal, de nossa Bancada estadual, de representantes do empresariado e de entidades sindicais, estaremos visitando o Presidente da Petrobras, o nosso companheiro Senador José Eduardo Dutra, para dizer que Mato Grosso está preparado para um novo ciclo de vida econômica, que começará certamente a partir da implantação dessa importante planta industrial que será a nova fábrica de fertilizantes da Petrobras.

E esse é um projeto também muito importante porque vem também consolidar nossa parceria com a Bolívia, contribuindo para a consolidação do Mercosul. Através dessa parceria, vamos investir cada vez mais na utilização do País e na depuração de nossa matriz energética. Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, aqui no Congresso, devo lem-

brar que é o gás natural um combustível limpo, cuja utilização contribui para preservação do nosso meio ambiente.

Pelo planejamento do Governo federal, até 2010 o gás natural deverá participar com 13% da energia consumida no País. Não é pouco, mas é preciso lembrar que em países como Estados Unidos, a participação do gás natural é de 26,7%. Na Argentina o percentual sobe para 51%. Uma posição que defendo é que a utilização do gás natural pode não acabar com a dependência brasileira atual em relação ao petróleo internacional, mas dará um novo rumo à economia do País, sem dúvida nenhuma. Quanto mais utilizarmos o gás natural, mais estaremos reafirmando nosso compromisso com a Ecologia, com um outro mundo possível, onde as pessoas humanas possam viver harmonicamente com a natureza. Vamos fazer do Brasil um País ecologicamente correto.

A produção de amônia sintética é feita utilizando-se o gás natural como fonte de hidrogênio, uma vez que aquele possui uma percentagem relativamente grande deste, uma vantagem no processo da amônia. O gás natural é inicialmente transformado em gás de síntese e, posteriormente, numa seqüência de tratamentos térmicos, elevação de pressão, trocas químicas e catalíticas, a mistura contém apenas hidrogênio, nitrogênio e traços de metano, argônio e outros gases inertes, sendo então processada e transformada em amônia (NH₃). Em processamento adicional, a amônia é convertida em uréia e outros fertilizantes.

Mas a amônia tem uma grande utilização industrial, podendo ser usada: no processamento químico de fertilizantes; na manufatura de explosivos; na refrigeração de sistemas de compressão e absorção; na extração de certos metais como cobre, níquel e molibdênio de seus minérios; como inibidor de corrosão nas refinarias de petróleo e plantas de gás natural; na indústria da borracha para estabilização do látex natural e sintético; combinada com o cloro para purificação de água de abastecimento doméstico e industrial; na manufatura de farmacêuticos, loções, cosméticos, substâncias usadas na limpeza dentária, amônia para uso doméstico, detergentes e material de limpeza; na indústria de fertilizantes para aplicação direta e como bloqueador na manufatura de soluções fertilizantes de nitrogênio, de uréia, nitrato de amônia, sulfato de amônia e fosfatos; na produção de ácido nítrico e em fibras e plásticos industriais para a produção de acrilonitrila, hexametilenodiamina, tolueno e outros; na produção de Papel e celulose; na metalurgia.

A fábrica que a Petrobras vai implantar no Centro Oeste é vital porque o Brasil é importador de adubos nitrogenados fabricados a partir da amônia. E o

gás natural, matéria-prima básica para fabricação da amônia, hoje chega em grande abundância, através do gasoduto Brasil–Bolívia, a Cuiabá.

Falo de tudo com muita satisfação, porque estou convencida de que essa será uma grande conquista para Mato Grosso, para toda a Região Centro-Oeste, para todo o nosso País.

Pretendemos atuar, junto ao comando da Petrobras, junto à Presidência da República, para garantir a efetivação dessa conquista. Esse é um compromisso que temos para com o povo de Mato Grosso e pretendemos honrá-lo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está concedida a palavra para uma questão de ordem ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei com base no art. 403 e seguintes do Regimento Interno.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães, de forma lúcida, levantou questão de ordem sobre o procedimento adotado pela Mesa quando da votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça. E citou o art. 46 do Regimento da Casa, que estabelece, na linha de sucessão, aqueles que devem presidir a sessão, inclusive os Suplentes da Mesa. Na ausência destes, assume a Presidência o Senador mais idoso, conforme o §4º do art. 46.

O Senador Demóstenes Torres, ao contraditar a questão de ordem do Senador Antonio Carlos Magalhães, alegou que nenhum dos integrantes da Mesa se fazia presente naquela oportunidade. Sou Suplente da Mesa e estava presente, Sr. Presidente. Outros membros da Mesa também estavam participando daquela sessão, e nenhum dos integrantes foi convocado para presidi-la. O Senador Demóstenes Torres a presidiu com correção absoluta, com a competência reconhecida e com inteligência privilegiada e cumpriu o Regimento ao dirigir aquela votação específica, porque só presidiu a sessão no momento daquela deliberação. E o fez corretamente, repito. Portanto, nada a contestar em relação à postura e ao comportamento do Senador Demóstenes Torres, que merece todo o respeito da Casa, naquela discussão e votação da matéria.

Mas, Sr. Presidente, houve uma irregularidade. O Senador Tião Viana, que presidia a sessão no dia de ontem, quando a questão de ordem foi suscitada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, reconheceu

a irregularidade e a acolheu como protesto, como reclamação. Não estamos apresentando um protesto ou uma reclamação neste momento. Estamos encaminhando a V. Ex^a e à Mesa um pedido de anulação daquela votação.

Não queremos discutir os méritos do indicado pela Câmara dos Deputados e rejeitado pelo Senado Federal, num equívoco imperdoável, porque sobre os méritos dele aqui já se pronunciou o Senado Federal, por meio das suas mais expressivas Lideranças. Com relação àquele que foi rejeitado, não discutimos a sua dignidade, a sua honradez, o seu preparo, a sua inteligência, a sua competência, os serviços já prestados à Justiça do País. Não discutimos isso. Ele foi rejeitado não em função de eventuais deméritos; ele foi rejeitado em função da excelência dos seus méritos. Não poderíamos encontrar nome mais acreditado, autorizado e preparado para exercer a função que a ele seria delegada.

Não estou evidentemente propondo que o nome dele retorne. Não nos cabe fazer isso, como disse o Senador José Agripino no dia de ontem. Cabe ao Governo, que cometeu o equívoco, por meio da sua Bancada, que praticou essa inominável injustiça, se desejar, se entender conveniente, propor à Câmara dos Deputados o mesmo nome para a sua aprovação ou não.

Portanto, não nos cabe resolver essa situação. Estamos suscitando essa questão de ordem, encaminhando à Mesa essa solicitação, porque entendemos estar nula de pleno direito a votação que impôs rejeição ao nome do eminentíssimo jurista.

Caberá recurso ao Plenário, e, se houver a negativa da Mesa – vamos consultar o nosso Líder Arthur Virgílio sobre a conveniência dessa iniciativa –, recorreremos ao Plenário, obviamente com a recomendação de que a Mesa submeta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a matéria para a apreciação da jurisprudência dessa providência que estamos anunciando antecipadamente.

Aproveito a oportunidade, já que, no momento, não a tive, para, da mesma forma, protestar contra a atitude daqueles que, de forma sorrateira, numa postura de vindita, rejeitaram um nome ilustre, de um jurista extremamente preparado, capaz de honrar a condição de integrante do Conselho Nacional de Justiça.

Naturalmente, como o Presidente titular não se encontra presidindo a Mesa, aguardaremos a decisão da mesma sobre essa proposta que apresentamos de anulação da votação referida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aguardaremos a sua solicitação por escrito, o seu requerimento, e o encaminharemos, por intermédio do nosso Secretário Executivo, Raimun-

do Carreiro Silva, ao Presidente da Mesa Diretora para as soluções cabíveis.

Pessoalmente, concordo com todas as argumentações do ilustre Senador.

Obediente à Bandeira, Ordem e Progresso, e para que não ocorra problema com o Regimento Interno, eu gostaria de ceder a palavra neste instante ao Senador Pedro Simon. Mas, assim como S. Ex^a está dentro do meu coração e do povo do Brasil, está enquadrado no art. 17 do Regimento Interno, que significa que usou muito a palavra durante a semana. O Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque e eu só poderemos usar da palavra quando não houver mais oradores inscritos.

Assim, concedemos a palavra à oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, do Estado do Alagoas, fundadora do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui fundadora de outros também, que me trazem amarga lembrança, é verdade! Mas a vida continua.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante esses meses – não apenas durante esses meses, porque, infelizmente, o problema da corrupção no País não é um debate dos últimos meses –, passou a ser alardeada de forma mais concreta para a sociedade a corrupção no atual Governo. Há muitos membros importantes do partido hegemônico e do atual Governo que consolidaram as suas vidas políticas com a bandeira da ética. Então, é evidente que, ao existir um abismo entre o que se apregou ao longo da história de vida e a realidade objetiva e concreta do Governo atual, isso mexe muito mais com mentes e corações espalhados no Brasil, porque acaba legitimando, no imaginário popular, a velha e conhecida – e muitas vezes importante e consequente – afirmação de que todos os políticos são iguais, de que são uma coisa no palanque e outra na administração, uma coisa na oposição e outra no governo.

Como se nada disso fosse bastante, há denúncias gravíssimas de corrupção, desde a articulação com setores vinculados à podridão do narcotráfico até o financiamento ilegal de campanhas eleitorais e crimes contra a Administração Pública: a intermediação de interesses privados, a exploração de prestígio, o tráfico de influência e tudo aquilo que está descrito no Código Penal como crime contra a Administração Pública.

Isso deveria, mas, infelizmente, não dá cadeia. Muitos dos conhecidos envolvidos em crimes contra a Administração Pública são bem recebidos nos salões da *high society* brasileira, quando deveriam estar, de

fato, vendo o sol nascer quadrado nos presídios do País. No entanto, como sabemos todos nós, infelizmente, para os presídios – como dizia, ontem, o Senador Pedro Simon – vão apenas os pobres, os oprimidos, os marginalizados ou os pequenos camundongos, porque as grandes ratazanas ficam bem protegidas pela estrutura da elite política e econômica do País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, volto a repetir que a comissão parlamentar de inquérito é o único instrumento que o Congresso Nacional tem para cumprir a sua nobre tarefa de fiscalizar os atos do Executivo. Nenhum outro procedimento é capaz de fazê-lo. Mesmo havendo Comissão de Fiscalização e Controle e a possibilidade de abertura de procedimentos investigatórios, o único instrumento para, de fato, fiscalizar os atos do Executivo é a comissão parlamentar de inquérito. Ela é tão importante que a Constituição lhe delega poder de investigação próprio das autoridades judiciais, justamente para que o Congresso possa cumprir a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Como se não bastasse o detalhamento, as minúcias da corrupção, da promiscuidade entre o Executivo, o Legislativo e o poder econômico, tudo isso que nos envergonha, os jornais de ontem e de hoje começam um novo detalhamento das minúcias e articulações que estão sendo feitas pela base de bajulação ou por representantes importantes do Governo Federal para esvaziar a CPI, retirando nomes de Parlamentares, Deputados e Senadores.

Pelo menos que eu saiba, nenhum Senador patrocinou, ainda, a atitude covarde de retirar o seu nome do requerimento, e espero que isso não venha a ocorrer; mas o detalhamento, o cinismo e a dissimulação com que as pessoas tratam um tema como esse é algo absolutamente vexatório.

Para mim, é mais dolorido, dá mais tristeza do que indignação até, ver determinadas personalidades sendo parte desse jogo sujo de articulação promíscua para retirar nomes de Parlamentares do requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é muito triste, como o são, do mesmo modo, alguns discursos feitos na Casa, supostamente vinculando a golpismo político a criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

É tão recente, Senador Mão Santa, a História deste País. Quando militava no Partido dos Trabalhadores, fui parte de grandes manifestações e articulações, com palavras de ordem que nunca vi como golpistas, pois expressavam determinado momento da política nacional. Todos lembram do "Xô, Sarney", "Fora, Collor" e "Fora, Fernando Henrique". Hoje, as mesmas pessoas que patrocinavam não apenas articulações para a

concretização de CPIs, mas palavras de ordem com muito mais impacto público, submetem-se a este jogo sujo, vexatório, vergonhoso, de articular a retirada de nomes para enfraquecer e inviabilizar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Isso é muito ruim porque, no imaginário popular, a participação, a existência das instâncias de decisão política já são extremamente negativas. Sei que não vivemos, de fato, numa democracia, porque sem justiça social não há democracia – vivenciamos muito mais uma ditadura do capital financeiro, dos parasitas sem pátria, do que uma democracia de fato –, mas a nossa participação é feita em nome da democracia representativa – que também sei que não existe em plenitude ainda, basta ver os financiamentos de campanha, as articulações promíscuas que são estabelecidas entre o poder político e o poder econômico, e a promiscuidade entre o Executivo e o Congresso Nacional, espalhados pelo Brasil todo.

Não é à toa que a reforma política, agora, consolida-se em mais uma farsa, até porque todo o seu debate tem um cinismo inimaginável. Usam palavras sedutoras para o imaginário popular, como fidelidade partidária e fortalecimento dos partidos, mas o que se vê é só o jogo da conveniência política. Quando falam em fidelidade partidária, usam o velho, conhecido e condenável troca-troca dos partidos para se justificar; no entanto, não se trata de fidelidade ao programa do partido, mas ao chicote do líder ou das cúpulas partidárias, que mudam de concepção ideológica e programática conforme a conveniência de se lambuzarem no banquete farto do poder. Portanto, de fidelidade partidária, isso nada tem.

O debate da reforma política, hoje, é uma farsa submetida simplesmente às conveniências do jogo eleitoral de 2006, para acabar com a verticalização e, portanto, viabilizar um aliança em torno da candidatura para reeleição do Presidente Lula. Não se debatem a permeabilidade necessária para que, cada vez mais, a sociedade possa exercer o mecanismo de controle social; a permeabilidade das estruturas políticas em relação à diminuição do número de assinaturas necessárias para projetos de origem popular; e a necessidade de rediscussão dos mecanismos de plebiscito.

É quase impossível que se aprove um plebiscito sobre aquilo que é o coração do sistema, ou sobre a questão da dívida externa e da política econômica.

É muito ruim este momento que estamos vivendo, porque, cada vez mais, a opinião pública despreza as instâncias de decisão política. Por mais que detestemos muitos dos ratos de terno e gravata que representam o poder político nacionalmente, por mais que a população tenha ojeriza pela política de uma forma em

geral, é nas instâncias de decisão política e de poder que se define a vida em sociedade. Todas as normas estabelecidas na vida em sociedade, sejam elas para melhorar a vida da população de uma forma geral ou não, são decididas e concretizadas pelas instâncias de decisão política e de poder. Então, não é justo que, mais uma vez, tenhamos que agüentar isso.

Como se não bastasse as minúcias e o detalhamento da corrupção vergonhosa, dos crimes contra a Administração Pública, ainda temos que identificar nos jornais as articulações feitas pela base de bajulação do Governo, pelo Palácio do Planalto, para, numa demonstração vexatória de promiscuidade política, viabilizar mecanismos para que os Parlamentares retirem os seus nomes do requerimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fica aqui o meu protesto. Espero, realmente, que o Congresso Nacional, que Senadores e Deputados que assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito não percam a vergonha por completo e não se submetam a essa verdadeira promiscuidade, a esse jogo sujo estabelecido pela base de bajulação do Palácio do Planalto para impedir a concretização de uma comissão parlamentar de inquérito.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Arthur Virgílio, do Estado do Amazonas, do PSDB, do qual é Líder, e com muito competência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a imprensa registra que é irreversível a instalação, e, portanto, o funcionamento, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o escândalo dos Correios e Telégrafos.

O Presidente Lula, com suas apressadas demonstrações de boa vontade a todos os seus aliados, vai erodindo a base de sua credibilidade moral, e os sinais são a cada momento mais intrigantes, mais preocupantes.

Hoje, leio nos jornais que a Câmara, finalmente, colocará a funcionar a Comissão Parlamentar de Inquérito que se destinaria ou se destinará a investigar as privatizações do setor elétrico processadas no Governo passado. Até então – é bom que se diga, e a verdade é para ser proclamada –, essa Comissão de Inquérito, destinada a investigar o período Fernando Henrique Cardoso, não funcionou, Senadora Heloísa Helena, explicitamente porque a Base do Governo obstruiu sua instalação.

E vou contar a V. Ex^a, ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Pedro Simon um episódio que não tem por

que não fazê-lo. O Deputado Pauderney Avelino, do PFL Amazonas, esteve comigo aqui outro dia e me relatou. Uma Deputada do meu Estado queria dar presença para que se instalasse a tal CPI. O Líder do Governo naquela Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, teria dito à Deputada para não fazer isso. E S. Ex^a, de maneira delicada, teria dito assim: “Mas eu quero saber as razões. Por quê?” Ele teria se voltado a ela de maneira dura: “Não lhe devo satisfações, moça. Vou falar com o seu Líder. Eu estou dizendo que não é pronto” – algo parecido com isso. Isso chegou ao conhecimento do Ministro Aldo Rebelo, da Articulação Política.

Se a Deputada, que é tradicional adversária minha, tradicional adversária do Presidente Fernando Henrique, queria fazer aquilo que era destinação da sua vida, que era investigar o Governo Fernando Henrique, não o fez porque foi impedida pela Liderança do Governo na Câmara dos Deputados. Esse é um fato. Já não temos por que ficar agora fazendo segredos, fazendo uma espécie de sociedade secreta aqui, sem uns contarem os segredos dos outros.

Hoje leio que, a par de ser irreversível a instalação da CPI dos Correios, agora, sim, sairia a tal CPI da Câmara para investigar o período Fernando Henrique. Meu Deus, é bom pontuarmos que não há espaço para a mais mínima concessão à chamada chantagem política. E vou dizer agora com a autoridade de quem, Líder do Governo Fernando Henrique e Ministro daquele Governo, confia na probidade do seu Presidente e não está nem um pouco preocupado se, porventura, alguns dos seus auxiliares, em algum momento, faltou com a probidade. Podem instalar a CPI para investigar as privatizações, podem convocar quaisquer pessoas daquele período. A política que vou adotar é exatamente a que vem de um ditado da minha avó, tão antigo e tão eficaz: quem for podre que literalmente se quebre. Portanto, não vamos trocar nada. Já disse outro dia que não vamos fazer essa política mesquinha do troca-troca. Querem instalar uma CPI na Câmara, muito bem. Aqui, faço até a cobrança das CPIs que estão pendentes no Senado.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a mesmo recolheu assinaturas há poucos dias para a instalação de uma CPI para investigar as privatizações. Portanto, há má informação. Eu vi ontem – e V. Ex^a faz bem ao se referir ao fato – um Vice-Líder do Governo, numa postura de chantagem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esquisita. Aqui para nós, esquisita.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Estapafúrdia. Se querem e se gostam tanto de CPI, vamos instalar a CPI das privatizações. Bem faz V. Ex^a ao apoiar a instalação da CPI das privatizações. Não há nenhum

problema. Queremos realmente transparência absoluta em relação a todos os Governos, independentemente de siglas partidárias. O que há hoje é uma denúncia constante de uma relação promíscua entre o Poder Executivo e sua base de sustentação política no Congresso Nacional. Trata-se de uma barganha desonesta. Isso é o que temos que esclarecer agora. A sociedade está exigindo, neste momento, esse esclarecimento. E é isso que V. Ex^a propõe e que nós apoiamos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Alvaro Dias, pois V. Ex^a desenha a expressão da verdade.

Acredito que a maioria esmagadora dos guardas de trânsito do País é composta por pessoas honestas. Mas essa conversa do Governo é aquela conversa de motorista bêbado com guarda de trânsito propinado: "Finge que não estou bêbado e que não infringi as regras de trânsito que eu molho a sua mão". Não aceito isso. Recuso-me a trabalhar nesse nível.

Portanto, darei conta do que estamos propondo e cobrando. Está, vergonhosamente, **sub judice** a CPI dos Bingos, de iniciativa do Senador Magno Malta, da Base do Governo, que vem obtendo brilhante pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, com cinco votos a zero a favor da obrigatoriedade da instalação da CPI, querendo ou não os Líderes partidários e a Mesa Diretora da Casa.

Não vou me referir sequer a essa CPI, mas a outras que estão aqui, como a CPI específica do Waldomiro Diniz, recolhida, pessoalmente, por mim, com número mais do que suficiente para sua instalação, e que aguarda indicação pelas Lideranças de todos os partidos dos nomes que irão compô-la. Não acredito que se recusem os Líderes partidários a apor os nomes para, depois, o Supremo dar um novo puxão de orelha no Senado Federal, não acredito.

Os nomes do PSDB e do PDT estão indicados, os do PFL suponho que já o estejam. Aguardo, portanto, o pronunciamento do restante da Casa. Ao mesmo tempo e por uma questão de justiça mesmo, propus e recolhi pessoalmente as assinaturas, recolhi as duas assinaturas em conjunto, propus a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar todas as privatizações operadas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Todas as privatizações: da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, as do setor elétrico, as do setor não elétrico, as do setor paraelétrico, as do setor pré-elétrico, as do setor pós-elétrico, as do setor quase elétrico, as do setor demasiadamente elétrico, a do setor da cadeira elétrica, da cadeira não elétrica, todos os setores de privatização naquele Governo, para que a máscara da hipocrisia, de uma vez por todas, desabe da face de

cada hipócrita deste País. Esta é a verdade que tem de ser colocada. E aqui também não deram os nomes para essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, daqui, publicamente, para consumo da Nação brasileira, da imprensa brasileira, dos telespectadores da TV Senado, das Srs e dos Srs. Senadores, digo que não vamos trocar nada por nada, instalem quaisquer CPIs que queiram, onde quer que queiram. Vamos instalar aqui todas as CPIs que julgarmos necessárias para o funcionamento da Casa em sua plenitude.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não vi nenhuma dificuldade para se instaurar aqui a CPI proposta pelo Senador Hélio Costa, e já demos os nomes também, aquela que investiga, é muito meritória, a situação dos brasileiros ilegais residentes nos Estados Unidos. Essa não mexe com o Governo, foi a coisa mais fácil do mundo. Há outra, do Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre redivisão territorial, meritória também, mas que não mexe com o Governo diretamente; é um tema de estudo, que dá ensejo a belíssimos seminários e a conclusões muito boas para o País. Todos assinaram, não houve nenhum problema. Quando se bate na questão da investigação sobre o Governo, aí a mula empaca, a coisa não anda, há toda essa vergonhosa operação de retirada de nomes. E, quando eles percebem que existem 220 assinaturas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De quanto tempo disponho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco minutos de prorrogação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Há 220 assinaturas de Deputados. Conseguiram tirar cinco do PL, não sei se vão conseguir retirar outras 50 ou 60, não sei se vão conseguir cobrar uma desmoralização tão no atacado. A cobrança da desmoralização no varejo, estamos acostumados a ver, mas a desmoralização no atacado é um negócio complicado. Existe a inflação no varejo e no atacado: são coisas diferentes, até para se avaliar o futuro da inflação brasileira. Então, a desmoralização no varejo é assim: fulaninho tira assinatura, porque há aquele cargo ali, na delegacia não sei de quê. Agora, no atacado, não acredito. Acredito que essa manobra protelatória vai fazer com que mais Senadores e Deputados assinem a CPI. Ontem perderam o apoio do Partido Verde, até porque estão tratando mal a Amazônia: muito discurso, muita retórica e muita concessão ao desmatamento

desordenado numa região que já estava encontrando o seu percentual razoável, com vistas a prolongar a sua existência futuro a dentro, numa região que é tão estratégica, tão essencial para o País.

Portanto, estamos aqui, enfadonhamente nós, as mesmas pessoas que vêm ao plenário às sextas-feiras, nós, cansativamente nós. Não digo abusivamente: estamos aqui cumprindo com o dever. Não dormi, cheguei de Manaus ainda há pouco, vim direto para cá, preocupado. Minha preocupação era a de que estivesse alguém do Governo presidindo, e, sem os quatro Senadores iniciais, já se fecharia a sessão. É o Congresso se tornando incômodo, Senador Pedro Simon. Congresso fechado. Feriadão! Na semana que vem há um feriadão. Que coisa boa para quem está cansado! Que coisa boa para o Governo! Eles devem estar dando hip hurra, porque não funciona o Senado Federal na semana que vem, nem a Câmara dos Deputados. Eles vão planejar, na calada da noite, as suas solertes manobras, para sei lá o quê, chegar a que objetivo, quando o debate, nesta Casa, deveria ser translúcido, transparente, e engrandecer as tradições de Rui Barbosa, de respeito à democracia.

Mas, não, o Congresso aberto passou a ser uma coisa incômoda para um Governo que hoje é presidido por alguém que não consegue demitir, não consegue nomear, perdoa todo mundo, dá o benefício da dúvida a político, a todos, metendo-se a Supremo Tribunal Federal. Quem tem de julgar em última instância é o Supremo Tribunal Federal; quem tem de julgar, às vezes, em primeira instância, quando há uma suspeita, é o Presidente da República. Esse é que tem de dizer o seguinte: "O cidadão fulano de tal tem direito ao benefício da dúvida até o Supremo Tribunal Federal dizer se é culpado ou não". O Presidente da República tem de dizer se fulano ou beltrano de tal incomodam ou não seu Governo; se incomodam, Sua Excelência tem de livrar-se dessas pessoas, ter a coragem de um recomeço.

O que vemos é um Governo sem iniciativa. Vai nomear quem? "Quem quer ser nomeado por este Governo?" é a primeira pergunta. A segunda, "Vai nomear quem, se não tem coragem de enfrentar os seus aliados?". Está cerceado, ilhado, recebendo proteção, ora de uns, ora de outros, daqueles aliados que chegam e dizem: "Presidente, fique tranquilo, que nós garantimos". E não garantem coisa alguma; na hora do voto, derrotam o Presidente sistematicamente. Se há um projeto de Sua Excelência para desmoralizar o Congresso, há um projeto de setores do Congresso para erodir a credibilidade do Presidente da República, que está ilhado, sitiado. No **Jornal do Brasil**, hoje, há uma manchete: "Presidente sitiado". O Presi-

dente está sitiado pela sua dependência em relação a aliados fisiológicos e acaba ficando sitiado também pela combatividade de uma Oposição que não quer sitiá-lo, que aplaudiria seu gesto de fazer uma reforma ministerial ampla, colocando pessoas decentes e competentes num ministério que não funciona ou que não responde concretamente no quesito da ética e em certos casos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a Oposição cobra a instalação da CPI e confia no Congresso Nacional.

Não lamento o feriadão que vem por aí, não lamento. Lamento um Governo que se escuda em feriados: "Esvaziamos o Congresso, graças a Deus!" é o pensamento do Governo, "Graças a Deus!". Devem estar, agora, rezando todas as ave-marias e todos os padres-nossos, porque o Congresso, na semana que vem, não funcionará na plenitude. E devem estar dizendo assim, Senadora Heloísa Helena...

Diz a Senadora que Deus não costuma atender a essas safadezas, o que é verdade. E seria bom darmos uma lição e estarmos presentes, para mostrarmos que temos compromisso com o funcionamento do Congresso em qualquer circunstância.

Encerro, dizendo uma última coisa: lá vem junho, lá vem o mês de julho. Não há nenhuma razão para a convocação extraordinária.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fique V. Ex^a tranquilo, porque vou prorrogar seu tempo por mais dois minutos: um minuto em homenagem à grandeza de V. Ex^a, que faz uma grande oposição, e outro, à grandeza do Estado que representa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a a generosidade, Sr. Presidente.

Não há nenhuma razão para o Congresso, que vive travancado por medidas provisórias e que tem um Governo que boicota as votações, porque não quer votar a reforma tributária, dar-se ao displante de aceitar uma convocação extraordinária remunerada, que vai consumir recursos públicos, para, ao final, Deputados e Senadores não votarem as matérias de efetivo interesse nacional, porque o Governo não nos permite fazê-lo.

Já sabemos que em julho não vai funcionar também.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou seja, é o Governo do "para depois", do adiamento.

Olho a Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Vou falar bem rapidinho, contando com a condescendência do Senador Mão Santa. Eu conversava com o Senador Alvaro Dias a respeito disso. Seria muito importante que houvesse a convocação do Congresso em julho. Nós, Senadores, que a estivéssemos propondo, faríamos um abaixo-assinado, abrindo mão de qualquer remuneração a que supostamente tivéssemos direito. Há denúncias de corrupção, crise na política econômica, problemas gravíssimos no País todo. Eu também quero descansar, porque estou com problemas de saúde. Gostaria de descansar, mas é inadmissível a paralisação, em julho, do Congresso Nacional, simplesmente como parte dos esconderijos sujos montados por alguns para o Governo. Seria excelente se todos os Parlamentares abrissem mão de qualquer remuneração extra que pudesse haver na convocação extraordinária, e estaríamos aqui, como qualquer outro trabalhador, com o salário mensal, que, por sinal, já é muito alto. Sem nenhum recurso para a convocação extraordinária, sem nenhuma verba extra, sem nenhum salário extra, estaríamos aqui cumprindo a nossa obrigação de fiscalizar os atos do Executivo, de legislar, de adiantar a pauta, que está pendente. Saúdo V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Senadora Heloísa Helena, encampando a proposta e me dispondo a começar já com uma lista, para ver quais são os Senadores que assinam a autoconvocação, abrindo mão de quaisquer vantagens pecuniárias, ou seja, deixando bem claro que, se não é para votar, é para manter este foro de discussões aberto, para manter aberta a perspectiva de a Nação fazer a cobrança sobre a erosão da base ética de um Governo que nasceu com a marca de proteger a ética e a honradez na vida pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, meu Líder, condecorado por ter levantado sua voz várias vezes em defesa da democracia e do povo brasileiro.

S. Exª tem dez minutos, de acordo com o Regimento, cinco de prorrogação e, se for pelo meu coração, vamos prorrogar até a sessão para ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na legislatura passada chegamos a fazer, na sexta-feira, a transformação da sessão numa espécie de debate aberto. Na verdade, eram poucos os que vinham, mas não que viessem

os da Oposição e não viessem os do Governo, não! Vinham os do Governo e vinham os da Oposição.

É uma pena que V. Exª não estivesse aqui, pois teria um papel muito especial. Naquelas sessões, debatíamos um determinado assunto e o levávamos ao esgotamento.

Agora não; agora parece que é uma deliberação do Governo não estar presente. Não consigo entender! Já fui governo; já fui oposição. A Oposição pode ir embora, desaparecer, não ligar, não dar quórum. Agora, o Governo tem a obrigação de ter um Parlamentar sentado aqui permanentemente quando o Congresso estiver funcionando.

Tudo bem que eles não queiram que funcione o Congresso. Tudo bem, pois, se o momento é tão péssimo, se as manchetes são tão ruins, funcionar o Congresso para quê? Tudo bem; não dão quórum. Mas, no momento em que, mesmo não dando **quorum**, há Congresso, aqui tem de estar sentado um Parlamentar do PT ou da Base do Governo; alguém tem que estar aqui para responder, para tomar conhecimento. É o mínimo que tem que acontecer; é o mínimo que se possa imaginar.

Então, vem aqui o Líder do PSDB, levanta uma série de fatos, os mais duros, e não tem ninguém do PT para responder, para dizer: “Não; não é por aí. A questão é diferente!” Lamento isso.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que estamos às vésperas de ter uma decisão muito importante, com todo esse debate sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu concordo com o ilustre Líder do PSDB, pois acho que o Parlamentar tem que ter o mínimo de bom sentido, o mínimo de comportamento que o mantenha com direito a ter o respeito da opinião pública.

Se a CPMI solicitada tivesse quatro assinaturas a mais, retirar-seiam as quatro e estaria resolvido. Vamos fazer um esforço e vamos retirar as quatro. Todavia, tem um número expressivo, uma maioria: aqui no Senado, quarenta e tantas; na Câmara, o dobro do necessário. E o Governo se expõe a sair por aí pedindo para retirar quatro assinaturas?

Então, pelo amor de Deus, será que as Lideranças não entendem? Se fosse para fazer, como já aconteceu, o Governo entraria, colocaria a máquina para funcionar, um rolo compressor e derrubaría a comissão. É horrível? É horrível. Mas, agora, fazer o negócio e conseguir que quatro saiam e a comissão continue é falta de equilíbrio; é falta de lógica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Simon, V. Ex^a me dá ensejo a fazer uma conjectura. Se o Governo consegue retirar, digamos, 50, 60 assinaturas, já temos aí provavelmente material para uma outra comissão parlamentar de inquérito: a comissão da retirada de assinaturas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior é que é verdade.

Estamos às vésperas de um acontecimento muito importante. Considero a decisão mais importante deste ano no Congresso Nacional. O Presidente do Senado tomou uma decisão triste, melancólica. Com a solicitação de uma comissão parlamentar de inquérito, os Líderes do PMDB, do PT e não sei mais quem não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, com a maior tranquilidade, disse que também não indicava.

Estou nesta Casa – acho que sou o mais antigo, já fechando 24 anos – e cansei de ver criarem-se comissões parlamentares de inquérito, e onde uma bancada não indicava, o Presidente indicava. Baseado em que? Baseado numa lacuna que tem no nosso Regimento Interno, lacuna esta que ninguém nunca se preocupou em resolver porque foi sempre resolvida com a aplicação de um outro artigo do Regimento, que dispõe que as lacunas do Regimento do Senado serão resolvidas com a aplicação subsidiária do Regimento Comum, o Regimento do Congresso Nacional ou com o da Câmara dos Deputados. E o Regimento Interno do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados dispõem que, se os líderes não indicarem, cabe ao Presidente indicar. Isso foi sempre assim. Só o Dr. José Sarney resolveu não fazer isto.

Então, nós e vários do PSDB e do PFL entramos com vários pedidos para uma decisão no Supremo. Nós e o ilustre jurista Werner Becker e sua esposa, na nossa exposição, fomos muito claros. Nós não entramos com pedido de liminar. Por que não? Para mostrar que esse assunto é tão sério que não estamos preocupados com aquela CPI. Estábamos preocupados com o fato de que aquela decisão do Presidente Sarney estava matando o instituto da CPI. O que aconteceu? Os Líderes da Bancada de apoio ao Governo não indicaram os nome e, pura e simplesmente, soltaram uma nota. Meu Deus, queria eu poder pedir para retirá-la dos Anais, porque é a nota mais vexatória de que me lembro de ter visto. Os Líderes declararam que somente haverá CPI no Senado quando eles acharem que deve ter! O artigo da Constituição, que estabelece que a CPI é um direito das minorias, de que um terço dos membros podem convocar uma CPI, os Líderes rasgaram. E o Presidente do Senado botou no fogo o que sobrou.

Quando a Constituição dispõe que um terço dos membros pode convocar – vamos esclarecer –, ela não

quer dizer que o um terço vai convocar e decidir o que fazer, ou que a minoria vai condenar um determinado fato. É claro que não! Um terço convoca e instala a CPI. Ela funciona. Agora, o Governo tem a maioria. O Governo pode não convocar o fulano; o Governo pode fazer o que bem entende com a sua Bancada. Foi um dos votos mais bonitos que eu vi o Relator proferir até hoje. Foram três horas; mas três horas de conteúdo. O Relator não deixou pedra sobre pedra Dr. Sarney não deve ter dormido aquela noite, mostrando a importância e o significado da CPI; mostrando que não era uma questão de Regimento Interno.

E até aí, meu nobre Líder, somos competentes; nós todos, não entramos na questão do Regimento Interno, não falamos em Regimento Interno, dizendo que compete ao Presidente do Senado nomear baseado no Regimento Interno da Câmara e do Senado. Se fizéssemos isso, o Supremo iria dizer: é questão interna do Regimento Interno, não se toca. Não! Entramos com um artigo da Constituição que estabelece que compete a um terço, à minoria, criar; e há uma decisão do Presidente do Senado não criando. Logo, rasgando a Constituição. Então, o Presidente do Senado não cumpriu a Constituição e não o Regimento Interno. Foi isso que deu caldo. Um a zero com o relator; dois a zero; três a zero; quatro a zero. O ilustre Senador diz o seguinte: vim aqui para votar contra, mas o parecer do Procurador foi tão profundo e a análise do jurista Werner Becker foi de tanto conteúdo que peço vistas para analisar o meu voto, dando a entender com toda clareza que vai votar a favor.

Mas está passando o tempo, e eu pediria aos meus amigos, com muito respeito, a S. Ex^as, os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que decidissem logo essa matéria. No meio dessa confusão que está aí, que essa matéria fosse decidida de uma vez por todas, porque ela é muito importante. Eu diria que essas CPIs que estão se constituindo são necessárias porque o Governo não tomou providências. Aquele caso grave do funcionário da Casa Civil, que apareceu na televisão – e apareceu de maneira clara, falando, contando o esquema de tudo o que estava acontecendo com o bingo. A única coisa que se poderia dizer é que tinha um revólver na sua sala e que o estava fazendo sob coação, mas não foi o que aconteceu.

O Governo disse que iria tomar providências, que a polícia iria agir. Vai fazer um ano, e que providência foi tomada? O Governo Lula poderia fazer isso.

Quando fui governador, saía uma denúncia no jornal, e eu mandava apurar. Na dúvida, afastava para ver o que estava acontecendo. Fiz isso mais de uma vez. E não precisava nem ir o deputado da Oposição para a tribuna. A imprensa publicava; se o fato parecia

de suspeição, eu afastava o funcionário, fazia a investigação, e ele voltava ou não.

O Governo passou um ano e não fez nada. Vi na televisão os vice-Líderes do PT. Tenho um carinho enorme por um deles, que apareceu dizendo que não precisava porque o Governo tomaria providências, e a polícia estava investigando. Com que autoridade eles dizem isso? Se lá naquela hora do Waldomiro, a polícia tivesse investigado, apurado e mostrado o inquérito, seria ótimo. O Governo está funcionando para quê? A comissão parlamentar de inquérito existe quando tem um fato que não está sendo investigado.

Tenho respeito e carinho pelo Lula. Mas quem está orientando o Governo Lula? Sei que, em termos de economia, é o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central.

Tenho um projeto de lei tramitando há dois anos, dizendo que é um absurdo que o Conselho Monetário Nacional seja composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Três que são duas, porque o Presidente do Banco Central é sujeito ao Ministro da Fazenda. Ontem, o Conselho da República se reuniu e reconheceu serem necessárias mais pessoas no Conselho.

Em matéria de economia, são o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central. Mas, no restante, quem orienta o Governo? Com quem o Governo se cerca? A quem o Governo escuta? Até o Sarney, no governo dele, volta e meia, reunia-se lá no Amazonas; levava seu ministério para ficar dois dias discutindo os planos. O Plano Cruzado, primeiro deu certo; depois, deu errado, mas ele tentou fazer.

O Governo atual tem 35 ministros. Em primeiro lugar, 35 ministros não é ministério, é... Não sei que outro país do mundo tem um número tão grande de ministros; não sei. Quais são os conselheiros? Quem tem direito de opinar? Imagino que, antes de ter aumentado os juros, o Palocci deve ter falado: Presidente Lula, vamos aumentar mais uma vez os juros. A quem o Presidente Lula consulta para saber se está certo ou errado? O próprio Lula já deu uma declaração categórica à imprensa, com manchete, dizendo que reconhece que aumentar os juros não é a única fórmula que existe para terminar com a inflação. Ele já disse isso. A quem ele consultou?

Agora, nessa questão dos Correios, estão dizendo que o fulano de tal é amigo do Lula. Uma das coisas que me preocupa hoje, perdoe-me, Senador Arthur Virgílio, também me preocupava no Governo de Fernando Henrique. Dizia que convivi com Fernando Henrique a vida inteira e não sabia que ele tinha tanto amigo. É claro que a maioria dos amigos apareceu quando

ele se sentou na cadeira de Presidente. Aí os amigos aparecem, e com o Lula está sendo assim.

É o amigo tal, e o outro amigo, e aquele com quem ele passou as férias na praia. O Governo não é feito de amigos, e acho que a palavra amigo não deveria ser citada quando se fala no Presidente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nem parceiro.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Nem companheiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente considera todos companheiros.

Hoje de manhã... – desculpe, mas não sou disso. Sou um homem franciscano, mas detesto carola. Geralmente, os carolas que conheço, eram uma coisa por dentro e outra por fora. Tenho muita restrição a isso. Mas há um texto do qual nunca me esqueço. O extraordinário Deputado Brito Velho, uma das pessoas mais dignas, mais honestas e mais fantásticas que conheci, quando me elegei governador, estava na missa ao meu lado e disse: “Esse texto não é para ti. O texto para ti é este aqui”. E me entregou este, que, casualmente, é o texto da missa de hoje. Vejam se não é para pedir para o Lula ler. Livro do Eclesiástico:

5Uma palavra amena multiplica os amigos e acalma os inimigos; uma língua afável multiplica as saudações. 6Sejam numerosos os que te saúdam, mas teus conselheiros, um entre mil. 7Se queres adquirir um amigo, adquire-o na provação [nas três vezes em que o Lula perdeu, e não na hora da vitória]; e não te apresses em confiar nele. 8Porque há amigo de ocasião, que não persevera no dia da aflição. 9Há amigo que passa para a inimizade, e que revela as desavenças para te envergonhar. 10Há amigo que é companheiro de mesa e que não persevera no dia da necessidade. 11Quando fores bem-sucedido, ele será como teu igual e, sem cerimônia, dará ordens a teus criados. 12Mas, se fores humilhado, ele estará contra ti e se esconderá da tua presença. 13Afasta-te dos teus inimigos e toma cuidado com os amigos. 14Um amigo fiel é poderosa proteção: quem o encontrou, encontrou um tesouro. 15Ao amigo fiel não há nada que se compare, é um bem inestimável. 16Um amigo fiel é um bálsamo de vida; os que temem o Senhor vão encontrá-lo. 17Quem teme o Senhor, conduz bem a sua amizade: como ele é, tal será o seu amigo.”

Vejam que coisa fantástica. Que coisa fantástica para o Lula, Presidente da República, ler e pensar. Ele

está com a caneta, ele é o Presidente da República. Daqui a pouco, vem alguém e diz que quer ser embaixador em Cuba e vai ser embaixador em Cuba. Daqui a pouco, vem alguém e pede não-sei-quê, e está lá não-sei-quê. Não pode ser assim. Não pode ser.

Eu diria para o Lula hoje – juro pelos meus filhos... Se me perguntassem, na minha opinião, quem considero hoje o melhor amigo do Lula, eu diria o Procurador-Geral da República. O melhor amigo do Presidente da República, quem está ajudando mais o Presidente da República, quem está tentando salvar o Presidente da República é o Procurador-Geral da República. É esse. Na hora em que o PFL entrou com o mandado, que tinha conteúdo e lógica... Por que tinha conteúdo e lógica? O Presidente da República, em pronunciamento feito no Palácio do Governo, na frente de uma série de pessoas, disse que um importante homem do seu Governo, o Presidente do BNDES, informara que, lá no seu setor, foi investigar e verificou que houve corrupção muito grande nas privatizações. O Presidente da República perguntou-lhe se já havia falado para alguém sobre isso. Ele lhe respondeu: "Não, ainda não falei para ninguém. Estou falando para o senhor em primeiro lugar, Sr. Presidente". E lhe disse: "Então, não fala para mais ninguém. Não quero tocar nesse assunto agora".

O Nixon teve de renunciar. Quando descobriram a invasão e a gravação na sede do Partido Democrata, perguntaram se ele sabia de algo, e ele respondeu que não tinha tomado conhecimento, que não sabia de nada e que não tinha nada a ver com aquilo. Depois, verificaram que Nixon sabia. Pelo fato de ele saber, ele renunciou para não ser cassado.

O ato do Presidente é grave. Mas, cá entre nós, não passa pela nossa cabeça que o Lula queria abafar o assunto ou que fez o negócio de má-fé. Mas o fato era o fato. Se fosse outro Procurador, podia apresentar a denúncia, e haveria agora um inquérito que sei eu lá como terminaria. O que ele fez? Arquivou, porque achava que não somava para o Brasil. Ele entrou no espírito do Presidente e disse que não era a intenção do Presidente querer esconder ou encobrir, praticando um gesto de grandeza – não digo de amigo, pois um amigo não faria melhor.

Da mesma maneira que, quando manda dar 15 dias e depois denuncia o Ministro da Previdência...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente do Banco Central e o Ministro da Previdência já tinham de ser demitidos. O Presidente Lula disse: "Não vou demitir ninguém pelo jornal, pela televisão. Vou ler jornais e vou demitir? Não faço isso". Tudo bem, não

faz isso. Mas, na hora em que o Procurador-Geral da República denuncia e na hora em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal aceita a denúncia, ele está sendo processado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que o Presidente está esperando? Que ele seja condenado? Então, quem vai demitir é o Supremo Tribunal Federal. Por amor de Deus! Já devia ter demitido. Amigo do Presidente Lula é o Procurador! E digo mais: quanta coisa não está acontecendo, quanta coisa pior não está acontecendo de medo do Procurador! Porque eles sabem que esse Procurador não é um "engaveteiro", como foi Geraldo Brindeiro, que ele não deixa nada na gaveta. Se algo aparece, em jato ele denuncia.

Se o Presidente Lula não está tendo a coragem nem a força de demitir, de tomar posição, de mostrar que é a favor da ética, da moral e da dignidade e que não aceita as coisas erradas, quem está fazendo o papel do Presidente Lula, quem o está substituindo é o Procurador-Geral da República.

Muito Ministro, muito homem de autarquia, muita gente no Governo não faz coisa errada por medo do Procurador, porque sabe que, para o Procurador, não há ninguém, nem Chefe da Casa Civil nem nada. Se existe, ele denuncia. Por isso, o meu medo. A partir do dia 30 de junho, o que vai acontecer?

Volto a dizer o que disse ontem. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas quero dizer apenas isto: o Procurador-Geral da República é franciscano. Quando São Francisco estava no fim da vida, reuniu o comando dos franciscanos, e o pessoal achou que ele os estava reunindo para dar as últimas orientações, como ele iria querer o enterro dele. E disse: eu os reuni, porque temos de reconhecer que fizemos muito pouco; temos muito a fazer, vamos ao trabalho. Levantou-se e saiu a trabalhar.

Ao franciscano que está lá na Procuradoria, que disse que não aceita ficar, eu digo: se Lula o convidar, ele é obrigado a aceitar, porque, como franciscano, ele não pode dizer "já terminei a minha missão, já fiz a minha parte". Pelo bem da Nação, ele tem obrigação de aceitar.

Mas quero ver se, até o dia 30 de junho, o Lula vai ou não convidar o Procurador para ficar. É esse o desafio que tem. Pode até o Procurador não aceitar. Pode até depois dizer que ele que combine, que faça um convite meio frio com o Governo. Mas, como amigo do Lula, eu digo: convide! Convide, para não ficar na desmoralização de dizer "tirei esse" sem saber quem vem depois.

Só vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa, Sr. Presidente, e termino.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria apenas de dizer que São Francisco está aí na tribuna, a reencarnação. E São Francisco disse: “Onde houver erro, que eu leve a verdade”. V. Ex^a trouxe a verdade da política brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Que o Lula entenda seus amigos!

Encerro dizendo: eu me considero amigo do Lula, gosto do Lula, rezo pelo Lula, quero bem ao Lula. Penso que, se o Lula for mal, o Brasil vai terminar perdendo o direito de ter esperança, e isso não é bom. Por isso, o Presidente Lula tem a nossa torcida.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Piauí, do PMDB.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de cinco minutos, se o desejar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Arthur Virgílio, aqui ouvimos grandes oradores. Lembro-me de que Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. E vamos falar depois do melhor orador. Mas não falo só da oratória: palavras, palavras e palavras, o exemplo, virtudes. Senadora Heloísa Helena, que lê aí os sermões do Padre Antonio Vieira, palavra sem exemplo é um tiro sem bala. O exemplo arrasta, o exemplo nos faz estar aqui nesta luta, o exemplo da luta de Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, lá das Alagoas, grandeza de Estado, de história, a Senadora Heloísa Helena ouviu isto – e nós estamos para ouvir, Senador Alvaro Dias: “Não me deixem só”. Lembra, Senadora Heloísa Helena? Lá, o Collor, o Presidente das Alagoas, quando viu o negócio, disse assim. “Não me deixem só”. É o que Lula pode começar a dizer.

O PDT não é um partido qualquer não. Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse: eu gosto do Lula. Eu não, eu gosto é da Adalgisa. Senadora Heloísa Helena, mulher, eu só tenho uma, mas partido a gente tem que ter um, não é? Então, eu tinha um bocado de amantes para

governar o Estado do Piauí. É o pluripartidarismo. E o PDT é uma amante perigosa de quem sempre gostei muito, com quem sempre convivi.

Brizola era aquela figura extraordinária. Brizola resume o Rio Grande do Sul, o gaúcho, a Farroupilha, os Lanceiros Negros, Bento Gonçalves, Getúlio, Goulart, Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi. E as mulheres? Lindas. Uma Miss Brasil foi de lá, não foi?

O PDT foi o primeiro que largou, com o Brizola vivo. “Não me deixem só”. Depois, foi o PPS, filho do PC, do Partidão, dos comunistas, Roberto Freire. E Ciro estava lá, quente, mas largou. Agora, o PV, a natureza... Como disse Sófocles, muitas são as maravilhas, mas a mais maravilhosa é o ser humano, homens e mulheres quando se unem para o amor, para perpetuar a espécie. Desse Partido da natureza, Gabeira foi o primeiro que disse que tinha um sonho, mas não era um sonho, era um pesadelo.

Zequinha Sarney é o Líder do PV. Vejam como as coisas estão acontecendo! Gilberto Gil está lá. “Não me deixem só!”

Agora vou contestar o meu mestre, Senador Pedro Simon. Não pensem que atingi aquilo que Leonardo da Vinci disse: “mau discípulo é o que suplanta o mestre”. De maneira nenhuma. Mas Pedro Simon disse, com aquele papo furado: “Lula é gente boa, o Lula é bom”. O Presidente não é gente boa, nem melhor nem mais simpático do que o Zezinho. Focalizem o Zezinho. Eu duvido, brasileiras e brasileiros! Olhem a simpatia, olhem a gentileza, olhem a educação, olhem a maneira de se portar! É gente boa. Eu não conheço melhor. Ele traz até coisas demais: oferece um cafezinho, traz até uns biscoitos escondidos, não é Heloísa Helena? A gente acaba engordando. O Zezinho é gente boa! Aliás, eu tenho outro que também é muito bom: o meu motorista, Marcos. Ô, cabra bom! Eu durmo e ele me leva. Eu tomo umas e, quando chego em casa: “Senador!”. Ô, gente boa!

Quem daria melhor Presidente da República: Zezinho, Marcos, meu grande motorista, ou Lula? Eu votei no Lula. Mas, hoje, sou muito mais o Zezinho e o Marcos.

V. Ex^a leu Dom Quixote de La Mancha. Aliás, falou para o Lula palavras do Eclesiastes. Pregador. Que coisa bonita! Mas eu queria ao menos que o Presidente ficasse na primeira linha da Bíblia, que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Ô, Lula, essa é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciar trabalho. Só tem uma saída: o trabalho.

Por que é que ele está ali, Senador Pedro Simon? Porque ele disse: a primazia é do trabalho e do trabalhador. O trabalho e o trabalhador é que fazem a riqueza. E aqui a primazia no Brasil é do FMI, do BID,

do Bird, o Banco Mundial. São aqueles que a Senadora Heloisa Helena chamou de os gigolôs das panças enriquecidas pelo trabalho dos outros. Comerás o pão com o suor do teu rosto, Senador Alvaro Dias. Quando é que um banqueiro sua? Quando? *Donde?* como se diz em castelhano e em espanhol? Eu só sei de um lugar em que esses banqueiros suam: é quando fazem sauna, para emagrecer, num hotel. No mais, é ganhando dinheiro, desobedecendo as leis de Deus, de Rui Barbosa.

Então, está na hora de pensar esse negócio de que o Lula é bonzinho. Não, Senador Pedro Simon, V. Ex^a pode gostar dele; eu gosto mesmo é da Adalgisa e do povo. Sou mais o Zezinho. “Diga-me com quem andas e eu te direi quem és.” As más companhias do Lula estão aí. Um quadro vale por dez mil palavras.

E é generoso? Tenho as minhas dúvidas. Aprendi com a minha mãe, terceira franciscana – dei um livro para a Heloisa Helena –, que a caridade começa com os de casa. Olha, franciscano, irmão, eu disse que não deviam ter dado para os Senadores estes computadores *notebook*, deviam ter dado uma Bíblia para cada um. Está no Provérbio 22 que o valor, a integridade, a dignidade, o bom nome valem muito mais do que ouro e do que prata.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eles não enxergam isso, Senadora Heloisa Helena. Eu votei, sonhei, trabalhei. Para facilitar ao Governo, disse ao Líder Mercadante, um rapaz bom, mais arejado – **errare humanum est** –, um rapaz que tem uma luz intelectual: se quer que o PMDB esteja presente no governo, vamos levar o nosso símbolo, o nosso nome maior, basta um, que simboliza tudo, porque este é o Partido que nasceu de Ulysses, de Teotônio, de Tancredo e de Juscelino, cassado aqui: Pedro Simon. E S. Ex^a concordou, para o bem da verdade, achou boa a idéia, mas o núcleo duro, não. Vetou o nome de Pedro Simon e aprovou os que estão aí. Essa é a verdade.

De verdade em verdade vos digo. E eu digo: trabalhador! Getúlio! Aqui, neste Congresso, um homem se levantou-se e disse: “Será mentira?”, quando diziam que tudo era mentira. Aí, Senador Pedro Simon, há 50 anos, em junho de 1954, inspirado, o grande orador Afonso Arinos – diziam que tudo era mentira, como o Duda Goebbels Mendonça, por meio da mídia, afirma que tudo o que dissemos é mentira – disse: será mentira a viúva, o órfão, o sangue, o finado major da Aeronáutica, o mar de lamas?

Não tem nada de mentira. V. Ex^a trouxe a verdade, como disse São Francisco: onde houver erro que eu leve a verdade. E V. Ex^a foi um franciscano aqui.

Concedo um aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, não vou entrar em alguns detalhes do pronunciamento de V. Ex^a, mas, como V. Ex^a se referiu ao Collor, embora ele tenha nascido no Rio de Janeiro, ficou muito conhecido nacionalmente como alagoano, e gostaria de fazer uma pequena observação para que fique registrada nos Anais da Casa. Não tenho nenhuma relação com ele, nunca o vi, mas é importante que seja dito que toda a tropa de choque do Collor, toda a podre, corrupta, cínica e dissimulada tropa de choque do Collor é hoje membro do Governo Lula. Então, é importante que seja dito que o Governo Lula continuou cedendo espaço para o parasitismo e para a privatização do espaço brasileiro a toda a tropa de choque do Collor – fora, evidentemente, os que já morreram. Dos que estão vivos, toda a tropa de choque de Collor é parte do Governo Lula. Ela é da base de bajulação do Governo Lula. Ela se apropria de cargos, prestígio e poder pelo Governo Lula. Portanto, o Presidente Lula, infelizmente, continua delegando à tropa de choque do Collor – a toda ela – espaço para continuar parasitando e privatizando o aparelho do Estado brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu peço à Mesa Diretora que publique na íntegra as palavras de Heloisa Helena.

Mas Shakespeare dizia que não tem bom nem mal, é a interpretação. Collor permitiu uma CPI. Este Governo tem esse pecado maior. Eu acho que viu no que deu e está fugindo da CPI como o diabo da cruz. Essa é a verdade! Mas digo ao PMDB, ao MDB – e não vou falar no encantado do fundo do mar, Ulysses – que ouça a voz rouca das ruas. Ressuscitar Tancredo, Teotônio, Juscelino... Todos eles estão simbolizados ali, em Pedro Simon.

Ontem, a Fundação Ulysses Guimarães, por iniciativa do seu Presidente Moreira Franco, fez um cadastramento dos filiados, em solidariedade ao pré-candidato a Presidente, Garotinho.

Quero dizer que o PMDB está aí. E hoje, está bem dividido: uns estão atrelados ao PT, ao Governo; e outros, como nós, que entendemos que a democracia só é forte se tiver partidos fortes, estamos lutando para que não se assassine o PMDB, porque estamos comprometendo a democracia, que não é do PT; é nossa. É do povo que foi às ruas, sofrido, e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!” Estamos nessa luta muito difícil.

No meu Piauí, penso que não existe jeito. Eles já se entregaram. Mas, há esperança de luta. “Piauí, terra querida, Filha do sol do Equador”. Na luta, o seu filho é o primeiro que chega. E ali chegamos para ex-

pulsar os portugueses do território nacional na batalha gloriosa de Jenipapo em Campo Maior.

Senador Arthur Virgílio, como disse Leonardo da Vinci, Líder do Renascimento, mau discípulo é o que não suplanta o mestre. Eu vi, eu estudei o discurso de Arthur Virgílio, o pai, o cassado, o humilhado. Mas, como está escrito, os humilhados serão exaltados, e Arthur Virgílio pai é exaltado com a presença desse líder – tinha de ser amazônica, porque é muito grande – para simbolizar a grandeza de um homem público.

Concedo a V. Ex^a o aparte solicitado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando V. Ex^a, Senador Mão Santa, cita de maneira sempre generosa o meu pai, o falecido Senador Arthur Virgílio Filho, recordo-me de um episódio dele que, certamente, interessará muito à lembrança do Senador Pedro Simon. Meu pai era Líder do PTB de João Goulart e percebeu que, da sua Bancada de Senadores, praticamente todos se dispunham a votar a legitimação de Castello Branco como delegado da Ditadura que se implantava à Presidência da República. Dois Senadores votaram contra a eleição de Castelo: um, que não tinha ligação alguma com Jango, Josaphat Marinho; e outro, meu pai, que tinha toda ligação com Jango, até por que era seu Líder – além de ser Líder do PTB era Líder do Governo no Senado Federal. Meu pai, de repente, viu-se em uma reunião de Deputados e Senadores da Bancada petebista, e notou que havia na Câmara uma forte resistência. Muitos queriam resistir ao golpe que se implantava e muitos já estavam dentro do golpe. Depois, na sessão do Senado, quando votou contra Castelo e renunciou à Liderança do PTB, ele disse que não poderia liderar o PTB porque era um líder sem liderados, na medida em que não havia mais liderados. Estava sozinho, portanto, passou a ser minoria. Ele se virou para determinado Deputado que dizia que a posição dele não estava sendo hábil e disse que sua posição poderia não estar sendo a mais hábil, mas seguramente era a mais moral. Disse, ainda, que João Goulart – cuja honestidade ele afiançava, avalizava – ficou com a fama de ter tido em seu Governo focos de corrupção e que, precisamente, as figuras que causaram esse prejuízo moral ao Governo dele eram aquelas que, como aquele Deputado, apressaram-se em aderir ao regime de força. Ou seja, aqueles que estavam resistindo pagariam todas as penas do Ato Institucional nº 1, mas não havia sido elas que criaram qualquer constrangimento moral para o Governo Goulart. As que criaram constrangimentos morais, acrescentou, com práticas de aproveitamento, de aparelhamento de institutos de previdência, aquela coisa toda, essas todas já estavam muito bem aninhadas no colo do novo regime. Meu pai disse, então, concluindo, que tudo que

ele esperava, até para que o regime durasse pouco, era que essas pessoas fossem bastante influentes no novo regime, porque, quanto mais influentes fossem, mais cedo desmoralizariam aquele regime que vinha para cassar a liberdade do Brasil. Ou seja, era algo incrível, que se aplicaria muito bem ao Presidente Lula neste momento. O Senador Simon falava dos amigos do Presidente. Nós, da Oposição, não somos amigos; cumprimos o dever de alertar. O Sr. Fonteles tem sido amigo, sim. A melhor forma de revelar a gratidão pela lembrança do nome dele é fazer o que está fazendo. A Oposição cumpre o seu dever. Em vez de se aninhar em cargos da Petrobras está aqui para apontar os defeitos do Governo, até porque perdeu a eleição para a Presidência da República. Vários de nós aqui temos as nossas razões – cada um no seu canto, cada um no seu segmento ideológico – para fazer Oposição, mas o fato é que o Presidente está se iludindo com figuras que hoje o endeusam, até porque ele tem a caneta. Amanhã, depois de causarem eles a dissolução moral desse Governo, em esse Governo perdendo a substância e a força e em saíndo da Presidência o Presidente República execrado pelas urnas, essas figuras serão as primeiras a deixar o Presidente Lula e serão as primeiras a procurar aderir ao novo Governo. Ou seja, repete-se a história que meu pai, àquela época, visualizou. É bem verdade que meu pai foi cassado, passou por todos os percalços, e eles não. Mas há uma cassação grave, que é uma certa cassação da história. Alguns não dão importância a isso, mas há uma certa cassação moral, aquela história de poder ou não poder andar de cabeça erguida. Entendo que pessoas como V. Ex^a privilegiam muito o andar de cabeça erguida e, portanto, o fato de nunca serem cassados moralmente.

(Interrupção do som.)

Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente. Nada como a história recente para elucidar as dúvidas que se repetem, quem sabe, sob a forma de farsa ou de tragédia – espero que não de tragédia – a história recente deste País.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, queria dizer que seu pai está aprovado no livro de Deus, quando a sua presença confirma a todos nós que “árvore boa dá bons frutos”. V. Ex^a se apresenta para o Brasil.

Senadora Heloísa Helena, atentai bem para a nossa admiração. Entendo que para se fazer oposição é preciso ter coragem – Ulysses disse que, sem a coragem, acabam-se todas as virtudes – e vida limpa. Então, é isso que apresentamos.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, conceda-me um minuto, aquele minuto em que Cristo fez o Pai Nosso e foi feliz. E que o Espírito Santo caia aqui.

Há casos mal resolvidos. Existe até uma música de amor que diz “amor mal resolvido”. E um caso mal resolvido é a situação dos vereadores. Senador Pedro Simon, ninguém que está vivo entende melhor a política do que V. Ex^a, mas quero lembrar Valéry Giscard d’Estaing, que ganhou as eleições da França depois de um belo governo de sete anos. No segundo turno, Senador Cristovam Buarque, François Mitterrand bateu na questão do desemprego – uma fórmula – e perdeu. Foram perguntar o que faria, e ele respondeu que seria vereador em sua cidade. Isso define a grandeza do vereador na democracia.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, do Paraná, peço a sua generosidade.

O caso é mal resolvido. Foi um tumulto como agora, no caso de Alexandre de Moraes.

Depois de o Senado, Senadora Heloísa Helena, exaustivamente, com sensibilidade e responsabilidade administrativa, buscar um ínfimo aumento para o salário mínimo, a Câmara, liderada pelo núcleo duro, ajoelhou-se e tentou desmoralizar um trabalho sério do Senado, derrubando esse aumento de R\$15,00.

Nesse tumulto, não houve um estudo; houve, como Sancho Pança disse, confusão, insatisfação. O Executivo não faz obra; no Legislativo, não fazemos leis, e o Judiciário, que não julga bem, fez, da cabeça dele, essa lei.

Então, temos o dever de reestudar e de reavaliar a situação do vereador do Brasil, que é um caso mal resolvido.

Essas são as nossas palavras, com o agradecimento ao Estado do Paraná, tão bem aqui agigantado – não apenas representado – por V. Ex^a, pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a merece, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos. Se desejar, pode-se prorrogar o tempo por mais cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores! Creio que nem precisarei dos dez minutos, Sr. Presidente, porque vim aqui apenas secundar um discurso profrido ontem pelo Senador Pedro Simon.

Eu vim secundar um apelo que o Senador Pedro Simon fez ontem e fazer uma proposta com base no seu discurso, Senador Pedro Simon, se V. Ex^a aceitar secundá-la.

Relembro que, ontem, o Senador Pedro Simon fez aqui um apelo a duas pessoas: um apelo ao Presidente da República e um outro ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fontes. Ao primeiro, ao Presidente, S. Ex^a fez um apelo para que convide o Procurador-Geral Cláudio Fontes a continuar no cargo pelo próximo período; e, ao Procurador, um pedido para que S. Ex^a entenda que, neste momento da história do Brasil, mais generosidade do que sair e recusar um novo mandato seria S. Ex^a aceitar continuar no cargo, se for convidado.

Senador Pedro Simon, quero secundar esses dois apelos, explicá-los e fazer uma proposta. A explicação, para mim, é simples: em cada momento da vida pública, da política, precisamos de símbolos. São os símbolos que nos mantêm unidos – não é à toa que há bandeiras em todas as partes –, e há símbolos em torno das pessoas. Hoje, Cláudio Fontes representa um símbolo; o símbolo de um Ministério Público independente, capaz de enfrentar com altivez todos os desafios dos problemas de ordem legal e moral que ocorrem no País. A sua substituição – eu me atreveria a dizer – por qualquer pessoa, pelo menos durante alguns meses, quebrará esse simbolismo da presença dele. Por isso, a saída dele neste momento da história do Brasil, de tantas desconfianças e de tanta impaciência do povo, não será um fato positivo para o Governo nem para a sociedade brasileira.

Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, apóio os seus dois pedidos. Mas eu queria ir mais longe: eu queria que apresentássemos um apelo coletivo, assinado por todos os Senadores, dirigido, em primeiro lugar, ao Presidente da República e, em segundo lugar, ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fontes.

Assinamos CPI para investigar denúncias, Senador Mão Santa. Por que não fazemos uma carta solicitando a manutenção no cargo de uma figura que hoje simboliza a luta pela moralidade? Eu gostaria que o Senador Mão Santa, como Presidente desta Mesa, encontrasse os caminhos regimentais para tentar convencer todo o Senado, cada um dos Senadores, a assinarem um documento nesse sentido. Se assinamos tantos requerimentos de CPI para investigar casos, devemos também assinar uma carta no sentido de pedir ao Presidente da República que defendia a prorrogação do mandato de Cláudio Fontes. Para isso, obviamente, é preciso que haja um sinal do próprio Procurador, virando a página em que S. Ex^a disse que queria um só

mandato e aceitando, diante de manifestações como esta que proponho aqui, continuar no cargo.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon para o seu aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito feliz e muito oportuna a sua manifestação. Creio que tem razão V. Ex^a. Fala um, falam dois, falam três; os discursos poderiam ter reflexo e poderiam ter resposta, mas não tiveram. Então, seria muito importante se essa idéia fosse transformada num documento, o qual os Senadores assinassem, endereçados, o primeiro, ao Presidente da República; e o segundo, ao Procurador-Geral, manifestando a nossa vontade. Tenho a convicção de que esse é um movimento positivo. Assinamos tantos requerimentos para CPI e tanto manifesto para protesto! Vamos fazer um manifesto positivo, vamos nos manifestar – como diz V. Ex^a, estou apenas referendando e concordando com as suas palavras –, colher as assinaturas e vamos fazê-las chegar à mão do Presidente e à mão do Procurador. Creio que ninguém melhor do que V. Ex^a para tomar a iniciativa de redigir o texto; e todos nós o assinariam e o levaríamos a cada um dos nossos colegas para que esse texto, segunda ou terça-feira, estivesse pronto. Penso que V. Ex^a pode levar adiante a sua feliz idéia e pode colocar no papel o texto. E nós todos, a partir de hoje, segunda ou terça-feira, haveremos de fazê-lo chegar, da melhor forma, às mãos do Presidente da República. Talvez até, não sei, conseguíssemos a chance de uma audiência com o Presidente para lhe entregarmos em mão este documento. É feliz a iniciativa de V. Ex^a, e creio que V. Ex^a deve levá-la adiante: colocá-la no papel, e colheremos as assinaturas em conjunto. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador, aceito a sua sugestão e trarei um modelo dessa carta segunda-feira, com a condição de que V. Ex^a seja o primeiro a assiná-la, porque a idéia foi sua. Ouvi ontem no seu discurso.

Quis vir aqui deixar claro que esta é uma sugestão que visa contribuir para acalmar a impaciência que hoje existe diante do comportamento de nós todos, políticos, não apenas daqueles que estão em cargos no Governo.

Então, trarei essa minuta como uma contribuição para saber se isso é possível. Se for, creio que terá sido uma boa contribuição do Senado.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro, que o pediu.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Cristovam, quero apenas apoiar a proposta de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon; e creio que posso falar em nome de todo o PSDB – a presença nesta Casa do

Senador Arthur Virgílio me autoriza a isso. Realmente, essa atitude ocorreria em um momento de tanto achincalhe relativamente à postura ética do Governo, de tantas denúncias sobre cumplicidade com corrupção, de complacência excessiva! A proposta de recondução de um Procurador da República que marca a sua presença no exercício da função com tanta dignidade, com tanta honradez e competência, certamente significaria agregar alguns pontos a favor do Presidente e do seu Governo. Nós, da Oposição, nos somando a V. Ex^a, que é da Base de apoio ao Governo, defendemos essa iniciativa com o objetivo de contribuir para que o Governo possa melhorar a sua imagem. É um ganho a favor da boa imagem a permanência do Procurador Cláudio Fonteles. Queremos contribuir exatamente nos solidarizando a esta proposta, numa demonstração de que queremos o bem do Governo. Como disse o Senador Pedro Simon, queremos o bem do Presidente Lula, apenas não podemos ser cúmplices de atitudes que não se compatibilizam com as expectativas desta Nação. E, certamente, um convite formal ao Procurador-Geral da República para permanecer seria a compatibilização da vontade política do Presidente com uma aspiração nacional por moralização da atividade pública no País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Alvaro Dias, agradeço. Falo em meu nome pessoal apenas, mas V. Ex^a, pela Liderança, fala, de certa maneira, em nome da Oposição.

Penso, Senador Pedro Simon, Senadora Heloísa Helena, que seria uma bela chance de algo suprapartidário partir do Senado. Hoje, é tão difícil haver alguma coisa, suprapartidariamente feita, enfocando o interesse nacional, seja pelas discordâncias que temos, algumas profundas, outras superficiais, seja pelas nossas relações pessoais, que esse seria um belo gesto que o Brasil inteiro, a meu ver, admiraria e de que o País se beneficiaria.

Por isso, vou cumprir a sugestão que me fez o Senador Pedro Simon. Com o maior prazer, em algumas linhas, elaborarei uma minuta dessa carta e trarei para que, juntos, os que aqui estamos possamos formalizar esse documento para encaminhar ao Presidente da República e, obviamente também, porque sem isso não vai adiantar, ao próprio Dr. Cláudio Fonteles.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha para dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador pelo Estado do Paraná, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma comunicação à Casa, aproveitando a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Cristovam Buarque.

Hoje, o Presidente da República comunica, oficialmente, que Curitiba sediará duas conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança, as quais acontecerão pela primeira vez no Brasil. A cidade de Curitiba receberá seis mil representantes de 196 países, e a expectativa é de que cerca de 80 Chefes de Estado participem das conferências.

Registro o fato com muita alegria, com muita satisfação, e solicito ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, que, com a sua eficiência, possa contribuir para mobilizar todos os esforços a fim de que o Prefeito Beto Richa, de Curitiba, conte com o apoio logístico necessário para que o evento tenha a magnitude que realmente enseja.

Comunico esse fato relevante exatamente porque tive a satisfação de participar do empenho realizado para viabilizar a escolha de Curitiba, que concorreu com outras cinco cidades para sediar esse evento da ONU.

Portanto, manifesto a minha satisfação, com a certeza de que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, envidará todos os esforços para que o apoio logístico seja à altura desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra, de acordo com o Regimento, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas dizer que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, levarei a proposta àquele Colegiado. Tenho certeza de que ela será aprovada por unanimidade, da mesma maneira que apoiamos o Governo Federal no caso da Cúpula América do Sul – Países Árabes. Esse foi um evento suprapartidário, que contou, inclusive, com o respaldo dos Senadores Arthur Virgílio, a quem agradeço, José Jorge e Marco Maciel. O próprio Bloco de Oposição deu um apoio suprapartidário à realização dessa reunião.

Da mesma maneira, vamos apoiar a reunião das Nações Unidas nessa cidade tão simpática que é Curitiba.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a recente majoração da taxa básica de juros, ou seja, da Selic, é desnecessária, segundo análise de pelos menos metade do chamado mercado feita há três ou quatro meses. Essa foi a nona majoração consecutiva e terá reflexos no aumento da dívida pública, no crescimento econômico do País, na atividade industrial e na atividade comercial. Os reflexos danosos de cada aumento é percebido três, quatro, cinco ou seis meses depois.

Tudo isso nos leva a fazer uma meditação muito curta: olhando apenas a inflação de curto prazo e não vislumbrando a inflação de médio e de longo prazo, o Brasil, antes de ter a sua taxa Selic no patamar de 19,75%, antes, portanto, da última majoração, estava em primeiro lugar no *ranking* mundial das taxas básicas de juros, à altura de 19,5%. Agora, confirmou a sua primeira colocação com 19,75%.

A taxa média anual em 2005, antes da majoração, era de 18,9%. Agora, ultrapassa em alguma coisa os 19%.

Mais ainda, Sr. Presidente, e que interessa bastante: no *ranking* das taxas de juros reais, ou seja, quando se desconta da Selic a projeção da inflação para os próximos 12 meses, o Brasil estava em primeiro lugar, antes da majoração, com 13,3%. Após a majoração, está com alguma coisa perto de 13,5% de juros reais. Em segundo lugar vem a Turquia, que venceu recentemente uma crise sistêmica terrível, devastadora, com menos da metade dos juros reais praticados no Brasil: 6.6%. Em terceiro lugar, a Hungria, com 5.3%.

Chama a atenção o fato de que a Argentina, que tem dificuldades terríveis pela frente, pois não resolveu seus problemas, já pratica uma taxa de juros básicos de 3,2% e tem juros reais negativos.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estamos percebendo uma excessiva ortodoxia do Copom, o Comitê de Política Monetária. Isso leva, primeiramente, a dar força a teses heterodoxas que terminam minimizando a importância do combate à inflação. Em segundo lugar, há efeitos práticos sobre empregos, projetos sociais e sobre o desenvolvimento da vida brasileira como um todo.

Não consigo entender essa dicotomia do Governo, que gasta mal, que gasta muito em diárias, em “aerrolula”, que gasta muito em custeio da máquina, que reforma o gabinete do Ministro da Cultura a um custo

de R\$9 milhões e, ao mesmo tempo, tem essa atitude em relação aos juros, o que demonstra que alguma coisa de grave acontecerá nos próximos tempos, porque não dá para continuar desse jeito.

Senador Cristovam, uma pessoa que já teve responsabilidade pública e que tem muita consciência do que se passa pelos mercados chegou a me dizer: "Será que eles estão fazendo algo" – que neste momento eu até denuncio – "por excessiva ortodoxia" – e isso é grave, porque custa emprego, a falência de alguém, a vida de tantos – "ou será que estão fazendo isso numa jogada político-eleitoral, do tipo arrocha tudo agora e, a partir de um certo momento, rebaixa-se todos os meses 0,25% até o dia da eleição, mostrando, dando a entender que, após a reeleição do Presidente Lula, continuaria o rebaixamento dos juros.

A primeira hipótese é lamentável, porque a excessiva ortodoxia está atrapalhando um desempenho mais favorável da economia brasileira já neste ano e ameaçando complicar os indicadores para 2006. A segunda hipótese é monstruosa, porque, se o Copom é heterodoxo, eu não gostaria de vê-lo influenciado pela cabeça do nosso Goebbels, do nosso Duda Mendonça. Eu não gostaria de ter no Copom Duda Mendonça decidindo como se trabalha agora política de juros. Porque, se isso é verdade, é um novo escândalo. Se é verdade que pensam isso, é um novo escândalo. Ou seja, sacrificam a sociedade agora, de maneira brutal, feroz, para depois começar um processo de distensão para dar a sensação de que, em tendo um novo governo, aquilo ali continuaria a acontecer indefinidamente, até se chegar a patamares que seriam os desejáveis, os praticados por países com condições semelhantes ou até piores do que as do Brasil. A Venezuela, por exemplo, tem juros altíssimos, porém mais baixos do que os do Brasil, mas tem a questão do petróleo lá. Mas países com situação pior do que a do Brasil praticam juros bem diferentes dos nossos.

Eu queria trazer à Casa essa preocupação e essa meditação, porque se há um assunto que exige apuramento técnico é esse. E, se tem brincadeira marqueteira aí, isso é de uma gravidade enorme, porque significa sacrificar pessoas, empresas e empregos agora, para depois dar a sensação de um afrouxamento que facilitaria a vida do candidato.

Então, eu diria neste momento "não" à excessiva ortodoxia do Copom e diria "não" com muita indignação a essa possibilidade monstruosa de estarem programando o arrocho agora, para depois reduzirem aquilo que aumentaram. Eles voltariam ao **status quo ante**, aos pouquinhos, dizendo: "Olhem, nós, agora, já estamos em condições de baixar"; eles que aumentaram sem ter a necessidade de fazê-lo. Se o Brasil tivesse

juros reais, Sr. Presidente – porque tem juros reais de 6,6% –, de 9%, não acredito que houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 7,5%, não acredito que houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 12%, não acredito houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 11,7% ou algo em torno disso, não acredito que houvesse fuga de capitais, até porque há países que não estão vivendo o drama de fuga de capitais. Na Hungria, são 5,3% de juros reais. São juros elevados, até porque, se os compararmos com a taxa de juros da Índia, que está em torno de 0,6%, podemos verificar, então, que o juro real da Hungria – 5,3% – é um juro real atraente até para o capital 'motel', até para o capital que vai e volta, que passa uma noite e volta.

Então, ficam essas duas inquietações, Senador Cristovam Buarque, para nos alertarmos e não cairmos, enquanto Congresso, enquanto Nação, no que pode ser um excessivo radicalismo ou um lamentável golpe político.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo que teremos um debate democrático e qualificado.

Portanto, concedo a palavra, pela ordem, ao único representante do PT para, com muito estoicismo, defender o seu Partido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, democrático. Qualificado, eu não posso dizer, porque aí seria uma pretensão. Agora, preocupado, sem dúvida. Lembro que nunca fui crítico da política econômica, porque eu não tenho outra para pôr no lugar. Isso eu faço desde o tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O meu discurso não mudou nada de lá até aqui.

No que se refere à taxa de juros, Senador Arthur Virgílio, não tenho dúvida de que é estratosférica, exagerada. Mas não sei se ela é ou não necessária. Não sei. Não tenho dados suficientes. Agora, por que preocupado? Preocupado porque, de fato, estamos chegando a um ponto muito grave da credibilidade entre nós, políticos.

Por exemplo, o Senador Arthur Virgílio, com toda a responsabilidade de Senador, suscita uma hipótese em que eu não quero acreditar – mas, se S. Ex^a o faz, tem razões, pois não faria isso levianamente –, a hipótese absurda de que se manipule a taxa de juros sob a forma política, seja para baixá-la perto da eleição, seja para fazer populismo de ter uma taxa baixa, voltando a inflação.

Agora, Senador Arthur Virgílio, o pior é que, ouvindo aqui o seu discurso, fiquei pensando. E se as pessoas acharem que o Senador Arthur Virgílio está

falando isso porque, quando as taxas baixarem, a Oposição vai poder dizer que baixou por razões eleitorais? É uma dúvida que começamos a generalizar. Dúvida em relação ao Governo manipular a taxa de juros e dúvida se o Senador Arthur Virgílio não estaria manipulando a manipulação da taxa de juros. Isso é prova de uma grande desconfiança mútua entre todos nós, que é real, não é irreal. Não é, em nenhuma hipótese, irreal. É algo real.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, de acordo com o art. 14, já tem garantida a palavra, uma vez que foi citado. Vamos continuar com o debate democrático, qualificado e, agora, preocupado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É absolutamente real, e concluo – e o real não é nenhum trocadilho. Agora, isso me leva a ter uma preocupação maior ainda do que com a taxa de juros. Refiro-me à taxa de credibilidade de todos nós: de nós, diante da opinião pública, e de nós, entre Parlamentares. Acho que essa taxa de credibilidade é que está tão baixa que a preocupação nossa é de elevá-la, ao mesmo tempo em que acho que deve ser uma preocupação baixar a taxa de juros responsávelmente, tanto do ponto de vista de que ela seja a menor possível para gerar emprego e a maior possível para não trazer de volta a inflação, como também que ela nunca seja instrumento de manipulação. Aliás, por essa razão, defendo – e sou talvez uma voz quase única no meu Partido – a autonomia do Banco Central. E o faço porque um Presidente da República tem direito de ter todas as tentações do mundo, menos duas: o que ele deixa ser impresso nos jornais e o quanto ele deixa ser impresso na Casa da Moeda.

Sou absolutamente responsável do ponto de vista fiscal, sempre fui, mas tenho medo de ser Presidente com o Banco Central na minha mão, porque vou explodir de dinheiro para colocar na educação. E, como quero uma boa educação com estabilidade monetária, não quero ter o poder de emissão de moeda, não quero ter o poder sobre a taxa de juros. Essas são decisões que têm de ser tomadas à luz da técnica. E não tenho outra forma a não ser acreditar que a decisão sobre a taxa de juros está sendo tomada corretamente. Mas me preocupa que haja razões para a preocupação do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, de acordo com art. 14 do Regimento Interno, ao Senador Arthur Virgílio, dando andamento ao debate democrático, qualificado e preocupado do Senado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela Liderança do P-SOL, Sr. Presidente, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comungo em grande parte com o arrazoado do Senador Cristovam Buarque. Tanto quanto S. Ex^a, também entendo que rebaixar os juros não é um gesto de vontade.

Percebemos muito voluntarismo em pessoas tanto próximas a V. Ex^a quanto próximas a mim próprio. Percebemos, inclusive nos empresários, quase que uma reação pavloviana. Aumentaram os juros e eles não querem saber se precisava ou não. Sempre dizem que não foi bom ter havido o aumento. Depois, se deu certo a política do Governo, dizem que o Governo está de parabéns. Se não deu, eles então estão com a razão. É aquela história da profecia auto-realizável, enfim, se ela tem duas vertentes.

Portanto, estou convencido de que o Brasil tem um drama que faz a taxa de juros básica ir caindo, caindo e, quando chega à altura de 13% – que foi o mínimo que vi nesses últimos dez anos, no mês de junho de 1997, se não me engano –, sobe.

Temos visto outro patamar: 16%, 17%. Vai descer, descer, descer e chega a esse patamar; depois os governos não encontram mais condição técnica de continuar o rebaixamento. Isso se deve ao passado de moratória ou, quem sabe, à desconfiança que pesa sobre os títulos brasileiros, em função de uma porção de indicadores da nossa economia, mas também – V. Ex^a talvez concorde comigo – ao fato de que uma economia que, por qualquer razão e num certo círculo vicioso, precisa praticar juros altos necessariamente termina criando desconfiança sobre a capacidade de pagamento dos títulos – no caso, brasileiros – para quem está vendendo de fora para dentro. Na medida em que sou obrigado a praticar juros altos, meu credor diz: cobro juros altos, porque ele tem dificuldade em pagar. Ao mesmo tempo, cobro juros altos desse pessoal e não sei se, cobrando juros altos e mais altos, um dia não vão chegar ao *default*, a não me pagar.

Preocupo-me, portanto, com o fato de que, na parca análise que posso fazer e na acurada análise que faz a minha assessoria, estamos, há alguns meses, registrando que o mais sensato não seria sequer o rebaixamento, mas a parada técnica, para se dar uma olhada no quadro; para se observar o comportamento da inflação, já que o grosso de seu incremento tem sido com base em preços administrados; para se olhar a inflação no atacado e no varejo. Trata-se de uma parada técnica, para vermos se a inflação explodir. Se explodir, quem sabe virá o remédio de os juros se elevarem outra

vez. Se com a parada técnica a inflação se comportar do mesmo jeito, ficará provada a desnecessidade do aumento da taxa Selic. E o Copom, mês após mês, tem aumentado os juros – mês após mês!

Metade do mercado diz que o Governo não vai aumentar os juros; a outra, que vai aumentá-los. Mas estou convencido de que 100% dessas forças do chamado mercado não estão pedindo ao Governo para aumentar os juros; ao contrário, estão até preocupadas com o fato de ele os estar aumentando e criando essa situação que, **in extremis**, será de desconfiança sobre a capacidade do Brasil de pagar títulos, até porque quem trabalha com juros altos demais se expõe a uma condição de devedor, de dúvida cada vez maior.

Portanto, essa é a preocupação que trago. Sou a favor do Banco Central independente, tenho defendido isso na minha Bancada. E, na minha Bancada, não há grandes problemas. Quanto à outra parte que V. Ex^a trabalhou com muita inteligência – e, de fato, isso poderia acontecer –, o Senador Arthur Virgílio está, digamos, prevenindo, colocando uma vacina, deixando registrada sua palavra de que o Governo, se e quando começar a rebaixar a taxa básica de juros, terá trabalhado com leviandade os aumentos, para desqualificar os rebaixamentos da taxa de juros.

Tenho a impressão de que, se isso acontecesse, a minha importância seria nenhuma, a minha voz seria engolida pelo clima de otimismo. E, até se ficasse caracterizado que eu tivesse agido de má-fé nesse momento, isso não teria a menor importância no rol das coisas. O que importaria mesmo seria sabermos, primeiro, se o Governo estava obrando com justeza, ao aumentar as taxas de juros; segundo, se estava sendo demasiadamente rigoroso, mesmo sem a presença do FMI aqui, querendo ser o primeiro aluno da classe, aquele que fica na primeira carteira e ainda dedura os que estão fazendo alarido lá atrás. Isso é grave, porque é uma ortodoxia excessiva, que custa ao setor produtivo empregos e oportunidades e faz o Brasil jogar fora a janela de oportunidades aberta com essa conjuntura internacional, que há 30 anos não se revelava tão favorável, ou seja, com excesso de liquidez e, inclusive, com muito dinheiro drenado para as economias emergentes; com a economia da América do Norte crescendo, puxada pelos Estados Unidos; com a economia da Ásia crescendo, puxada pela China; com a economia da União Européia crescendo menos, mas crescendo; com a América Latina crescendo, e o Brasil também, embora menos.

Essa janela de oportunidades pode ter sido jogada fora, até por atitudes como essa. Não sou do tipo que fala para não aumentar juros de jeito nenhum. Penso que, se precisar, aumenta-se, joga-se com o

instrumento da austeridade monetária. Mas aumentar desnecessariamente, apenas para o Governo fazer crescer sua taxa de credibilidade perante os mercados, para dizer que é bambambã, que paga preços de impopularidade, mas faz o que tem de fazer? Essa imagem de xerife até já foi passada, no começo, pelo Ministro Antônio Palocci. Isso já deu a S. Ex^a credibilidade bastante, para ser recebido em todos os salões do sistema financeiro mundial.

Pergunto-me se não está havendo excesso de ortodoxia. Fui alertado para isso por uma figura de proa do sistema financeiro, que me disse que, como eu, não aumentaria os juros; que não faria isso neste momento, porque entende desnecessário; que teria dado uma parada técnica. Será que não há aí um certo populismo embutido? Será que não estão querendo, depois, baixar a taxa de juros aos pouquinhos, até para voltar ao patamar do qual não deveriam ter partido? Será que não é isso que está em jogo? Será que não é uma manobra eleitoreira?

Nos dois casos, a heterodoxia custa muito, social e economicamente, para o País, se excessiva. Por outro lado, o grave, Presidente Mão Santa e Senador Cristovam Buarque, é que, se é uma jogada eleitoreira, é algo de uma gravidade brutal, porque nos faz voltar ao patamar onde talvez tivéssemos de ter ficado, quem sabe, pelo apego ao realismo, mas dando a impressão de que esse conta-gotas sugeriria que, de dezembro deste ano a setembro do ano que vem, a taxa de juros seria reduzida todos os meses, e depois as pessoas votariam, dizendo que, em outubro, novembro, dezembro e janeiro, em todo o período de funcionamento do eventual segundo mandato, haveria rebaixamento da taxa de juros. E lá vem a desilusão, porque, ao chegar janeiro, havendo um problema qualquer, o Presidente aumentará a taxa de novo, mas não terá um terceiro mandato, para acenar para as pessoas sob a forma da renovação da esperança.

Então, tudo de que tenho medo é a excessiva ortodoxia do Copom e uma certa intromissão do *marketing* na feitura, na composição dessa política, que, ao meu ver, deve ser técnica, baseada em um Banco Central, tanto quanto percebe o Senador Cristovam Buarque, independente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena, para participar deste debate democrático e qualificado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança da Minoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como

Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou falar pela Liderança do P-SOL, para não manipular o Regimento e entrar no debate, usando a palavra pela ordem.

Ontem, eu já tinha falado sobre a política econômica, mas acabei entrando no debate pela intervenção do Senador Cristovam Buarque, que respeito inteiramente, até porque S. Ex^a, como aqui disse, por ter dúvidas em relação a uma política econômica substitutiva à atualmente adotada – eu era militante do Partido no qual S. Ex^a ainda milita também –, sabe que esse sempre foi um debate histórico interno. Até testemunho que o Senador Cristovam Buarque sempre agiu exatamente dessa forma.

Por que entro no debate? Eu dizia ontem, Senador Cristovam Buarque, que, se eu tivesse sido Líder do PT no Senado e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique por bravata, demagogia eleitoralista ou vigarice política, eu ficaria muito tranqüila diante do debate da política econômica e das contradições éticas do Governo. Entretanto, eu o fui por concepção programática e não apenas ideológica, por compreender que existe outro tipo de modelo de política econômica possível, que não necessariamente significa o aprofundamento do projeto neoliberal, a desestruturação dos parques produtivos e do aparelho de Estado. Existem outros modelos, que recentemente vêm sendo adotados, em vez da legitimação da verborragia da patifaria neoliberal, que significa a desestruturação do aparelho do Estado, ou pela diminuição de gastos públicos, ou pela privatização e alargamento da riqueza nacional para o capital financeiro. Outros países vêm fazendo isso. Não é à toa que o próprio Fundo Monetário Internacional, em documentos apresentados apenas pelos técnicos, mas que não representam a posição do Fundo, já demonstrou que os países que mais cresceram economicamente e promoveram mais investimentos nas políticas públicas, incluindo as políticas sociais, foram aqueles que não se submeteram a esse comprometimento cada vez maior do orçamento público para jogar na lama da especulação.

Outros países fizeram isso recentemente. Além de alongar o perfil da dívida pública interna, repactuaram a dívida pública e diminuíram a política de juros, porque, como já foi dito aqui, ao aumentar a dívida

pública, aumenta o comprometimento das receitas líquidas não apenas do Governo Federal, mas dos Governos Municipais e dos Governos Estaduais para pagar os juros dos serviços da dívida, a questão do controle de capitais – e aí sou contra a autonomia do Banco Central.

Então, entendo que existe um outro tipo de modelo econômico, que vai, inclusive, da diminuição da política de juros, que significa não apenas a diminuição do montante da dívida, porque, quando aumenta a dívida pública, significa que alguém paga. E quem paga? Quando aumenta a carga tributária, o setor empresarial vem aqui fazer pressão. Muitas vezes não vai nem pelo aumento da carga tributária, vai pelo repasse para o preço das mercadorias ou pelo desemprego, porque esse aumento da política de juros não tem significado um freio da inflação. Talvez até pelo descrédito do setor produtivo isso já significa repassar aos preços antecipadamente aquilo que acaba sendo repassado com o aumento da política de juros, porque, quando aumentam os juros, significa que os insumos para o preço da mercadoria acabam aumentando também; e, quando aumenta, ou ele repassa ao preço da mercadoria, ou ele desemprega para manter a faixa de lucro, e aí vira uma roda extremamente danosa para a grande maioria da população. E essa política econômica é a continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique.

Alguém poderá dizer: mas o aumento da inflação dar-se-á também pelo aumento das taxas, que poderiam ser administradas pelo Governo nas tarifas públicas. Por que o Governo não rompe, unilateralmente, com uma ordem jurídica vigente? Em função da manutenção dos contratos, em nome do equilíbrio econômico e financeiro, onde prestadores de serviços, que acabam viabilizando aumento das tarifas públicas, têm um contrato que foi firmado ainda no processo de privatização e que o atual Governo podia, como manda a lei, em nome do interesse público, romper unilateralmente para que não houvesse essa banga geral.

Entendo que é absolutamente possível outro tipo de política econômica. Agora, jogar na lama da especulação mais da metade da riqueza nacional, isso é uma infâmia! Sou absolutamente favorável à responsabilidade fiscal, à gestão responsável do Orçamento público, e a responsabilidade fiscal não pode ser vista como o que está acontecendo. O que existe é uma grande irresponsabilidade fiscal. Porque, quando você privilegia a utilização da arrecadação pública, do Orçamento

público, da riqueza nacional para encher a pança dos banqueiros e minimiza todo o impacto do aparelho do Estado em relação ao setor público, isso é que é uma infâmia. Irresponsabilidade fiscal é encher a pança dos banqueiros e não ter dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para a moradia, para investimentos em infra-estrutura, para aquilo que é da essência do aparelho de Estado.

E para quem é que sobra efetivamente?

O superávit e a política de juros, independente de qualquer manipulação política que possa estar havendo, que o Senador Arthur Virgílio aqui levantou, essa política de aumento de juros, a construção do superávit às custas do contingenciamento, da contenção, da não execução orçamentária promovem crimes que jamais serão superados na vida de uma pessoa. Porque, quando a pessoa não tem emprego, vai para a marginalidade; quando não tem educação, não tem saúde, as marcas que a ausência do aparelho de Estado, das políticas públicas e das políticas sociais deixam na alma, na vida, no corpo e na dignidade da pessoa não são reconstruídas quando o Governo resolve diminuir o superávit, diminuir a política de juros ou fazer a liberação do Orçamento. Não são reconstruídas. Portanto, é um crime contra a humanidade quando se estabelece um tipo de política econômica simplesmente refém dos interesses do capital financeiro, desses senhores parasitas sem pátria, que não se sensibilizam com a dor, a miséria e o sofrimento da grande maioria do povo brasileiro.

Acabei fazendo uma intervenção, Sr. Presidente, só para dizer que tenho absoluta convicção, não da verdade absoluta, porque ninguém tem, mas me sentia muito mais tranquila se eu não acreditasse que é possível um outro tipo de política econômica, que vai desde a redução da taxa de juros, do aumento dos gastos públicos para aquilo que dinamiza a economia, gera emprego, gera renda, fortalece a vida e a dignidade das pessoas mais pobres, o controle de capitais, tudo aquilo que ao longo da história apresentávamos – alguns, como verdade absoluta, para contraditar e fazer a oposição veemente ao Governo Fernando Henrique, por bravata, vigarice política e demagogia eleitoralista; outros, por convicção, inclusive, dentro do próprio PT, como o Senador Cristovam. Várias vezes esse debate foi feito nos fóruns partidários.

Então, sinto-me muito mais triste, num misto de tristeza e indignação porque, embora não sejamos nenhum de nós donos da verdade absoluta, não

entendo o pensamento único, o aprofundamento do projeto neoliberal e essa política econômica como a única alternativa possível para viabilizar os rumos e o desenvolvimento econômico de um país.

Portanto, Sr. Presidente, deixo registrada a nossa opinião também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador do Paraná Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, atendo um apelo de V. Ex^a e participo deste debate até aqui qualificado – espero, evidentemente, não reduzir essa qualificação com minha modesta participação – para, sobretudo, ressaltar a preocupação do Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido. Tem sentido a preocupação de S. Ex^a, de natureza político-eleitoral, embora seja uma suposição, mas uma suposição com fundadas razões, que, esperamos, seja desmentida pelo tempo.

No entanto, as preocupações do Senador Arthur Virgílio são mais significativas quando de natureza econômica e social, porque a elevação das taxas de juros impacta fortemente a dívida pública do País, avolumando-a de forma significativa.

É possível que pensem: mas 0,5% de elevação da taxa de juros não significa grande coisa, grande impacto! Ledo engano, pois 0,5% – o Senador Cristovam Buarque sabe disto – significa um aumento de dívida pública da ordem de R\$5 bilhões por ano. É claro que é uma consequência devastadora para a economia do País a elevação extremamente perniciosa da dívida pública a cada ato do Copom aumentando o percentual da taxa Selic.

Isso provoca outra comemoração indevida do Governo: o aumento do fluxo de capital externo. Há uma injeção de dólar no País. Essa é a razão da valorização do real em relação ao dólar, ou da queda do dólar em relação ao real, nessa mobilidade cambial. Esse ingresso de dólares no País não implica investimentos produtivos, geradores de emprego e de renda, mas, sim, um embalo na especulação financeira, estabelecendo uma rotatividade já conhecida. São recursos que ingressam e que voltam, não contribuem para o aquecimento da economia. Ou seja, não fazem com que a roda da economia gire com maior força e velocidade, promovendo desenvolvimento.

Portanto, é uma comemoração ilusória sob o ponto de vista do crescimento econômico.

A outra comemoração que se ouve é relativamente ao fato de o Governo ter abandonado o FMI. O Governo desatrelou o País do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, em matéria de atrelamento às políticas originadas em Washington, o Governo avançou, porque instituiu o seu próprio fundo monetário internacional. Aqui há um FMI doméstico, porque a política econômica adotada não é outra; é aquela imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

Tanto se combateu a política do governo passado. Dentro do próprio PSDB, havia esse combate. O Partido estava dividido. Uma corrente do PSDB, liderada inclusive por José Serra, hoje Prefeito de São Paulo, pretendia a retomada do crescimento econômico, uma alteração no conceito de política econômica – aliás, definida pelo PT à época como neoliberal, devastadora para os interesses sociais do País.

Havia, portanto, já a conclusão de que a primeira etapa estava vencida, e o Governo deveria partir para uma outra etapa: a segunda e mais importante etapa do projeto, que seria a retomada do desenvolvimento econômico. Exatamente esta foi a proposta do candidato Lula durante a campanha eleitoral: uma política desenvolvimentista, mudando totalmente a rota da política até então exercitada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

A promessa não está sendo cumprida, e, ao contrário, permanece a mesma política, já considerada superada. O candidato Serra já anunciava a mudança e dizia que, caso eleito, a política econômica seria desenvolvimentista, porque aquela política de contenção e de ajuste fiscal já havia cumprido a sua tarefa, a da estabilização da economia. Portanto, na contramão da promessa da campanha, o Governo Lula adota, com muito mais rigor, a mesma política econômica de antes, que tem inspiração, sim, em Washington.

Portanto, é balela afirmar que o Governo Lula rompeu com o Fundo Monetário Internacional. Foi uma aluno tão disciplinado e obediente que superou o mestre e instituiu aqui uma espécie de fundo monetário internacional brasileiro, mais rigoroso do que aquele com sede em Washington.

A elevação das taxas de juros explica cabalmente nossa afirmativa.

Outra comemoração indevida da parte do Governo diz respeito ao crescimento econômico. Não sei por que cargas d'água o Governo comemorou tanto o índice de 5,2% de crescimento econômico no ano passado. Na verdade, temos que dividi-lo por dois: crescimento

zero, em 2003; crescimento de 5,2% em 2004, média de crescimento ao redor de 2,5% – um crescimento pífio, um crescimento medíocre, incapaz de atender às expectativas sociais do povo brasileiro, na contramão, portanto, das promessas da campanha eleitoral.

Se compararmos com os países emergentes, ficamos muito distanciados. Se compararmos com a média do crescimento da economia mundial, ficaremos também distanciados, porque este crescimento no ano passado foi de 7,2% Se compararmos com os nossos irmãos da América Latina, ficaremos também muito distantes. A Argentina cresceu 10% em um ano, 9% no outro, somando 19% de crescimento contra 5,2% do Brasil. Não nos podemos conformar.

A propaganda do crescimento econômico pelo Governo brasileiro é, portanto, uma propaganda enganosa, até porque nem mesmo esse pífio crescimento se deve ao Governo brasileiro ou à sua política econômica. É um crescimento vegetativo que vem na esteira do bom momento da economia mundial. Aliás, o Governo brasileiro desperdiça oportunidades preciosas de crescimento. Não podemos comparar o crescimento neste momento da economia mundial com o crescimento que o País obtinha antes, quando vivíamos um cenário internacional diferente, com crescimento econômico muito aquém daquele que se verificou nos últimos dois anos.

O superávit primário que alcança o Governo brasileiro é recorde porque a arrecadação é recorde. É uma arrecadação à custa do sacrifício nacional, Senador Cristovam Buarque. É uma arrecadação devida a uma carga tributária escorchante, que se elevou significativamente no Governo Lula, na contramão também dos compromissos assumidos durante a campanha, depois da campanha, pela imprensa e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, pelo Ministro Antonio Palocci. Enfim, em inúmeras oportunidades, reiterou-se o compromisso de que, no Governo Lula, não haveria o incremento da carga tributária, e nós já estamos ao redor – embora as estatísticas sejam sempre inconfiáveis, essas são mais confiáveis porque muito mais alcançáveis pelos instrumentos de que dispõem os órgãos públicos para aferição – de 38% do PIB de carga tributária no Brasil. Sem dúvida, é muito maior do que a média da carga tributária mundial, uma das maiores do mundo.

Há uma diferença – como bem salientou a Senadora Heloísa Helena: como o Governo aplica muito mal essa arrecadação, nós nos empobrecemos. A crise

social se avoluma, os bolsões de miséria aumentam, a saúde pública é uma lástima, a educação sofre retrocessos. O Governo alcançaria um superávit primário ainda superior se soubesse aplicar, com competência, o que arrecada. Não aplica com competência porque desperdiça e gasta com custeio mais do que deveria gastar. E não aplica com competência porque investe mal. Os investimentos produtivos ficam muito aquém das possibilidades orçamentárias. Aliás, a execução orçamentária é uma lástima também no Governo Lula.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, porque realmente prefiro manter o debate qualificado, e sei que o Senador Cristovam Buarque ainda falará, gostaria de dizer que esses compromissos desrespeitados pelo Governo Lula não podem ser esquecidos. Eles não são esquecidos pela Oposição, mas certamente não são também esquecidos pelos eleitores do País.

Apontei aqui quatro itens da propaganda enganosa do Governo: a comemoração do superávit primário; o afluxo de capital externo no nosso País, como decorrência das altas taxas de juros; a instituição de um FMI doméstico; e a comemoração abusada e desautorizada do crescimento econômico, porque é um crescimento econômico, comparativamente aos demais países, medíocre, que significa muito mais o desperdício de oportunidades de um país que tem potencialidades extraordinárias para crescer muito mais do que vem crescendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem querer abusar do tempo porque já estamos a esta hora aqui, não posso deixar de continuar um debate que, a meu ver, é agradável e, eu diria, rico, quando vimos os debates desta semana inteira no Senado.

Quero, em primeiro lugar, dizer que posso estar completamente errado, mas não estou incoerente. Agradeço à Senadora Heloísa Helena por ter lembrado isso. Em 1998, escandalizei o meu Partido ao defender que, se eleito, o Lula deveria manter o Malan por 100 dias. Hoje, digo que, se por acaso, Deus nos livre, o Presidente Lula perder, o próximo Presidente precisa manter o Palocci por 100 dias pelo menos. E vou dizer que isso é uma reflexão que me põe à esquerda da Senadora Heloísa Helena. Sabe por que,

Senadora? Porque a minha crítica ao Governo Lula hoje, do meu Partido, é que mesmo com essa política econômica poderíamos ter uma política educacional melhor, porque temos orçamento. Se quisermos tocar em privilégios, temos os recursos. Veja bem. Para fazer a revolução educacional, que venho defendendo sob o nome de Federalização da Educação Básica, precisamos de R\$7 bilhões. O Orçamento tem 700. Ainda que tivéssemos a parte que vai para pagar a dívida por não ter condições, supondo, de renegociar, só há dinheiro para isso.

A verdade é que defendemos aqui a diminuição da taxa de juros, que não vamos conseguir, porque não depende do Senado, e não discutimos a política orçamentária. Hoje, revolução se faz na política orçamentária. A *sierra maestra*, hoje, é a Comissão de Orçamento e não estamos botando roupa de guerilheiro para tomar aquela Comissão de Orçamento. É ali onde dizemos para onde vai a riqueza do setor público, que, neste País, já é elevadíssima pela imensa carga fiscal existente.

Quero lembrar que a África do Sul teve um presidente revolucionário, o Presidente Mandela, que não mexeu na política econômica. O Presidente Mandela manteve a política econômica dos brancos porque não tinha outra, mas fez a revolução. A revolução da África do Sul foi uma revolução legal: negros e brancos passaram a poder andar na mesma calçada.

Penso que, hoje, a revolução brasileira seria pobres e ricos entrarem na mesma escola. E isso é possível com R\$7 bilhões, que este Senado talvez não se debruce para alocar.

Li que, dentro de mais algumas semanas, vai chegar aqui o Fundep, que vai alocar R\$1 bilhão, no outro ano R\$2 bilhões, R\$3 bilhões e R\$4 bilhões. Devíamos pedir desculpas por isso e não comemorar, já disse ao Ministro Tarso Genro uma vez. Temos que pedir desculpas – R\$154 bilhões, que é o gasto atual em Educação Básica, nos ombros dos Estados e Municípios – por colocarmos mais R\$1 bilhão, o que não dá para nada.

Mas penso, Senador, que mesmo com essa política econômica, mesmo com os banqueiros americanos aqui, teríamos dinheiro para fazer a revolução.

Outro ponto, concentrar o debate na economia, de certa forma, é ficar preso ao que dizia o Ministro Delfim Neto, que vamos ter que crescer para depois distribuir. Hoje, dá para distribuir mesmo sem crescer. No Haiti não dá, mas no Brasil, sim. Já tem o que dis-

tribuir neste País. Para mim, distribuir não é pela renda, mas pelo acesso aos serviços.

Por isso que tivemos a discordância no salário mínimo. Volto a insistir que o aumento que se pode ao salário mínimo é pequeno para dar um efeito, mas uma boa escola para os filhos, acabar a fila nos hospitais, colocar água e esgoto em todas as casas, isso é possível, e isso custaria no Brasil em torno de R\$40 bilhões, um programa de erradicação da pobreza em 10, 15 anos. E R\$40 bilhões é possível, mas se não for, aí sim traremos a diminuição do superávit fiscal. Mas ao invés de começar a reduzir o superávit fiscal, que pode terminar servindo para comprar mais aviões, para justificar armas, aumento de salário nosso, prefiro que não baixe o superávit. Se vai reduzir o superávit para ir para os mesmos que há 500 anos ganham renda neste País, inclusive nós, porque fazemos parte dessa minoria, para mim tanto faz deixar o superávit ou não. No entanto, se são necessários R\$40 bilhões para erradicar a pobreza e o único lugar para se tirar é do superávit, aí vou ser aliado na briga para diminuir o superávit. Mas, invertendo a ordem da justificativa, não é diminuir o superávit porque é grande, mas diminuir o superávit porque ele não permite atender às necessidades dos pobres.

Para concluir, quero dizer que, hoje, o neoliberalismo deixou uma brecha muito pequena para aqueles que querem mudar a realidade. E considero que é a brecha do social, especialmente da educação, no resto estamos amarrados. Por exemplo, rompimento unilateral, hoje, Senadora, é uma temeridade, a não ser quando não tem mais jeito, como é o caso da Argentina, que não fez uma ruptura unilateral, a Argentina fez uma ruptura social, interna e econômica muito grave, pois não tinha como pagar e disse: não vamos pagar mais. No caso do Brasil, isso traria consequências muitos graves.

Mas, insisto, se quisermos nos debruçar no Orçamento, que vai chegar aqui em breve, prontinho, para aprovarmos, sem nem saber o que se está aprovando, como foi no ano passado, com seriedade, com lupa e olhos do povo, com um pé na aritmética e o outro na utopia, há recursos, sim, para dar um grande salto social no Brasil. Esta é minha maior crítica ao Governo Lula: não estar dando esse salto social, mesmo com uma economia que já o permite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena,

para encerrar o debate qualificado, democrático e preocupado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a fala do Senador Cristovam Buarque, para qualquer pessoa de bom senso, independente de convicções ideológicas ou filiação partidária, aumenta, apenas contribui para caracterizar o Governo como o pior.

Se o problema não é de inserção do Brasil no mundo globalizado, refém dos interesses comerciais das grandes nações ou dos interesses dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional. Se o problema não é esse, então é um problema mais grave ainda, porque, mesmo com o que está previsto no Orçamento, mesmo que estejamos todos nós, como sempre estivemos – alguns poucos de nós, é verdade –, como guerrilheiros, na Comissão de Orçamento, para alocar mais recursos para a área de políticas públicas e de políticas sociais, ainda assim o Governo não libera o recurso. E pior ainda, porque o atual Governo repete o Governo anterior e monta um verdadeiro balcão de negócios sujos para liberar recursos, não conforme a necessidade, a dor e o problema do povo, mas conforme as conveniências políticas de quem vota aqui, sendo ou não da base de bajulação do Governo. O problema é pior ainda – claro que continuo...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Por isso que eu disse que estou à esquerda da Senadora, porque é mais grave do que a crítica da Senadora, que se concentra muito na economia. Minha crítica é mais profunda. Mesmo com essa economia daria para fazer coisas que o Governo não está fazendo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é porque mexer na política econômica é mexer no coração do sistema. Não é algo simples mais da metade da riqueza nacional ir para meia dúzia, Senador Cristovam. Isso também é mexer na área social, é mexer na distribuição de renda, na distribuição de riqueza. Não é justo que, nesses últimos três anos, o Brasil tenha entregado mais dois novos bilionários. E não é justo porque essa política econômica de concentração de renda viabiliza que 0,005% das famílias nacionais concentre 40% da renda. Então, quando dizemos mexer na política econômica, não é na velha ótica de crescer para distribuir, não tem nada a ver, é distribuir para crescer. E distribuir significa também dinamizar a economia local, gerar emprego, gerar renda, distribuir também pelo acesso às políticas públicas, às políticas sociais,

quer seja na educação, quer seja na reforma agrária, quer seja na reforma urbana, quer seja na saúde, em toda área de política social. Isso é essencial. É mexer na política econômica também.

É evidente que a crítica feita e absolutamente justa é a que se faz não apenas pela definição das prioridades sociais no Orçamento, mas pela omissão e cumplicidade vexatória e vergonhosa, especialmente nossa, do Congresso Nacional, em não fiscalizar o Executivo. Fazemos de conta que aprovamos o Orçamento, primeiro, porque não aprovamos, mas garimpamos recursos. Quando queremos alocar recursos para educação infantil ou para creches, tiramos de outro lugar porque há um percentual intocável para pagar juros e serviços da dívida. Vamos garimpar recursos e tiramos da Aeronáutica, do Gabinete Civil, de não sei onde. Não fazemos orçamento público, mas uma verdadeira garimpagem orçamentária, porque não existe, infelizmente, uma definição desta Casa para tratar o orçamento da forma como deveria ser tratado, à luz do interesse social e das políticas públicas de uma forma em geral.

A crítica é absolutamente consequente, e V. Ex^a tem razão. Infelizmente, a nossa omissão e a nossa cumplicidade permitem que o Governo não cumpra ao menos o que foi colocado no Orçamento. Em todas as áreas ocorre isso.

Tem razão V. Ex^a quando alude ao Fundeb, que está sendo alardeado, cantado em verso e prosa, como se fosse um instrumento de viabilização. Esse tipo de recurso criou uma polêmica dentro das áreas da educação, que estão brigando entre si por um percentual maior desse pouco dinheiro. A educação fundamental não quer perder, a educação infantil quer ter uma parte, assim como o ensino médio, o ensino profissionalizante e o ensino de jovens e adultos. Ao invés de discutir o Orçamento ou o Fundo da Educação Básica, todos passam a uma nova disputa em relação à migalha estabelecida pelo Governo para o Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a que encaminhei, por escrito, o requerimento que propõe a anulação da votação relativa à indicação do nome do Dr. Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça, em função das irregularidades apontadas.

Eu gostaria apenas de concluir o debate qualificado, como V. Ex^a o definiu, travado aqui hoje, aproveitando a palavra “credibilidade”, presente no discurso do Senador Cristovam Buarque, e propondo ao Governo substituir, para combater a inflação, a elevação de taxas de juros por credibilidade.

Credibilidade combate inflação. Governo com credibilidade contém o processo inflacionário com segurança. De outra parte, governo que admite a corrupção como regra e que é complacente, conivente com a corrupção e cúmplice dela perde credibilidade. Sem credibilidade, nenhum projeto, nenhum programa, nenhuma meta de governo podem ser alcançados. Somente com credibilidade, um governo tem adesão popular para suas iniciativas. O combate à inflação, sobretudo, exige credibilidade. Certamente, o resultado seria muito mais significativo do que a elevação da taxa básica de juros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Teotonio Vilela Filho, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Arthur Virgílio enviaram discurso à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado Fundo do Poço, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 8 de maio do corrente, na sua edição “Opinião”.

O texto mostra como o Governo é incompetente na administração, na política externa, nos juros altos e na articulação política. O PT quer transformar o Ministro Aldo Rebelo em bode expiatório, crucificando um homem público correto que está no meio da arrogância e da prepotência do petismo.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S.PAULO	08	Maio/05	Opinião	A	2A

FUNDO DO POÇO

DUAS NOVAS derrotas do governo no Congresso Nacional levaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a considerar que a capacidade de articulação política de seu governo "chegou ao fundo do poço".

No primeiro revés, ocorrido na Câmara, o candidato apoiado pela situação para representar a Casa no Conselho Nacional de Justiça foi derrotado por Alexandre de Moraes, secretário da Justiça do governo Geraldo Alckmin. No segundo, que teve lugar no Senado, a base governista não impediu uma inesperada convocação do ministro da Casa Civil, José Dirceu, para esclarecimentos sobre a abertura de capital da Infraero.

Os dois episódios, ainda que em si não sejam catastróficos, deixaram a nu, mais uma vez, a difícil situação política do governo, que começou a se delinear após os resultados das eleições municipais e se deteriorou

com a nuidosa derrota, na disputa pela presidência da Câmara, para o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

O quadro de descontrole parecia indicar que a reforma ministerial seria uma alternativa para o Planalto recobrar a iniciativa no Legislativo. O inconveniente último dirigido ao presidente Lula pelo novo comandante da Câmara, que exigiu a indicação de um apadrinhado para o ministério, veio, porém, mudar o roteiro. A reforma foi engavetada, resumindo-se à indicação de um petista para o Planejamento e a um afago no novo presidente do Senado, Renan Calheiros, com a colocação do senador Romero Jucá na Previdência.

O gesto pode ter preservado a autoridade do presidente, mas não representou nenhum progresso na capacidade de articulação da base governista, que vem representando na Câ-

mara o patético papel de obstruir votações, sem conseguir avançar em temas relevantes para o país e para os próprios interesses políticos do Executivo. Os sinais, portanto, são de que dificilmente o governo conseguirá reequilibrar as ações sem retornar à agenda da reforma ministerial.

O problema é que o nome a receber o benefício continua a ser o mesmo que tem causado arrepios no Planalto, o "companheiro" Severino Cavalcanti. Visto como arrogante, mau pagador e paulista em demasia por considerável parcela dos congressistas, o governo paga o preço de seus erros de avaliação e coordenação, enquanto se afiguram cada vez mais custosas as negociações com vistas a atrair o PMDB para uma aliança em 2006. Resta saber se o poço a que se referiu o presidente não vai se revelar ainda mais profundo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado "Cargos e MPs", publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 10 de maio do corrente.

O editorial deixa à mostra duas práticas muito comuns na administração petista: o reaparelhamento da máquina pública com militantes petistas e o uso abusivo na edição de Medidas Provisórias.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 terça-feira, 10 de maio de 2005

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

*Presidente: Luís Frias**Diretor Editorial: Otávio Frias Filho**Superintendentes: Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito**Editora-executiva: Eleonora de Lucena*

Conselho Editorial: Luis Alberto Bahia, Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Janio de Freitas, Gilberto Dimenstein, Luís Nassif, Clóvis Rossi, Carlos Heitor Cony, Celso Pinto, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luís Frias e Otávio Frias Filho (secretário)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CARGOS E MPs

A NOTÍCIA de que o governo federal, desde sua posse, criou nada menos de 19.409 cargos por medidas provisórias suscita ao menos duas ordens de consideração. Em primeiro lugar, a um ritmo de 700 novos postos por mês, vai-se promovendo um aumento de despesas incompatível com as restrições financeiras de um Estado que há anos encontra graves dificuldades para investir nas áreas de sua competência. Basta citar como exemplo a infra-estrutura do país, que, apesar das renovadas promessas governamentais, continua em péssima situação.

Embora o governo procure justificar os novos cargos pela necessidade de “reaparelhamento” da máquina pública, a impressão generalizada é a de que, na realidade, continua em curso o conhecido e criticável processo de aparelhamento da estrutura estatal por militantes petistas. Por mais que a equipe econômica venha cumprindo com sobras as metas de superávit primário, sabe-se que isso não basta nem sequer para saldar os compromissos com os juros da dívida pública, o que deveria compelir o Executivo a mover um grande esforço de racionalização administrativa.

É lamentável que, em vez disso, o caminho escolhido seja transferir o ônus para a sociedade por intermédio de aumentos da carga tributária, enquanto se sanciona por MP o inchaço da esfera federal. Quando o presidente Lula foi eleito, havia 809.865 servidores do Executivo federal na ativa. Em dezembro de 2004, esse número já havia aumentado 9,16%, passando a 884.091.

O outro aspecto a chamar a atenção no caso diz respeito ao uso abusivo da medida provisória, que tem criado seguidos embaraços para a agenda do Legislativo — como se para isso já não bastasse a exasperante incompetência do Planalto na coordenação de sua base aliada.

É preciso que as lideranças políticas do país se empenhem na busca de uma alternativa à atual sistemática de tramitação das MPs, de modo a assegurar que os critérios de urgência e relevância sejam observados e que a pauta do Congresso — em parte por omissão dos próprios parlamentares — não se encontre a todo instante trancada pelo ímpeto do Executivo em legislar, não raro em causa própria, como nessa enxurrada de novos cargos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Sem emprego”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 07 de maio do corrente.

O Programa Primeiro Emprego do Presidente Lula acabou se transformando em um grande fracasso. A meta era garantir 250 mil empregos para iniciantes até o final de 2004, mas não passou de 5.300, incluindo outras modalidades, como o estágio. O que o Presidente ainda não percebeu é que ao invés de ficar prometendo, e não cumprindo, o primeiro emprego deveria proporcionar um sis-

tema educacional eficiente que preparasse esses jovens para as dificuldades do mercado de trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 sábado, 7 de maio de 2005

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: Luís Frias

Diretor Editorial: Otávio Frias Filho

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUIS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, Luís Frias e Otávio Frias Filho (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS
E-mail: editoriais@uol.com.br

SEM EMPREGO

VAI-SE revelando um retumbante fracasso aquele que se anunciou como o principal projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva para estimular a contratação de jovens, o programa Primeiro Emprego. A iniciativa foi anunciada em 30 de junho de 2003, em cerimônia no Palácio do Planalto, e veio a ser sancionada em 22 de outubro daquele ano.

Na época, a revista “A mudança já começou”, editada pelo governo, anunciou que “22 mil vagas já estão sendo oferecidas por grandes empresas”. A meta era garantir 250 mil postos de trabalho para iniciantes até o final do ano passado. Segundo o balanço oficial, entretanto, eles não passaram de 5.300, considerando, além do emprego formal, outras modalidades, como estágios.

Uma das principais linhas do projeto é subsidiar empresas em dia com o fisco dispostas a contratar jovens de baixa renda durante um ano, sem que isso implique a demissão de um outro trabalhador — proposta que não prosperou. Mesmo com o afrouxamento de algumas dessas exigências, a iniciativa continuou esbarrando na realidade do mercado

sem conseguir atingir seus objetivos.

Agora, o governo anuncia que pretende investir com mais vigor em cursos de qualificação de jovens entre 16 e 24 anos, que seriam ministrados sobretudo por organizações não-governamentais. A meta fixada para esses cursos é empregar entre 30% e 40% de seus alunos.

Não é demais lembrar que já havia legislação no país estipulando a contratação de aprendizes acima de 14 anos de modo a qualificá-los para futuras ocupações. Teria sido mais razoável se, em vez de se concentrar no Primeiro Emprego, o governo tivesse cuidado de verificar o cumprimento do que já era previsto em lei.

Ainda que assim fizesse, o caminho para enfrentar a deterioração do mercado de trabalho precisa ir muito além de ações focalizadas e paliativas. A falta de oportunidades e o despreparo dos jovens estão associados às carências do sistema educacional, a anos de baixo crescimento e às modificações no perfil da economia. Sem políticas sólidas para mudar esse quadro, vai ser muito difícil melhorar as perspectivas de um jovem encontrar seu primeiro emprego.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar as últimas declarações do Presidente Lula sobre a questão dos juros no Brasil. Ao transferir a responsabilidade das altas taxas de juros para o comodismo do consumidor, o Presidente da República desrespeitou a população brasileira.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto e para deixar registrado para o futuro mais este deslize

do Presidente Lula e suas repercussões, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula fabrica NOVA CRISE

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Peço o segundo dia consecutivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desqualificou as críticas dos empresários e da classe média às altas taxas de juros praticadas no país. Ao discursar, de improviso, no lançamento da Primeira Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, ontem, no hotel Blue Tree, o presidente afirmou que o aumento da taxa não interfere no dinamismo da economia. Segundo Lula, "as pessoas reclamam, mas na verdade o mercado interno e o varejo continuam a crescer e os supermercados estão vendendo muito".

Na segunda-feira, durante solenidade de lançamento do programa de microcrédito, no Palácio do Planalto, Lula chegou a transferir a responsabilidade das altas taxas de juros para o "comodismo" do consumidor, sugerindo que em vez de se queixar as pessoas deviam "levantar e ir às instituições financeiras".

Na interpretação do presidente, o crescimento da economia, independentemente dos juros, se deve a medidas adotadas pelo governo de injetar dinheiro no mercado. Ele citou a liberação de dinheiro por crédito consignado e o programa de microcrédito, além dos empréstimos bancários a juros de 1,5% para os aposentados, como exemplos de ações capazes de solucionar o problema da falta de dinheiro no mercado.

"Não tenho dúvida que no final do ano serão mais alguns bilhões de reais que estarão no mercado, e que não estãovam em nenhuma codificação dessas que a gente costuma ler nesses manuais de economia". Ao citar a taxa básica de juros (Selic), Lula desconsiderou o aumento de 0,25% do Comitê de Política Monetária (Copom) na última quarta-feira. "É por isso que, mesmo com a taxa Selic a 19,25% (o correto é 19,5%) que o mercado interno continua a crescer, que o varejo está crescendo, que os supermercados estão vendendo muito, porque as pessoas estão tendo possibilidade de acesso a dinheiro que antes não tinham."

“(O BRASILEIRO)
É INCAPAZ
DE LEVANTAR
O TRASEIRO DE
UMA CADEIRA
E IR AO BANCO
OU AO
COMPUTADOR
FAZER A
TRANSFERÊNCIA
PARA UM BANCO
BARATO”

*Luiz Inácio Lula da Silva
(segunda-feira)*

Reação
O otimismo de Lula não foi compartilhado por empresários. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou ontem que as medidas citadas pelo presidente como solução para o crescimento da economia brasileira não vão resolver o problema do Brasil. "Não é uma linha nova de financiamento para pessoas físicas, que representa 0,5% do PIB brasileiro, que vai resolver o

problema do país. Nada justifica o cheque especial custar 7% ou 8% ao mês quando a meta de inflação para o ano é de 5,1 pontos percentuais."

Nunca tom de desaprovação, Skaf rebateu as afirmações feitas por Lula por dois dias seguidos, especialmente a análise de que as pessoas são acomodadas por não buscarem taxas mais baixas no mercado bancário. Ele lembrou que o "conselho" dado por Lula está fora da realidade. "Sabemos



**“AS PESSOAS
RECLAMAM (DOS
JUROS), MAS NA
VERDADE O
MERCADO
INTERNO E O
VAREJO
CONTINUAM A
CRESER E OS
SUPERMERCADOS
ESTÃO VENDENDO
MUITO”**

*Luiz Inácio Lula da Silva
(terça-feira)*

muito bem que, na prática, essa concorrência não existe. As pessoas físicas e jurídicas, num país em que o crédito é 27% do PIB, ficam limitadas. Quem paga juros paga porque é obrigado, porque não tem alternativa. Ninguém tem o prazer de gastar um lote com o cheque especial e pagar uma fortuna de juros", afirmou.

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) destacou ontem que as taxas de juros não diferem muito conforme o banco e que é inútil pesquisar taxas. "A

margem de lucro dos bancos é baixa, de 7,5%. Portanto, as instituições não têm como dar grandes descontos. Não adianta sair pesquisando, as taxas são praticamente iguais em todos os bancos", disse Roberto Luís Troster, economista-chefe da Febraban.

“Fazer pressão”
Um dos principais críticos da postura da equipe econômica de manter os juros altos, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, mudou o tom dos

ataques. Ontem, Alencar saiu em socorro de Lula e concordou com a visão presidencial de que cabe à sociedade "fazer pressão" contra as altas taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro brasileiro. "Não vamos tabelar as taxas cobradas pelos bancos. Quem tem que se defender é quem paga."

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, outro crítico contumaz da rígida política monetária, também

saiu em defesa de Lula. "Realmente, as pessoas precisam se levantar e tomar uma atitude", disse o ministro, reclamando que a população só se mobiliza contra alguma coisa, nunca a favor. "Quando há uma ameaça como a Medida Provisória 232 (que aumentava impostos de alguns setores), há uma mobilização maciça; quando existem no Congresso 500 projetos, muitos deles essenciais para o desenvolvimento e o crescimento, a mobilização da sociedade é

O MAIOR DESLIZE

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva errou em forma e em conteúdo ao declarar que está nas mãos da classe média pagar juros mais baixos. A afirmação foi feita anteontem em solenidade de lançamento de um programa de microcrédito no Palácio do Planalto. Segundo cientistas políticos, Lula foi leviano ao dizer que o problema dos juros se resolve a partir de uma simples busca por taxas mais baixas no mercado bancário e deselegante ao sugerir que as pessoas "levantem o traseiro" e deixem de reclamar sem fazer nada.

"O presidente demonstra não ter conhecimento da questão como está. Trocar de banco não é como trocar de supermercado. Lula sequer sabia que não se migra de uma instituição financeira por outra por meio da internet", critica a cientista política Lúcia Hipólito. Durante o discurso na segunda-feira, o presidente sugeriu que a operação é tão simples a ponto de ser realizada pela rede de computadores. Para a especialista, "Lula simplifica onde não pode simplificar e demonstra completo desconhecimento sobre os assuntos", observa.

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), Gaudêncio Torquato interpreta que, ao convocar a classe média a não se acomodar, o presidente transfere uma responsabilidade do governo para as pessoas que não têm a mesma oportunidade de decisão. "Quem tem o poder da cunha é o governo. É o presidente que pode mudar os rumos da política econômica e diminuir a taxa de juros se quiser, mas Lula não tem coragem de assumir as próprias medidas, transferindo as consequências negativas para a população", analisa.

A lingüista Lucília Garcez, que é uma defensora da linguagem coloquial usada pelo presidente, diz que Lula está ultrapassando o limite da elegância. "O problema não é simplificar, mas a gente espera de um presidente que não transgrida a ponto de perder o bom-gosto", critica. (LT)

muito tênu", desabafou Furlan. Ele disse que, quando tem um objetivo, o setor privado normalmente luta pelo que quer, mas às vezes a acomodação prevalece. Um exemplo citado pelo ministro foi o da política de comércio exterior do governo Fernando Henrique: "O governo e o setor privado realmente se encontravam acomodados, com raras exceções. Tanto é que foi possível alcançar uma meta arrojada, de US\$ 100 bilhões de exportações, com 22 meses de antecedência".

Em busca de juros baixos

Ao contrário do que disse Lula, brasileiro tira traseiro da cadeira e busca melhores opções oferecidas pelo mercado financeiro

MARCELO TOKARSKI
DA EQUIPE DO CORREIO

O consumidor vem dando provas de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi no mínimo infeliz ao dizer, na última segunda-feira, que o brasileiro é acomodado ao não "levantar o traseiro" da cadeira em busca de juros mais baixos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) comprovam justamente o contrário. Basta haver uma modalidade de crédito mais barata que a procura cresce vertiginosamente.

Impulsionado pelo próprio governo Lula, o empréstimo com desconto em folha, cujos juros são, no mínimo, metade dos de outras modalidades, teve um crescimento de 10% entre fevereiro e março, quando atingiu R\$ 15,421 bilhões. De acordo com os dados do BC, os juros do empréstimo consignado são de 37,1% ao ano, contra 74,4% do crédito direto pessoal, 146,10% do cheque especial e taxas ainda mais salgadas nos cartões de crédito.

"O crédito consignado é muito importante, pois tira o brasileiro da mão dos agiotas e também permite que ele use esses empréstimos para quitar dívidas mais caras, como o cheque especial e o cartão de crédito", afirma Carlos

Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC). "É uma prova de que o presidente Lula está equivocado. O que falta é uma maior oferta de juros mais baixos."

Segundo o BC, as taxas do crédito com desconto em folha são menores em função da garantia (as prestações são descontadas do salário ou da aposentadoria do consumidor) e da alta concorrência entre os bancos. Desde janeiro do ano passado, os juros dessa modalidade recuaram 4,3 pontos percentuais. O resultado é que a participação desta modalidade no volume total de crédito pessoal saiu de 21% em janeiro de 2004 para 31% em março de 2005. Para os economistas, sinal de que as pessoas estão sim procurando juros mais baixos.

Impulsionadas pelo *boom* no empréstimo com desconto em folha, as operações de crédito acumulam uma alta de 21% nos últimos 12 meses, chegando a R\$ 506 bilhões em março. Sobre fevereiro, o crescimento foi de 1,6%, apesar de mais um alta nas taxas cobradas do consumidor (leia texto na página 11).

O montante já equivale a 26,7% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país. É o melhor desempenho desde de maio de 2002, quando o crédito representava 26,8% do PIB. No entanto, ainda é muito baixo, se comparado a países desenvolvidos ou em desenvolvimento. "Nas economias industrializadas, essa taxa fica entre 35% e 40%. Nos emergentes, chega a 60%. No Brasil, seu crescimento é limitado pelos altos juros", explica o economista Alex Agostini, da GRC Visão.

Cartões em baixa

Entre todas as operações de crédito, a única que registrou redução no volume foi o cartão de crédito, justamente a que cobra juros mais altos. "O volume de empréstimos do cartão de crédito teve queda de 4,1% em março, em parte, por esta troca entre as modalidades de crédito", justificou o chefe do Departamento Econômico do BC, Almir Lopes. Ou seja, o consumidor usa outras fontes de crédito para pagar dívidas do cheque especial ou do cartão, que têm juros bem mais salgados.

Queda no rendimento

DA REDAÇÃO

O crescimento da procura por empréstimos está diretamente ligado ao declínio da renda no Brasil. Em outras palavras, os brasileiros procuram nos bancos o dinheiro que não recebem em suas ocupações, seja para investir ou satisfazer desejos de consumo. Vulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre emprego no país, a consultoria GRC Visão calcula a trajetória do rendimento médio real dos brasileiros nos últimos anos.

O resultado foi uma triste constatação. O rendimento médio já foi de R\$ 1.170 entre 1996 e 1998, 23,9% maior que o atual.

"Apesar do rendimento médio manter sua trajetória ascendente desde dezembro de 2004, o valor atual é praticamente o mesmo da implantação do Plano Real", afirma o estudo.

Esse rendimento médio, hoje de R\$ 945,2, é muito pouco superior ao registrado em julho de 1994, quando valia R\$ 935,1. Dez anos e nove meses depois, a renda cresceu apenas 1,1%. "A busca pelo crédito se dá em função da renda deprimida", afirma o economista Alex Agostini, da GRC Visão.

Pesquisa do IBGE mostra que mais de três milhões de trabalhadores ganha abaixo de um salário mínimo. As estatísticas mostram também que o percentual dos brasileiros com renda abaixo do mínimo cresceu nos últimos anos. Em março de 2002, esse percentual atingia 11,1%; no ano seguinte, pulou para 14,4%; e em março do ano passado, chegou a 16,2%.

POVO FALA // VOCÊ CONCORDA COM O QUE LULA DISSE: O BRASILEIRO PAGA JUROS ALTOSS POR QUERER CONDIÇÕES

JAQUELINE VIANA,
23 anos, analista de TI

O presidente não pode fazer uma afirmação dessas sem saber a verdade. Eu estou sempre buscando melhores

condições. Foi uma afirmação generalizada, como se todas as pessoas fossem iguais. O presidente fala muito.

Foto: Daniel Ferreira/CB

Não existe essa opção sugerida pelo Lula, porque entre os bancos parece que os serviços são tabelados, pois as condições oferecidas são quase iguais. Além disso, com tantas taxas mudar para um outro banco pode significar prejuízo.

JOÃO MARTINS VALÉRIO,
51 anos, administrador de empresas

Lula tem razão. As pessoas, em geral, não correm atrás das coisas para colher melhores frutos. Concordo que há muito

Portanto, falta meter a mão para mudar isso. Porque quem paga a conta é sempre o povo.

EDRAS HUGO CAVALCANTI,
63 anos, consultor

Não. O presidente foi muito infeliz no que disse. Quem pode fazer a diferença parece não ter vontade de participar dessa decisão. Foi uma tentativa de minimizar a angústia das pessoas, quem sabe como mudar a situação.

JANDUI NUNES,
34 anos, taxista

Não é assim. O que falta mesmo é uma atitude do governo, pois é justamente quem estipula juros altos para a economia.

CAMILA HENRIQUE,
27 anos, bolsista

Portanto, falta meter a mão para mudar isso. Porque quem paga a conta é sempre o povo.

ERICK FERNANDE OLIVEIRA,
21 anos, corretor

Concordo que mais reclama e mais precisa não tem o impeto de buscar o que quer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Estradas continuam à míngua”, de autoria da jornalista Cláudia Safatle, Diretora Adjunta de Redação do jornal **Valor Econômico**, publicado nesse jornal em sua edição de 13 de maio do corrente.

O artigo mostra que “estrada não é uma prioridade do governo federal” e que, “até este momento, o governo Lula não licitou um quilômetro sequer de concessão de exploração de rodovias”.

Ainda segunda a jornalista, “a continuar o ritmo de liberação de verbas para recuperação e construção de

estradas e a lentidão no que se refere às concessões, Lula chegará ao final do mandato sem ter corrigido o que julgou ser o seu segundo erro: não ter conseguido tapar os buracos das estradas brasileiras”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A2 | Valor | Sexta-feira e fim de semana, 13, 14 e 15 de maio de 2005

Brasil | CLÁUDIA SAFATLE

Estradas continuam à míngua

Estrada não é uma prioridade do governo federal. Ou, até agora, é apenas em tese. O Ministério dos Transportes, que no ano passado fez um enorme esforço para limpar os passivos com as empresas de construção pesada, de mais de R\$ 1,2 bilhão de compromissos que vinham desde 2002, só neste ano já acumula cerca de R\$ 500 milhões de débitos, dado que a liberação de recursos pelo Tesouro Nacional não tem sido compatível, mês a mês, com os pagamentos que o ministério tem a fazer. A rigor, são R\$ 350 milhões de passivos já processados, ou seja, a obra foi executada, o serviço medido e está apto a ser pago, mas ainda não o foi. Além desses, há outros cerca de R\$ 150 milhões de obras concluídas e medições feitas, que já estão chegando ao sistema (Siafi).

Até este momento, o governo Lula não licitou um quilômetro sequer de concessão de exploração de rodovias. No dia 17, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) deverá, finalmente, aprovar a modelagem para as concessões de 3.059 Km de estradas a serem licitadas, segundo informações oficiais, no que será o primeiro bloco de licitações, passados 28 meses do início do mandato.

Aprovada a modelagem — leilões em duas etapas, num “mix” de menor valor da tarifa e maior valor da outorga — ela será submetida ao TCU, que tem 45 dias para se pronunciar. Numa hipótese otimista, os leilões poderão ser realizados em setembro, envolvendo trechos da BR-153/SP, BR-116/PR/SC, BR-393/RJ, BR-101, na divisa do RJ com Espírito Santo, BR-381/MG/SP, BR-116/SP/PR, BR-116/376/101, de Curitiba a Florianópolis, e BR-101/ES.

“Está tudo parado nessa área”, reclama o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão. “O governo diz que tem dinheiro, mas não paga, empenha, mas não libera”, queixa-se o diretor de uma grande empresa de construção pesada. O Ministério dos Transportes não contesta essa percepção.

O ano começou com certa animação, mas o novo acúmulo de dívidas com as construtoras está deixando as empresas apreensivas e levando-as a desacelerar as obras. Razão pela qual o ministro Alfredo da Nascimento, dos Transportes, já conversou com o presidente Lula e abriu, nos últimos dias, negociação com a área econômica para adequar o fluxo financeiro mensal aos compromissos a pagar.

No papel, mesmo no decreto de contingenciamento, a situação não é tão drástica. Ao contrário, o limite de recursos para empenho de investimentos este ano é de R\$ 3.603 bilhões, cerca R\$ 1 bilhão a mais do que no ano passado. O que, tendo em vista o quadro de restrição fiscal, é um ga-

nho. Considerando os recursos para custeio, esse valor sobe para R\$ 4.239 bilhões. Dos investimentos, R\$ 1.383 bilhão já foi empenhado. No entanto, a liberação do dinheiro é a conta-gotas. Apenas R\$ 44 milhões do total empenhado foram pagos até ontem.

Simultaneamente ao pagamento de empenhos novos, que está lento, os restos a pagar de 2002 para cá somam R\$ 1,27 bilhão, sendo R\$ 1,2 bilhão de investimentos e o restante, de custeio. Desses, só R\$ 174,8 milhões foram processados até o fim do ano passado, sendo que R\$ 102,2 milhões foram pagos, e o restante é uma conta a pagar. A conta de restos a pagar em custeio e investimentos, que ficou para este ano, é de R\$ 1,09 bilhão. Desses, foram pagos até o momento apenas R\$ 102,1 milhões.

O zelo do Ministério dos Transportes para limpar os passivos acumulados de 2002 para cá, em 2004, no valor de R\$ 1,2 bilhão, foi uma resposta do governo à constatação de que essa dívida havia tirado o oxigênio das empresas que, mesmo diante da oferta de novos empenhos no ano passado, não se mobilizaram para tocar as obras, segundo relato de uma qualificada fonte oficial. Tratava-se, portanto de “restabelecer a credibilidade do ministério”, disse a fonte, especialista no setor. Na medida em que o endividamento começa a crescer novamente, “está havendo um travamento das obras”.

Há um atenuante nessa área, que são os projetos-piloto negociados previamente com o FMI, cujos investimentos são vistos como rentáveis e, portanto, reduzem a meta de superávit primário dos 4,25% para 4,1% do PIB nos próximos três anos.

Para os transportes, foram selecionadas obras correspondentes a R\$ 2,1 bilhões, que constam do total liberado para empenho (R\$ 4.239 bilhões) e são recursos que não podem ser contingenciados. Esses são investimentos que deverão ser realizados nos próximos três anos. Para os demais, não há qualquer garantia.

A meta aprovada pelo presidente em outubro do ano passado era investir na recuperação de 25% das rodovias com mais de dez anos até março de 2005, ou seja, 7 mil Km, objetivo que dobraria para 14 mil Km para todo o ano. A primeira não foi cumprida.

Estudos feitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e apresentados recentemente ao ministro Nascimento, apontaram a necessidade de investimentos anuais de US\$ 3 bilhões na malha rodoviária do país, nos próximos cinco anos, para que o Brasil tenha restituído sua infra-estrutura de transportes e disponha de logística adequada ao crescimento da economia.

O orçamento do ministério está muito aquém desse valor e, ainda assim, não é executado por causa, sobretudo, da necessidade de o governo produzir o superávit primário das contas públicas, que foi, inclusive, reforçada no primeiro quadrimestre deste ano, quando a meta saltou para cerca de R\$ 27 bilhões, ou seja, R\$ 7 bilhões a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Quando concedeu sua primeira entrevista coletiva, Lula admitiu que seu governo cometeu erros. A pedido de um jornalista, citou três: o fato de o governo não ter trabalhado mais para eleger seu candidato à presidência da Câmara dos Deputados; a não-realização de obras para recuperação das rodovias; e o peso excessivo que recaiu sobre a política monetária no combate à inflação.

A continuar o ritmo de liberação de verbas para recuperação e construção de estradas e a lentidão no que se refere às concessões, Lula chegará ao final do mandato sem ter corrigido o que julgou ser o seu segundo erro: não ter conseguido tapar os buracos das estradas brasileiras.

Governo acumula dívidas com empreiteiras

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há 130 anos, os “homens do vinho”, como eram chamados por alguns os imigrantes italianos, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul. Pessoas que ocupavam, em sua maioria, as terras altas, região da Serra Gaúcha.

O ano era 1875, e as primeiras colônias italianas começaram a ser formadas. Os italianos que chegavam começaram a povoar as regiões de Conde’Eu e Dona Isabel, hoje conhecidos por nós como as cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente. Áreas limitadas pelo rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo e cortadas pelo caminho dos tropeiros. Também nesta data surgiu a Colônia de Caxias– minha terra natal, e, dois anos depois, a de Silveira Martins, próximo a Santa Maria.

De acordo com nossos historiadores, essas quatro colônias foram o núcleo básico da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Foi a partir delas que outras colônias, outras cidades foram surgindo.

É importante lembrarmos que esses cidadãos italianos não encontraram facilidades ao chegar aqui. Tiveram que desbravar a terra que adquiriam.

Histórias como as dos pais do Sr. Antônio Ferrari – que neste ano completa 101 anos – nos emocionam. Filho de imigrantes que chegaram ao Estado, em 1877, Antônio constituiu família e trabalhou por nosso estado. Pai de dez filhos, tem 76 netos, 132 bisnetos, nove trinnetos e dois tetrabrotos. Doou para seu município terreno que obteve com seu trabalho e, assim, contribuiu com a educação.

No local hoje temos a Escola Liberato Salzano, na cidade de mesmo nome. A trajetória deste senhor e de sua família é semelhante a de muitos outros cidadãos gaúchos de descendência italiana.

Pessoas que, como dissemos anteriormente, ao chegarem no Rio Grande do Sul, batalharam muito e contribuíram imensamente para o crescimento da região. Fato que pode ser representado por um trecho da conhecida canção:

“Merica, Merica”: “(...) à América nós chegamos. Não encontramos nem palha nem feno. Dormimos sem nada no chão. Como os animais repousamos. A América é comprida e larga. É formada por montes

e planícies. E com engenho de nossos italianos. Construímos vilas e cidades.

Criavam porcos, vacas, galinhas. Produziam queijo, salame, toucinho. Plantavam, inicialmente para subsistência, milho, trigo, feijão, batata, mandioca, trigo, hortaliças e, principalmente, videiras.

O cultivo das uvas nos levou a ser um dos maiores produtores de vinho do país. Levou o Rio Grande do Sul a ser reconhecido pela quantidade e principalmente pela qualidade desse produto, hoje reconhecido mundialmente.

A variedade de uvas trazidas para cá pelos primeiros imigrantes italianos contribuiu no aperfeiçoamento desse produto que inicialmente não era tão qualificado.

Aqui voltamos a fazer um apelo: precisamos olhar para trás. Ver a enorme contribuição dessas pessoas na economia de nosso estado e, percebendo isso, olhar para o nosso presente. Para a crise que os produtores de vinho estão enfrentando.

É de fundamental importância pensarmos em promover e divulgar o vinho nacional. Com isso ampliaremos o mercado interno e externo e estaremos reconhecendo a qualidade de nossos vinhos. Não podemos permitir que o setor seja inviabilizado.

Os produtores nacionais reclamam da invasão de produtos oriundos de países que formam o Mercosul – especialmente os argentinos –, livres de imposto de importação. O setor reivindica que todo o vinho importado seja tributado. O objetivo dessa medida é viabilizar o aumento dos impostos gerando mais arrecadação de tributos e terminando com a concorrência desleal entre os vinhos nacionais e importados.

No ano passado, de acordo com dados publicados no início do mês no jornal **Zero Hora**, foram vendidos 11,2 milhões de litros do vinho argentino. Para este ano a expectativa é de que 20 milhões de litros sejam vendidos.

Nossa serra, região que acolheu nossos primeiros imigrantes italianos, tem na base de sua economia o cultivo da uva. Cerca de 16 mil famílias dependem da comercialização do vinho nacional. Então, vamos olhar com carinho para esse problema.

Amanhã, 20 de maio, comemoramos o Dia da Etnia Italiana. Por que então não lembrarmos das contribuições desse povo para o nosso Estado, mais, para nosso país?

Contribuições econômicas como citamos, mas também sociais e culturais. Afinal, os imigrantes conservaram seus costumes, seus hábitos alimentares, sua língua, suas festas, seus jogos e suas canções.

Quem de nós não ouviu falar no jeito italiano de ser? Quem de nós não se refere a esse povo como batalhador e trabalhador? Quem não identifica essas pessoas com a alegria dos brasileiros? Vamos mais além, quem há de dizer que os primeiros imigrantes, orgulhosos de sua terra natal, não adotaram nosso país como sua verdadeira pátria?

Neste 20 de maio saudamos a todos esses brasileiros. Afinal, nosso País é como é justamente pela mistura de povos, de raças, de etnias e de culturas.

Salve nossos imigrantes! Salve nossos gaúchos! Salve o povo brasileiro!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O GOVERNO LULA ANDA EM PASSO DE URUBU MALANDRO E NÃO DEFENDE A AMAZÔNIA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, coincidentemente com os primeiros dois anos do Governo Lula, a Amazônia atingiu, no período 2003/2004, o segundo maior desmatamento da história.

A notícia estorrece e está em todos os jornais de hoje, mostrando que, em relação ao levantamento anterior, houve um crescimento de 6,23%, devastando nada menos que 26.130 quilômetros quadrados de mata.

E mais: ao menos 15% dessa perda da nossa floresta ocorreu numa nova frente de devastação, com 90 mil quilômetros de estradas clandestinas feitas por grileiros e madeireiros.

O que dizem as autoridades do Governo? A Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, declarou-se surpresa e adiantou que sua expectativa era de um índice de 2%. Deu o triplo. E isso é grave. Mostra, no mínimo, uma certa acomodação, o que não é de se estranhar no Governo Lula.

E o Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, revelou-se “inquieto”, mas brincou com a notícia: “o desflorestamento tem a velocidade de um carro!”

No jornal **Folha de S.Paulo**, os dados da destruição da floresta foram publicados no caderno de Ciências, mas, enquanto isso, permanecem engavetados no Palácio do Planalto projetos de aproveitamento ecologicamente correto da Amazônia.

Leio nesse jornal que a devastação já atinge uma área de 680 mil quilômetros quadrados. É uma área maior que os territórios da França e de Portugal.

Sr. Presidente, o Governo Lula é o próprio imobilismo. E o fato que aqui trago assume gravidade que, ao menos, deveria trazer uma explicação do Governo. Os dados são estarrecedores e registram recordes. Não há como não atribuir ao Governo petista a responsabilidade pelo que ocorre.

O Governo Lula, isso é mais do que visto, faz avanços, porém em marcha a ré.

Não aceitamos na Amazônia o passo de urubu malandro, é o passo que semelha o andar lento do urubu, na boa definição semântica.

Na Amazônia, a região estratégica por excelência do Brasil, temos pressa. Não podemos nos conformar com a lentidão, que é a característica do Governo Lula.

Por isso, estou dirigindo à Ministra do Meio Ambiente requerimento pedindo explicações sobre se há projetos concretos que possam impedir a devastação da Amazônia. Se há projetos pró-Amazônia, que eles sejam tornados públicos.

Estou também anexando a este pronunciamento as matérias que, sobre o assunto, estão publicadas hoje pelos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VERSÃO TEXTO

O ESTADO DE S. PAULO

VIDA &

Sexta-feira, 20 de Maio de 2005

Amazônia: devastação deve ser maior

Cálculos que resultaram no número da área desmatada divulgado anteontem não incluíram dados de Roraima e do Amapá

Cristina Amorim

Herton Escobar

O desmatamento da Amazônia Legal que ocorreu no período 2003-2004 pode ser maior do que os 26.130 quilômetros quadrados divulgados anteontem pelo Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. A falta dos números referentes a dois Estados - Roraima e Amapá - e a ausência de detalhamento da ação de madeireiros podem provocar, segundo especialistas ouvidos pelo Estado, uma variação no número absoluto de área devastada, que já atinge 18%.

As informações de Roraima e Amapá serão computadas na próxima etapa do trabalho, que fornecerá o número consolidado do índice. "Não é que não haja desmatamento nos dois Estados", explica o analista Dalton Valeriano, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "Como precisávamos de uma estimativa robusta, nos concentraramos nas mais de cem imagens críticas e deixamos de lado Roraima e Amapá."

A metodologia utilizada pelo Inpe para gerar os dados preliminares é baseada em imagens das áreas críticas de desmatamento, que cobriram nesse período 93% da Amazônia Legal, e demonstra apenas os locais onde houve o chamado "corte raso", ou seja, a retirada total de cobertura vegetal.

Contudo, antes do corte raso, é prática na Amazônia a ação de madeireiros que derrubam apenas as árvores com valor econômico, deixando o resto para trás. Esse tipo de desmatamento não provoca uma mudança facilmente visível na cobertura vegetal e não engrossa os dados usados pelo governo. "O Inpe considera desmatamento a retirada total da mata. Há um tipo mais sutil, que rareia a floresta e a deixa suscetível à ação de grileiros, que se seguem aos madeireiros", explica o analista ambiental Judicael Clevelario Junior, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados divulgados pelo instituto na semana passada indicam que quatro Estados do norte amazônico - Amazonas, Pará, Roraima e Amapá - podem formar um "novo arco do desmatamento" movido pelos madeireiros, segundo a análise de impressões passadas por órgãos oficiais de 27 municípios. "Essa nova frente de retirada de árvores não é clara o suficiente para formar uma mancha, dando um aviso (ao Inpe), mas é bom dar ouvidos ao que está acontecendo ali", afirma Clevelario.

Para Carlos Souza Junior, secretário-executivo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a análise feita pelo IBGE é "interessante" como radiografia da Amazônia. "É outro indicador de áreas vulneráveis, bastante útil para mapear os locais que correm mais risco de alteração." O Imazon tem tentado monitorar não apenas o corte raso, mas outras variáveis que influenciam a derrubada de árvores, como a atuação de madeireiros, grileiros e setor agropecuário. Uma análise do instituto demonstra que mais da metade da Amazônia (53%) apresenta sinais de pressão econômica, de acordo com dados recolhidos até 2002.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, voltou ontem a reconhecer a gravidade da situação. "(A taxa de desmatamento) É um número inaceitável, para o governo e para todos os cidadãos deste país", disse durante participação na Semana da Mata Atlântica, em Campos do Jordão. Não se tratou, entretanto, de um mea-culpa. Marina, ex-seringueira da Amazônia, relacionou uma série de medidas adotadas pelo governo, apontou a redução no ritmo de crescimento do desmatamento e disse que "é impossível reverter um processo de séculos em apenas dois anos".

Pelo lado positivo, observou a ministra, a taxa de aumento anual - que era de 27% no período 2001-2002, herdada pela pasta no primeiro ano do governo - caiu para 6% no período 2003-2004, apesar do aumento na taxa de crescimento econômico, de 1% para 5%, que pôs ainda mais pressão sobre a floresta. "Claro que a sociedade não vai comemorar desmatamento evitado, mas aconteceu." Ela citou a criação de 7,7 milhões de hectares em unidades de conservação em pontos estratégicos da Amazônia - "verdadeiras muralhas verdes frente a essa devastação", segundo a ministra.

As principais medidas de proteção - contidas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - terão seus efeitos sentidos nos próximos anos, segundo o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, João Paulo Capobianco. São mudanças estruturais, como o ordenamento territorial da região para combater a grilagem. "São medidas que requerem um tempo de maturação." Os dados divulgados esta semana vão até agosto de 2004, cinco meses após o lançamento do plano. A expectativa do ministério é de que o desmatamento caia em 2005.

O coordenador de ações na Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, contestou a justificativa: "Acontece que 70% do desmatamento registrado entre 2003 e 2004 ocorreu entre maio e julho, quando o grupo interministerial criado para cuidar do problema já estava trabalhando."

Anunciado com pompa em março de 2004, o grupo interministerial é liderado pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu. "Logo no lançamento, ele afirmou que as primeiras atividades do grupo começariam em abril", recorda Adário. "Mas não foi bem assim."

FOLHA

Tel.: (0xx-11) 5224-3776
E-mail: ciencia@folha.com.br
Fax: (0xx-11) 5224-2285

PÁGINA A 19 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2005

Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo: 0xx-11 224-1090
Demandatárias: 2600-775-8030

AMBIENTE Estimativa para devastação da Amazônia para o período 2003-2004 ficou em 26.130 km², aumento de 6,23%

Desmatamento é o 2º mais alto da história

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A estimativa de desmatamento na Amazônia para o período 2003-2004 ficou em 26.130 km², o que representa um crescimento de 6,23% em relação ao consolidado anterior. É o segundo maior número desde que o monitoramento começou a ser feito, em 1988. Fica atrás apenas do período 1994-1995, quando foram devassados 29.059 km².

A taxa de crescimento do último biênio também é bem maior do que a expectativa do governo, que estava em 2%. Segundo os dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, a área devassada supera, inclusive, o período 2002-2003, até então o segundo maior da série histórica.

Ao divulgar a área confirmada de 2002-2003, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) também anunciou uma alta passou da estimativa de 23.750 km² para os 24.597 km².

Chamando o último aumento

da área desflorestada da Amazônia de "indesejável", a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) citou o crescimento econômico de 2004 como um dos fatores que ajudam a impulsionar o problema e disse que as medidas do Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento, adotado no ano passado, ainda não começaram a ser percebidas integralmente.

Dos oito Estados monitorados, seis apresentaram queda na taxa de desmatamento. Apenas Mato Grosso e Rondônia continuam com o índice subindo. A expansão da área agrícola, principalmente soja, ainda é um dos fatores que contribuem para a alta. O município com maior aumento de devassação de área, em número absoluto, foi Ariquána (MT).

"Não queremos justificar o número, que ainda continua alto. Queremos que ele caia. Mas houve o crescimento econômico de

5% e não podemos esquecer que a taxa de aumento do desmatamento chegou a 27% [em 2001-2002, comparado ao anterior]", disse Marina, após quase seis horas de reunião com técnicos e os colegas Ciro Gomes (Integração Nacional) e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) para apresentar o balanço, fechado na véspera pelo Inpe.

"O que importa é que o crescimento é sistemático quando deveria ser declinante, porque há menos floresta para derubar", disse o economista ambiental Carlos Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pelos cálculos preliminares do Inpe, a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680 mil km², que é maior, por exemplo, que os territórios da França e de Portugal. Representa cerca de 38% do total da área de floresta monitorada

por meio das imagens de satélite. Por outro lado, o estoque de floresta primária ainda é de 82% na região.

Comparações

O ministro Ciro Gomes comparou o ritmo de desflorestamento à velocidade de um carro. "Estamos inquietos com o número estimado, entretanto temos de ter clareza da questão. Linhamos um carro correndo a 27 km/h e precisamos reduzir. Isso não se faz do dia para a noite. Chegamos a 6 km/h e continuamos nos esforçando."

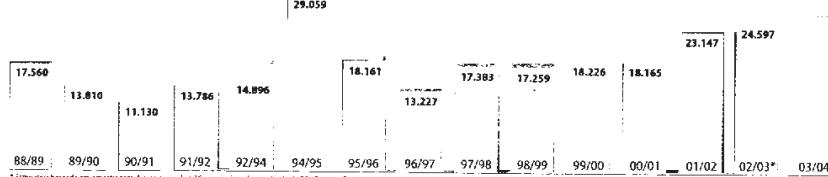
Ciro Gomes também lembrou que o Inpe ampliou o número de imagens usadas para aumentar a precisão — de 75 para 103.

Marina lembrou a série de ações que o governo vem adotando no plano de controle e os resultados obtidos, como aumento nas infraestruturas cadastradas, maior apreensão de madeira ilegal e instalação das bases de operação do Ibama em conjunto com Polícia Federal,

Rodoviária, Exército e Ministério do Trabalho. Ao citar o novo sistema para tornar disponível imagens on-line, o chamado Deter, Marina disse que essa é uma ação para integrar a sociedade. "Não podemos cantar em verso e prosa a preservação da Amazônia se não criarmos também uma cultura de preservação."

Para Nurit Bensusan, coordenadora de políticas públicas da ONG WWF-Brasil, os dados não surpreenderam e já demonstram a ineficiência do novo plano de combate ao desmatamento engendrado pelo governo. "O que ficou mais claro é a total ineficiência do plano. Essa coisa de grupo interministerial, nada funcionou", disse. Para Bensusan, há uma disputa dentro do governo, com políticas contraditórias. "E, até agora, está claro que o MMA está perdendo. Nas ações que o ministério pode fazer sozinho, está se saindo bem, mas isso não está sendo suficiente".

→ 1 F18 MAIS na pág. 870



*Último balanço em andamento. A área reportada é 10 vezes maior do que o monitoramento de São Paulo. Fonte: MMA/Inpe



FOLHA DE S.PAULO

Data: 19/05/05 Pág. 19

Amazônia tem segundo maior desmatamento da história

A estimativa de desmatamento na Amazônia no período 2003-2004 atingiu 26.130 km², o equivalente ao Estado de Alagoas. É o segundo maior número desde que o monitoramento começou a ser feito, em 1988, e representa um crescimento de 6,23% em relação

ao levantamento anterior.

Estudo revela que ao menos 15% da perda de floresta entre 2001 e 2003 ocorreu numa nova frente de devastação, com 90 mil km de estradas clandestinas feitas por garimpeiros e madeireiros.

Págs. A19 e A20

Vista aérea de região devastada no município de Vila Rica, no norte do Estado de Mato Grosso, um dos novos pontos de desmatamento na floresta

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar e não mais havendo oradores inscritos, vou encerrar esta 65ª Sessão não deliberativa, de 20 de maio de 2005, sexta-feira, que foi coordenada pelo nosso competente Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 23 minutos.)

DISCURSO DO SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO ENVIADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO (NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E O §2º DO ART. 210, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO) NA SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA.**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)

Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Polícia Federal prendeu essa semana, em Alagoas, prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais e empresários, acusados, segundo o noticiário da Imprensa, de participação em fraudes contra a merenda escolar. Condene-se com toda ênfase e energia qualquer tentativa de fraude, seja contra a merenda escolar ou o Fundef, seja contra prefeituras. Garanta-se, a qualquer custo, que o dinheiro público terá única e exclusiva aplicação para objetivos públicos, claros e transparentes. Prendam-se e punam-se todos os culpados.

Nenhum mandato, nenhum cargo público poderá servir nem de atenuante de culpa, muito menos de pretexto de impunidade. Ao contrário, o mandato público aumenta a responsabilidade pessoal no trato com os recursos públicos. O que não se perdoa num cidadão comum menos ainda se admite num mandatário popular.

O combate à fraude e à corrupção e a punição aos criminosos, quaisquer que sejam eles, a todos tem de mobilizar, mas a ninguém poderá permitir violar os princípios básicos do próprio Estado de Direito. E foi isso o que se teve em Alagoas: um espetáculo onde atropelou-se o direito e violentou-se a cidadania.

O que se viu em Alagoas não foi uma operação policial, foi uma execração pública. O que se viu, em Alagoas, não foi uma operação contra fraudes, foi um sumário fuzilamento moral, depois do qual não adianta nenhum julgamento. Todos já foram irremediavelmente condenados à pior e mais grave pena, que é a desmoralização perpétua.

Todos foram arrancados de suas casas ainda na madrugada, na presença de esposas e filhos em prantos. Foram algemados e jogados em camburões policiais. Alguns passaram pelo constrangimento adicional de enfrentarem corredores poloneses, enquanto as pequenas cidades do interior ferviam com a espetaculosidade da ação da Polícia Federal, que mobilizou 350 policiais, centenas de carros e até helicópteros.

Não sou advogado de defesa de nenhum dos presos. Até porque nenhum teve advogado, menos ainda defesa. Nenhum, aliás, teve sequer culpa formada. Nenhum foi ouvido, nenhum sabia, sequer, do que era acusado. Mas todos foram execrados, numa humilhação que poucas vezes a crônica policial de Alagoas terá registrado.

Dizem, e tudo o que se sabe é por ouvir dizer... Dizem que foram presos por ordem de um desembargador federal do Recife. A ordem judicial acobertaria qualquer violência e extravagância policial.

Não me cabe discutir ordens judiciais, sobretudo quando ninguém as conhece, a não ser um delegado de polícia, cujos propósitos ninguém conhece ao certo, mas cujos métodos todos devem contestar, sem dúvida. Mas me reservo o direito de lembrar que, ultimamente, o Brasil tem conhecido ordens judiciais não apenas discutíveis, mas absolutamente deploráveis. E registro, sem qualquer satisfação, que a ditadura também utilizava sentenças de juízes, militares embora, para coonestar sua brutalidade contra estudantes, profissionais liberais e dissidentes em geral.

O que distingue um estado de direito de um estado de arbítrio é o cumprimento de normas legais e de princípios jurídicos que protejam o cidadão e a cidadania contra o Poder do Estado e o arbítrio do Poder. É a observância de princípios jurídicos que distingue a civilização da barbárie, a democracia da ditadura.

É tudo o que não se teve no episódio de Alagoas. O espetáculo foi maior que o compromisso com a lei e, sobretudo, com o bom senso. Feriram-se os princípios jurídicos de defesa do cidadão, qualquer cidadão.

O mais grave na violação de princípios jurídicos é que, hoje, eles atingem acusados de uma fraude contra a merenda escolar, que ninguém nem sabe se são culpados ou não. Amanhã poderão penalizar um inocente, apenas vítima de uma rixa pessoal com algum delegado de polícia. A crônica policial e os arquivos jurídicos estão cheios de casos como esse. O risco do arbítrio é que ele não escolhe vítimas, apenas circunstâncias.

O lamentável, no estado de arbítrio, é que os princípios se aplicam apenas seletivamente. Diante da lei e do arbítrio, alguns são mais iguais que outros.

O Presidente do Banco Central do Brasil sofre pesadas acusações de ilícitos penais variados. Está sob investigação do Supremo Tribunal Federal, com sigilo fiscal já quebrado pelo próprio Supremo. Mas permanece no cargo, felizmente beneficiado pelo princípio jurídico inegociável de que todo cidadão tem direito à presunção da inocência. Por que execrar o presidente do Banco Central antes que se defina se ele, de fato, é culpado? Por quê?

Ninguém defenderá a fraude e a corrupção. Todos exigirão que fraudadores e corruptos paguem, e paguem exemplarmente, por todos os seus crimes. Mas quem disse que os presos, ou todos eles, são culpados? Quem os julgou? Quem os ouviu? Quem analisou suas defesas?

Não faltará quem diga que os presos de Alagoas terão julgamento isento e justo. Que julgamento, se eles

todos já foram condenados à execração pública. Terão direito de defesa? Que defesa, se eles foram moralmente massacrados diante de suas famílias, de seus vizinhos e de seus conterrâneos? Que interesse terá, de agora em diante, qualquer sentença de absolvição que venham a conseguir? Que absolvição?

A única sentença que, de hoje em diante, pesará perpetuamente em suas vidas é o despacho silencioso da madrugada, que um desembargador assinou contra eles. Que absolvição apagará da memória de filhos pequenos e esposas atônitas a imagem de pais e maridos algemados na madrugada, arrancados da cama para corredores poloneses de humilhação e execração?

Fechem-se os processos. Arquivem-se os autos. Para que autos, para que processos? Encerrem-se os

julgamentos. Para que julgamentos? Para que defesa, para que contraditório, para que provas ou contraprovas? Todos os presos de Alagoas já foram condenados a penas perpétuas, indeléveis, imprescritíveis.

Não tenho, ninguém tem elementos para julgar as prisões de Alagoas. Mas condeno os métodos utilizados. E pelos métodos usados, lamento essas prisões pelos presos sumariamente condenados, pelas famílias irremediavelmente punidas. Lamento por eles e elas, e lamento pelos princípios jurídicos e pelo Estado de Direito do próprio Brasil. O Brasil aprendeu muito pouco com seu longo período de ditadura e de arbítrio.

Era o que eu tinha a dizer!

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
nº 009 DE 2005

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. Este Ato disciplina a realização de inventários nas unidades administrativas do Senado Federal e estabelece procedimentos de movimentação e tombamento de bens permanentes.

Art. 2º. Para fins do disposto neste Ato consideram-se:

I – Inventário – levantamento discriminado dos bens permanentes de propriedade do Senado Federal, existentes por ocasião da verificação, sob responsabilidade de agentes consignatários.

II - Agente consignatário – parlamentares em exercício e servidores em exercício, ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal do Senado Federal, responsáveis pela guarda e pelo uso de bens permanentes pertencentes ao patrimônio do Senado Federal.

III - Bens permanentes – bens de duração superior a dois anos, levando-se em consideração aspectos de durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade.

IV – Bens relacionáveis – bens permanentes que por sua constituição ou característica não permitem a fixação da placa de tombamento, tais como ferramentas, equipamentos odontológicos, etc.

V - Bens de uso restrito – bens permanentes de uso individual, tais como aparelhos celulares, máquinas fotográficas, etc.

VI - Carga patrimonial – conjunto de bens permanentes sob a responsabilidade de um agente consignatário.

VII - Guia de transferências patrimoniais – formulário comprobatório da ocorrência de transferências patrimoniais, que são as movimentações de bens permanentes entre as unidades administrativas do Senado Federal, com consequentes substituições de responsabilidade.

VIII - Registro patrimonial ou tombamento – descrição analítica do bem permanente, ao qual se atribui um código numérico seqüencial, contendo as informações necessárias à sua identificação, localização e carga patrimonial.

IX - Sistema de controle informatizado – Sistema SAMP de registros patrimoniais, desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática, ou outro que vier a substituí-lo.

X - Termo de responsabilidade – documento que acompanha a lista de carga patrimonial da unidade administrativa, em que os agentes consignatários assumem inteira responsabilidade pela guarda, uso e conservação dos bens permanentes do Senado Federal.

XI - Unidade administrativa - órgãos da estrutura organizacional, residências oficiais e funcionais e dependências assim definidas do Senado Federal, cujos titulares, ocupantes ou responsáveis designados, detenham efetivo controle dos bens neles alocados.

Art. 3º. Os inventários de bens patrimoniais do Senado Federal serão assim classificados:

I - *anual* - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens permanentes do acervo de cada unidade administrativa do Senado Federal, existentes ao final do levantamento daquele exercício, evidenciando o saldo anterior e as variações patrimoniais ocorridas;

II - *inicial* - realizado quando da criação de uma unidade administrativa, para identificação e registro dos bens colocados sob sua responsabilidade;

III - *de transferência de responsabilidade* - realizado quando da mudança de agente consignatário;

IV - *de extinção ou transformação* - realizado quando da extinção ou transformação da unidade administrativa;

V - *eventual* - realizado a qualquer época, por iniciativa dos dirigentes de unidades administrativas ou por determinação da autoridade competente, ou ainda, por exigência do órgão fiscalizador.

Parágrafo único. O inventário anual é extensivo a todas as unidades administrativas e a todo o complexo arquitetônico do Senado Federal.

Art. 4º. A guarda, conservação e utilização dos bens colocados à disposição nas diversas unidades administrativas ficarão sob a responsabilidade dos seguintes agentes consignatários:

I - Bens permanentes disponibilizados nos Gabinetes Parlamentares – os Chefes de Gabinete;

II - Bens permanentes disponibilizados nas Secretarias, Subsecretarias e Órgãos Supervisionados – os Diretores;

III - Bens permanentes disponibilizados nos Serviços - os Chefes de Serviço;

IV - Bens permanentes disponibilizados nas Residências Oficiais – os Parlamentares e Chefes de Gabinete;

V - Bens permanentes de uso comum, bem como os de uso das empresas prestadoras de serviço, ou aqueles não definidos nos incisos anteriores - os titulares das áreas que gerenciam os serviços;

VI - Bens de uso restrito - os Parlamentares ou servidores que utilizam os bens.

§ 1º Na hipótese de vacância dos cargos ou aposentadoria dos responsáveis figurados no sistema de controle informatizado, caberá à autoridade hierárquica superior indicar o responsável eventual, até a investidura de novo titular.

§ 2º Se ocorrer mudança de titular de unidade administrativa ou a substituição de usuário de bem de uso restrito, o respectivo agente consignatário, sob pena de

responsabilidade, fica obrigado a solicitar, por escrito, a retirada de seu nome dos registros de usuários do bens de uso restrito ou o inventário de transferência de responsabilidade, conforme o caso.

Art. 5º. Anualmente, o Diretor-Geral editará ato constituindo comissão especial para a realização de inventário anual, cujo relatório deverá ser apresentado à Comissão Diretora em prazo a ser estipulado no mesmo ato.

Art. 6º. À comissão especial constituída na forma do artigo anterior incumbe, entre outras atividades:

I - notificar o dirigente da unidade inventariada, com antecedência mínima de 48 horas, da data marcada para o início dos trabalhos;

II - solicitar livre acesso em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens, podendo solicitar a abertura de armários e locais de domínio restrito;

III - requisitar recursos humanos, máquinas, transporte, materiais e impressos necessários ao cumprimento das tarefas da comissão;

IV – autorizar, em caráter excepcional, transferências patrimoniais durante a realização do inventário;

V - solicitar aos titulares de unidades administrativas a relação de bens relacionáveis.

Art. 7º. A comissão especial prevista no artigo anterior contará, além do presidente, com cinco coordenadores de áreas de realização de inventário, assim constituídas:

I - Área A: Senado Federal – Estrutura legislativa e Gabinetes Parlamentares;

II – Área B: Senado Federal - Estrutura administrativa e Órgãos Supervisionados;

III – Área C: Senado Federal – Residências Oficiais;

IV - Área D: Secretaria Especial de Informática;

V - Área E: Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 8º. Durante a realização do inventário anual, fica vedada toda e qualquer movimentação de bens permanentes em todo o Complexo Arquitetônico do Senado Federal, exceto as transferências patrimoniais provenientes de aquisições e as autorizadas na forma do inciso IV do art. 6º deste Ato.

Art. 9º. O titular da unidade administrativa em que se realizará o inventário não poderá postergar a sua realização por mais de uma vez, após ser notificado do início dos trabalhos.

Art. 10. O relatório final dos trabalhos da comissão especial prevista neste Ato deverá conter, entre outras informações, as seguintes listas, consolidadas por área de realização do inventário:

I - lista com todas as unidades administrativas inventariadas e a relação dos respectivos agentes consignatários;

II - listas de cargas patrimoniais e de bens relacionáveis das unidades administrativas inventariadas, com os respectivos termos de responsabilidade devidamente assinados;

III - lista de bens permanentes encontrados sem tombamento, com a relação de seus novos números de inclusão no sistema de controle informatizado;

IV - lista de bens permanentes não encontrados, relacionando cada bem a sua avaliação no sistema e a sua última localização.

Art. 11. Após a realização do inventário *anual, inicial, de transferência de responsabilidade, de extinção ou transformação e eventual*, serão entregues aos agentes consignatários cópias do levantamento realizado, do termo de responsabilidade, das guias de transferências patrimoniais e dos recibos de entrega de bens relacionáveis, gerados durante o exercício.

Parágrafo único. Ato do Diretor-Geral disporá sobre a redação do novo termo de responsabilidade pelo uso, guarda e conservação de bens permanentes de propriedade do Senado Federal.

Art. 12. Os Senadores que ocupam ou vierem a ocupar imóvel funcional, destinado a Residência Oficial de Parlamentar, assinarão o *Termo de Ocupação de Imóvel Residencial Mobiliado*, na forma do anexo I deste Ato.

Art. 13. Para congruência dos inventários e do sistema de controle informatizado, deverão, sob pena de responsabilidade:

I – os gestores de contratos ou órgãos técnicos que promovem o recebimento ou o atesto de bens permanentes – encaminhar todos os processos de aquisição à Subsecretaria de Administração e Suprimento de Almoxarifados, para fins de registro, e à Subsecretaria de Administração Patrimonial, para fins de tombamento;

II – os titulares das unidades responsáveis pela realização de serviços, no âmbito do Senado Federal e Residências Oficiais, que demandem inclusões, exclusões ou transferências de bens permanentes de propriedade do Senado Federal – fazer a devida comunicação, por escrito, à Subsecretaria de Administração Patrimonial, para tombamento e ou emissão das guias de transferências patrimoniais e consequente atualização no sistema de controle informatizado;

III – os titulares de unidades administrativas responsáveis pela fabricação de bens patrimoniais no âmbito do Senado Federal e Residências Oficiais ou pela aquisição de bens permanentes na forma de prestação de serviços com fornecimento de materiais – fazer a devida comunicação, por escrito, à Subsecretaria de Administração Patrimonial, para tombamento, emissão de guias de transferências patrimoniais e consequente atualização no sistema de controle informatizado;

IV – os responsáveis pela realização operacional das entregas de novos bens permanentes e de transferências patrimoniais – realizar as transferências sempre sob a supervisão do respectivo agente consignatário;

V – os titulares de unidades administrativas, fora da Secretaria de Patrimônio, que administram entrega, retirada ou transferência de bens permanentes – comunicar por escrito e entregar cópia das guias de transferências patrimoniais, devidamente assinadas pelos respectivos agentes consignatários, à Subsecretaria de Administração Patrimonial, para atualização no sistema de controle informatizado;

VI - os responsáveis pela segurança das unidades administrativas do Senado Federal - não permitir a saída ou a movimentação de bens permanentes de propriedade do Senado Federal sem a emissão e acompanhamento das respectivas guias de transferência patrimonial;

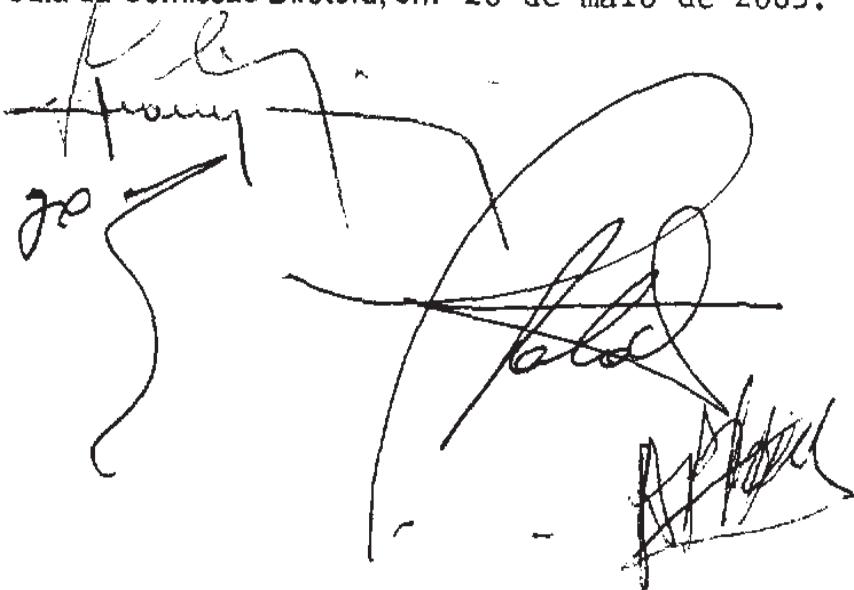
VII - os responsáveis pela segurança das unidades administrativas do Senado Federal - controlar a saída de bens pertencentes às empresas prestadoras de serviços, aos órgãos ou entidades que utilizam espaço no Complexo Arquitetônico do Senado Federal e a terceiros, promovendo o registro e a comunicação por escrito à Subsecretaria de Administração Patrimonial;

VIII - os agentes consignatários e titulares de unidades administrativas, quando do *sinistro ou extravio de bens permanentes* - comunicar a avaria ou extravio, por escrito, à Subsecretaria de Administração Patrimonial, independente da abertura de processo administrativo para apuração dos fatos ocorridos.

Art. 14. Os casos omissos serão disciplinados pelo Diretor-Geral.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 20 de maio de 2005.

A large, handwritten signature in black ink, appearing to be in cursive script, is written over the bottom portion of the text. The signature is fluid and covers a significant area of the page.

ANEXO – I
(Ao Ato da Comissão Diretora nº _____, de 2005)

TERMO DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL MOBILIADO

O Senado Federal, doravante denominado **Senado**, neste ato representado pelo seu **Diretor-Geral** e o Senador _____, doravante denominado **Ocupante**, assinam o presente termo de responsabilidade pela utilização e guarda de bens de propriedade do Senado e pela ocupação do imóvel funcional localizado na _____, nesta Capital, de propriedade da União, administrado do Senado Federal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo de ocupação de imóvel residencial mobiliado vigerá a partir da data de sua assinatura até o final do mandato do Ocupante.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Ocupante deverá devolver a referida unidade residencial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vigência deste Termo, fixada na cláusula primeira.

Parágrafo único - O ocupante poderá solicitar a realização do inventário de transferência de responsabilidade e devolver o imóvel e os bens sob sua guarda, a qualquer tempo, e rescindir este Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - São deveres do Ocupante:

I - usar o imóvel exclusivamente para sua residência e de sua família;

II - cuidar da conservação do imóvel;

III - atender às exigências emanadas das repartições públicas competentes;

IV - eximir-se de executar obras ou benfeitorias no imóvel, salvo se requeridas e autorizadas pelos órgãos técnicos competentes do Senado Federal;

V - não permitir remoções e mudanças de bens permanentes disponibilizados no imóvel, sem a devida comunicação a seu Chefe de Gabinete Parlamentar e a emissão das guias de transferências patrimoniais pela Subsecretaria de Administração Patrimonial.

VI - colaborar com o cumprimento das normas de segurança interna do Senado Federal.

CLÁUSULA QUARTA – É parte integrante do presente Termo a relação da carga patrimonial da unidade ocupada.

Parágrafo único – O Chefe de Gabinete do Ocupante, signatário deste Termo, se compromete a dar plena execução administrativa a suas Cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - As dúvidas ou lacunas oriundas da ocupação do imóvel, que porventura surgirem, serão dirimidas pelo Primeiro-Secretário à luz da legislação específica.

E, por assim se acharem de pleno acordo, assinam as 03(três) vias do presente Termo, de igual teor e forma.

Brasília, de .

SENADOR DA REPÚBLICA

DIRETOR-GERAL

Chefe de Gabinete do Parlamentar:

Representante da Subsecretaria de Administração Patrimonial:

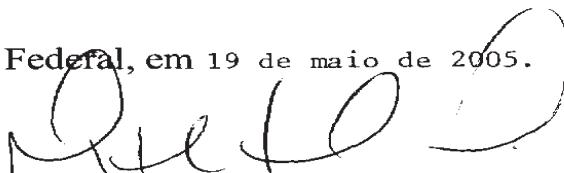


ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2236 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.878/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS EDUARDO DE PAULA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 19 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2237 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007842/05-8,

RESOLVE dispensar o servidor **CLÉBER JOSÉ RIBEIRO**, matrícula 30172, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Advocacia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral Adjunta, a partir de 17 de maio de 2005.

Senado Federal, 19 de maio de 2005.

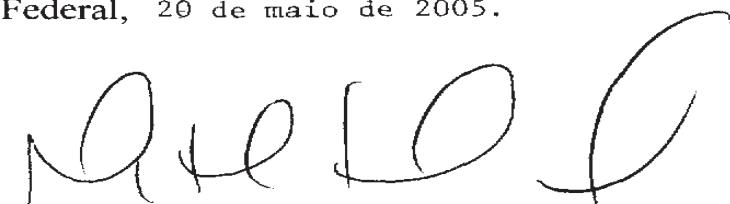

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2238 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007986/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor MARCUS VINÍCIUS CALDAS SOUTO, matrícula 49806, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Efraim Moraes, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 18 de maio de 2005.

Senado Federal, 20 de maio de 2005.



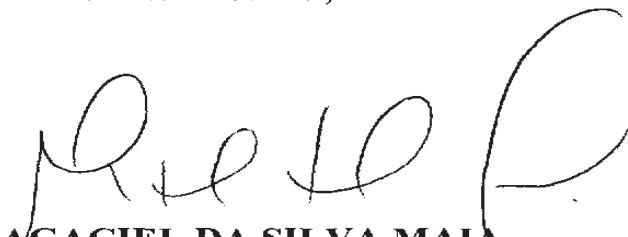
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2239 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007745/05-2,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula 41066, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 17 de maio de 2005.

Senado Federal, 20 de maio de 2005.



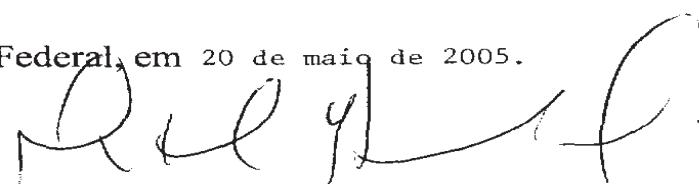
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2240 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008074/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELA MARIA TIMPONI CAMBIAGHI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 20 de maio de 2005.

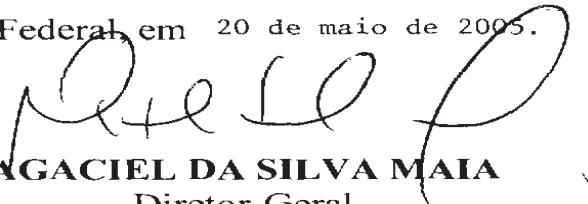

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2241 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.018/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIZA SILVA DANTAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 20 de maio de 2005.

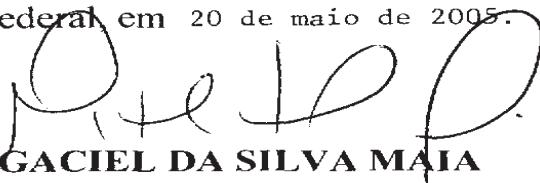

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2242 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.017/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IGOR BENTIM ROSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 20 de maio de 2005.



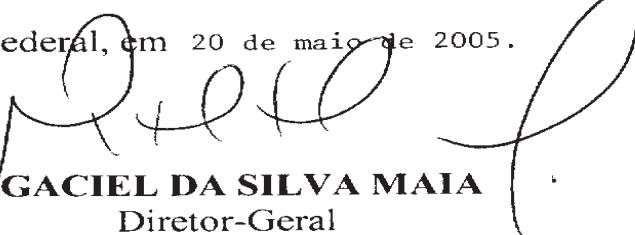
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2243 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.032/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSA LÚCIA VIEIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 20 de maio de 2005.



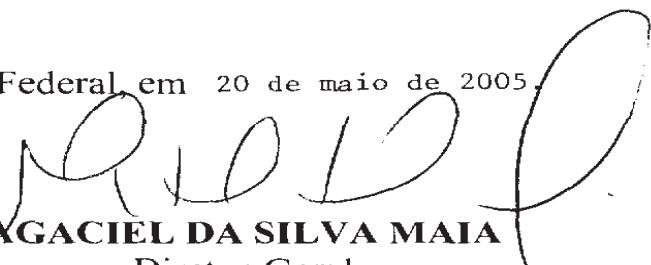
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2244 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.026/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LILIAN JEAN HODGE** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 20 de maio de 2005.

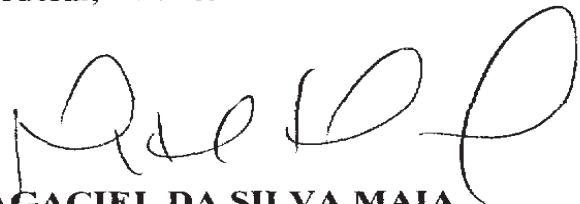

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2245 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007985/05-3,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA MARIA ROSSI, matrícula 46362, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Efraim Moraes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 18 de maio de 2005.

Senado Federal, 20 de maio de 2007.

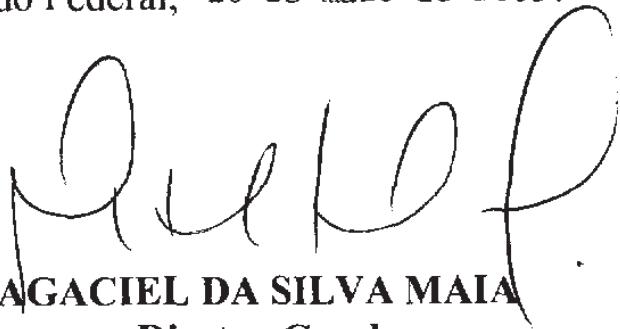

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2246 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007878/05-2,

RESOLVE designar o servidor MIQUEAS DANTAS DE MORAIS, matrícula 46428, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 17 de maio de 2005.

Senado Federal, 20 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDb	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães		Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PARAÍBA	
PT	Roberto Saturnino	PMDb	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella	PFL	José Agripino
PMDb	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		SANTA CATARINA	
PMDb	João Alberto Souza	PT	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
PARÁ		ALAGOAS	
PMDb	Luiz Otávio	PMDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Sergipe
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PFL	José Jorge	PSDB	Maria do Carmo Alves
PFL	Marco Maciel	PSB	Almeida Lima
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Antonio Carlos Valadares
SÃO PAULO		ACRE	
PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Gilberto Mestrinho
PT	Aloizio Mercadante	PDT	Arthur Virgílio
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Jefferson Peres
MINAS GERAIS		PARANÁ	
PL	Aelton Freitas	PDT	Alvaro Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	PT	Flávio Arns
PMDb	Hélio Costa	PT	Osmar Dias
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDb	Maguito Vilela	PSOL	Tião Viana
PFL	Demóstenes Torres	PT	Geraldo Mesquita Júnior
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Sibá Machado
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PSDB	Antero Paes de Barros	PSDB	Juvêncio da Fonseca
PFL	Jonas Pinheiro	PT	Delcídio Amaral
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Ramez Tebet
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
PMDb	Pedro Simon	PMDB	Valmir Amaral
PT	Paulo Paim	PT	Cristovam Buarque
PTB	Sérgio Zambiasi	PFL	Paulo Octávio
CEARÁ		AMAPÁ	
PSDB	Reginaldo Duarte	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PL	João Ribeiro
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	Leomar Quintanilha
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PMDb	Ney Suassuna	PMDB	José Sarney
PFL	Efraim Morais	PSB	João Capiberibe
PMDb	José Maranhão	PMDB	Papaléo Paes
ESPIRITO SANTO		RORAIMA	
PMDb	João Batista Motta	PMDB	Amir Lando
PMDb	Gerson Camata	PT	Fátima Cleide
PL	Francisco Pereira	PMDB	Valdir Raupp
PIAUÍ		PIAUÍ	
PMDb	Alberto Silva	PTB	Mozarildo Cavalcanti
		PDT	Augusto Botelho
		PMDB	Wirlande da Luz

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095
----------	------------------------------------	---------------------------------

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS

CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares (Vago) ¹⁰	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
João Alberto Souza	MA	1411	1. Ney Suassuna	PB	4345
Ramez Tebet	MS	2222	2. Pedro Simon	RS	3232
Luiz Otávio	PA	3050	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 116 PÁGINAS